

RELATÓRIO

PROJECTO

***THE CHINESE BUSINESS COMMUNITIES IN
PORTUGAL***

POCTI / SOC / 40827/2001 Fundação para a Ciência e Tecnologia

INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS E INTERNACIONAIS

CENTRO DE ESTUDOS DAS MIGRAÇÕES E DAS RELAÇÕES

INTERCULTURAIS – Universidade Aberta

Abril 2005

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

Coordenação:

Prof^a Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade (Investigadora Responsável)

Prof. Doutor Miguel Santos Neves

Membros:

Prof^a Doutora Annette Bongardt

Dr. Carlos Ho

Mestre Luís Boavida

Prof^a Especialista Tereza Ventura

Paula Mouro Ferreira (Secretariado)

INDICE

	Pg.
1. INTRODUÇÃO	4
2. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS CHINESES PARA A EUROPA E PARA PORTUGAL – EVOLUÇÃO RECENTE	9
2.1. Quadro histórico global	10
2.2. Emigração chinesa para a Europa	16
2.3. A Emigração chinesa para Portugal	67
3. O MODELO E A CULTURA EMPRESARIAL DA EMPRESA FAMILIAR CHINESA	88
4. ANÁLISE DO INQUÉRITO AOS EMPRESÁRIOS CHINESES EM PORTUGAL	97
4.1. O Empresário e o seu perfil	98
4.2. O Negócio: características e dimensão	116
4.3. Associativismo	130
4.4. Relacionamento com empresas chinesas em Portugal, empresas chinesas na Europa e empresas portuguesas	142
4.5. Relações com autoridades portuguesas	149
4.6. Laços com a China	152
4.7. Conclusões do inquérito	158
5. A COMUNIDADE DE NEGÓCIOS CHINESA EM PORTUGAL E AS RELAÇÕES PORTUGAL-CHINA	161
5.1. A comunidade de negócios chinesa e as implicações para as relações Portugal-China	164
5.2. As implicações para a política de imigração portuguesa	167
BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS	181
I e II Estatísticas	
III Lista dos diplomas e regulamentos mais relevantes em matéria de imigração	
IV Exemplares dos inquéritos aplicados nas versões bilingue (português e chinês) e chinesa	

1. INTRODUÇÃO

O projecto “*The Chinese Business Communities in Portugal*” foi desenvolvido entre Janeiro de 2003 e Março de 2005 no âmbito de uma colaboração institucional entre o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) da Universidade Aberta, por uma equipa multidisciplinar sob a coordenação da Prof^a Doutora Maria Beatriz Rocha Trindade, Investigadora Responsável e do Prof. Doutor Miguel Santos Neves. Esta equipa incluiu diversos investigadores portugueses das áreas da Sociologia, Economia, Direito, Relações Internacionais bem como consultores oriundos da própria Comunidade de Negócios Chinesa, cuja intervenção se revelou importante para facilitar os contactos e ganhar a indispensável confiança da comunidade em estudo.

Objectivos

O Projecto teve por base três objectivos fundamentais:

1. Estudar a estrutura e evolução da comunidade de empresários chineses em Portugal, e do respectivo associativismo empresarial.
2. Analisar a interacção da comunidade de negócios chinesa em Portugal com o meio empresarial português por um lado, e com outras comunidades de negócios chinesas no espaço da União Europeia, por outro, com vista a determinar a existência e a relevância dos circuitos europeus dentro da comunidade chinesa.
3. Analisar as relações dos empresários chineses estabelecidos em Portugal com a China e o mercado chinês, nomeadamente o seu envolvimento nos fluxos de investimento e de comércio que conheceram um desenvolvimento muito significativo desde meados da década de 90.

O Itinerário da Investigação

Fases do projecto

O Projecto foi desenvolvido em seis fases fundamentais.

A **primeira fase** envolveu a pesquisa bibliográfica especializada sobre os estudos realizados na União Europeia (UE) sobre a emigração chinesa para a Europa e sua evolução recente, sobre a estrutura das comunidades chinesas na Europa, quer numa perspectiva geral quer com um enfoque particular na comunidade empresarial, bem como sobre estudos já realizados em Portugal sobre o fenómeno da imigração chinesa e mais especificamente sobre a comunidade de empresários chineses.

A **segunda fase** correspondeu à elaboração de um projecto de questionário e à sua posterior avaliação através de teste administrado junto de alguns empresários chineses com o objectivo de garantir a sua coerência global, por um lado, e a clareza das perguntas, por outro. O teste demonstrou que as perguntas inicialmente formuladas relativas a elementos financeiros, nomeadamente ao volume de negócios e montantes de investimento, eram particularmente constrangedoras para a comunidade chinesa pelo que a sua inclusão poderia vir a prejudicar a resposta às restantes perguntas do mesmo questionário.

A **terceira fase** envolveu a elaboração da versão final do questionário e a definição da estratégia e metodologia para a sua aplicação. Quanto à versão final, foram eliminadas as perguntas sobre aspectos financeiros e reformuladas outras perguntas cuja redacção inicial tinha sido considerada ambígua. O questionário foi primeiramente produzido em versão bilingue, simultaneamente em chinês (manuscrita) e português (impresa), por forma a abranger mais facilmente todos os sub-grupos de empresários chineses. Mais tarde foi elaborada uma segunda versão exclusivamente em chinês (impresa) em virtude de, face à experiência colhida, se ter concluído que para os empresários provenientes da

China o inquérito em chinês gerava maior conforto, reforçava a confiança no processo e contribuía, por isso, para uma maior disponibilidade para responder ao mesmo.

As perguntas foram elaboradas em regime de pergunta fechada o que conduziria a um apuramento final melhor definido. A escolha desta formulação foi intencional uma vez que a informação de natureza qualitativa seria recolhida através de entrevistas.

Relativamente à aplicação do questionário foi definida uma estratégia com duas componentes complementares: a primeira componente envolveu a aplicação indirecta através das Associações Empresariais Chinesas, explicada pela necessidade de explorar um canal mais fácil de acesso a uma comunidade relativamente fechada particularmente preocupada com a preservação do “segredo do negócio”; a segunda componente envolveu a aplicação directa de questionários pela equipa de investigação. Outros dos elementos fundamentais da estratégia de aplicação foi a definição de uma metodologia que permitisse garantir o anonimato do questionário.

A **quarta fase** correspondeu à aplicação efectiva dos inquéritos. Após algumas dificuldades iniciais decorrentes de algumas resistências dentro das próprias Associações, foi possível identificar as Associações Chinesas mais relevantes mais relevantes, garantindo uma cobertura dos três núcleos fundamentais de localização de empresários chineses: zona da Grande Lisboa; Zona do Grande Porto e Norte; Algarve. Assim, foi desenvolvida uma colaboração estreita entre a equipa de investigação e a Associação Luso-Chinesa em Portugal (Algarve), Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa (Grande Lisboa) e a Liga dos Chineses em Portugal (Grande Porto e Região Norte) que se revelou de grande interesse para a conclusão com êxito desta fase de aplicação do questionário.

O envolvimento das Associações contribuiu para a atenuação das suspeições da comunidade de empresários relativamente aos propósitos do projecto afastando o receio de que se tratasse de um estudo oficial de iniciativa governamental e reforçando a garantia do anonimato do questionário. Assim, as Associações bem como empresas de

consultadoria ligadas às associações aplicaram através dos seus canais cerca de 60% do total de questionários a empresários quer dentro do universo dos seus associados quer fora do mesmo a não-associados.

Os restantes 40% dos questionários foram aplicados directamente pela equipa de investigação. Neste caso a aplicação foi em regra articulada com a realização de uma entrevista com particular incidência nos empresários com responsabilidades como dirigentes associativos e aqueles com maior projecção na comunidade. Foram igualmente aplicados directamente os inquéritos relativos a empresários chineses de Moçambique. Com efeito, o teste pôs em evidência a heterogeneidade da comunidade de negócios chinesa onde se distinguem 3 sub-grupos: (i) comunidade de empresários chineses de Moçambique; (ii) comunidade de empresários chineses de Macau, Hong Kong e Taiwan; (iii) comunidade de empresários chineses da RPC.

A **quinta fase** envolveu a realização de entrevistas com dirigentes das principais Associações Chinesas em Lisboa, no Porto e no Algarve, e com alguns empresários seleccionados com base em três critérios fundamentais : dimensão da empresa e grau de diversificação do negócio; experiência relevante de internacionalização especialmente no relacionamento com a China; novos sectores emergentes de actividade dos empresários chineses. Estas entrevistas tinham como objectivo o esclarecimento e o aprofundamento de algumas das perguntas do questionário.

As entrevistas, consideradas como um instrumento privilegiado de obtenção de dados de natureza qualitativa recaíram sobre dois públicos e foram realizadas em dois momentos. Numa fase inicial, que precedeu a elaboração do questionário, foram abordados elementos do espaço associativo chinês que, para além de uma valiosa e diversificada informação especializada mas de carácter geral ajudaram a definir o público-alvo que viria a constituir a amostra (de escolha intencional) sobre a qual vieram a incidir as entrevistas feitas aos empresários.

Assim, a escolha dos entrevistados (empresários chineses) foi feita, como anteriormente indicado, a partir do conhecimento que tinham sobre a matéria em estudo. A sua selecção foi feita a partir de indicações fornecidas pelo meio associativo chinês. A estrutura das entrevistas revestiu um carácter semi-directivo, que sem perturbar a qualidade da informação fornecida, procurou sempre que possível, reconduzir o entrevistado às preocupações de pesquisa inseridas na temática em apreço.

Sem ter desenvolvido o trabalho prévio que foi apontado, e que serviu de ponte para a aceitação dos investigadores pela comunidade de empresários, teria sido muito difícil ter podido realizá-lo. São por demais conhecidas as dificuldades no estabelecimento dos primeiros contactos e na criação de um clima de confiança entre entrevistador e entrevistado, situação que se julgava agravada nesta situação. Não pode esquecer-se que a presença relativamente recente de alguns dos empresários em Portugal e a especificidade de cada uma das culturas em contacto no diálogo que iria ser estabelecido, poderiam dificultar a sua concretização.

O cuidado colocado pela equipa de investigação na abordagem, muito em especial durante a realização do “trabalho de campo”, respeitando a identidade social e cultural dos entrevistados, contribuiu para o sucesso na obtenção dos resultados pretendidos. Não deverá esquecer-se que foi garantido o anonimato dos respondentes tal qual tinha sido sempre a intenção da equipa de investigação e que todo o trabalho foi desenvolvido em conjunto porque qualquer das partes reconheceu o interesse da obtenção de dados que ajudassem a melhor conhecer e valorizar a comunidade em estudo.

A **sexta fase** envolveu a análise integrada dos dados dos questionários e da informação qualitativa resultante das entrevistas o que permitiu a formulação das conclusões fundamentais da investigação e das recomendações relativas ao plano das relações bilaterais Portugal-China.

2. OS FLUXOS MIGRATÓRIOS CHINESES PARA A EUROPA E PARA PORTUGAL – EVOLUÇÃO RECENTE

2.1. Quadro histórico global

Historicamente, as diversas comunidades de etnia chinesa espalhadas por diversos quadrantes do globo derivam de diversas vagas migratórias provenientes de diferentes regiões da China, motivadas, segundo padrões específicos, consoante o período histórico, por factores de ordem económica, social e cultural. Daí o quadro dos *Chinese Overseas* não ser homogéneo e apresentar um elevado grau de complexidade.

A divisão da China imperial pelo rio Yangtze era nítida. O sul, menos ligado ao poder imperial, permaneceu com uma estrutura agrária mais atrasada e densamente povoado nas suas zonas costeiras. Esta característica geohistórica está na origem de diversas correntes migratórias chinesas ao longo dos séculos¹.

O início das migrações chinesas, ainda em pequena escala, remonta ao século III, durante a Dinastia Han, com destino ao Sudeste Asiático.

No final do século XVIII, intensifica-se a corrente migratória para o Sudeste Asiático, constituída principalmente por comerciantes e mineiros, muitas vezes assimilados pelo casamento com mulheres indígenas. As fixações eram restritas, mas denotavam já a existência de conexões impostas pelas primeiras redes comerciais. Terão migrado nesta altura à volta de dois milhões de chineses.

O êxodo migratório, agora a nível global, explodiu entre meados do século XIX, durante as duas Guerras do Ópio (1839-1842, 1859-1860), e o início do século XX, como resultado sobretudo: i) da submissão dos chineses após a derrota nas Guerras do Ópio e a consequente abertura dos portos do Sul da China ao comércio internacional; ii) do fim da escravatura nas colónias e ex-colónias ocidentais e a necessidade urgente de mão-de-obra

¹ Duas províncias do sul da China (Guangdong e Fujian), representando cerca de 12% da população chinesa, estão na origem de 90% dos *Chinese Overseas*. A estas duas pode-se acrescentar uma terceira, Zhejiang, que está na base de parte substancial da emigração para a Europa, América do Norte e Austrália.

barata²; iii) da economia chinesa entrar em crise como consequência de revoltas políticas (Revolução Taiping...) e de desastres naturais como as cheias do rio Yangtzé e secas.

Os fluxos migratórios deste período eram sobretudo constituídos por homens que emigravam temporariamente como trabalhadores-contratados, enquadrados nos processos de recrutamento das colónias e ex-colónias ocidentais. Estes contratados dirigiam-se para as plantações do Sudeste Asiático (a grande maioria), Caraíbas e Ilhas do Pacífico (particularmente o Hawai) e para a construção, sobretudo dos caminhos-de-ferro, na América do Norte, na América do Sul e na Rússia.

Durante a I Guerra Mundial desenvolveu-se uma corrente migratória de trabalhadores-contratados para a Europa, especialmente para as fábricas de equipamentos militares em França e para a abertura de trincheiras nas frentes de batalha.

Entre 1920 e 1930 a emigração feminina tornou-se dominante, ligada sobretudo ao reagrupamento familiar, à educação de crianças, mas também à prostituição³.

Foi nestas duas décadas que se intensificou a emigração para o Sudeste Asiático através de Hong Kong, fazendo da antiga possessão britânica um ponto de referência comum para os homens de negócios chineses, dispersos pela região, que empreenderam importantes negócios (alguns deles tornando-se imensos impérios de negócios) nos seus países adoptivos. Estes empresários mantiveram fortes ligações com a China e as suas povoações de origem, que transmitiram às gerações vindouras.

Um fenómeno que motivou uma forte emigração, particularmente para Hong Kong e Taiwan, foi o triunfo da Revolução Comunista na China. Este movimento está na origem do forte surto industrial que Hong Kong conheceu nas décadas de 50 e 60 do século XX, já que a proclamação da RPC originou a fuga de inúmeros industriais têxteis de Shanghai

² Com o fim da escravatura, a China tornou-se o primeiro país de recrutamento de mão-de-obra contratada, nomeadamente para as plantações de cana-de-açúcar nas Antilhas e nas Ilhas Mascarenhas no Oceano Índico, mas também para as minas de fosfatos na Ilha de Makatéa (na Polinésia Francesa) e de Nauru (no Pacífico) (Fourgeau, 1997).

e de técnicos de várias ordens que, levando consigo capitais, maquinaria, a sua experiência e saber e aproveitando a imensa riqueza em mão-de-obra barata do território, criaram condições propícias ao arranque de uma indústria virada para os mercados externos na então colónia britânica⁴.

Estas migrações não se processavam ao acaso, ocorrendo habitualmente em cadeia, com parentes e vizinhos tendendo a seguirem-se mutuamente para locais particulares de toda a região. Este fenómeno explica a relativa concentração de um ou mais grupos de dialectos em diferentes partes do Leste Asiático de hoje.

Um importante fenómeno acompanhando as vagas de migração da China era a formação de sociedades de ajuda mútua em cada local de fixação. Estas baseavam-se no parentesco (clã), local de origem na China, dialecto ou sub-dialecto, profissão, ou na combinação destes factores. As sociedades de ajuda mútua apoiavam os recém-chegados na sua fixação, emprestando inclusivamente dinheiro aos seus membros para determinados fins. Muitos empresários chineses iniciaram os seus negócios desta forma. Outras organizações regulavam os diferentes aspectos da vida dos chineses nos novos locais de fixação.

Deste modo, os chineses étnicos foram criando uma teia coesa de organizações e conexões entrosadas que geravam uma firme e estável estrutura no interior da qual a sociedade tradicional podia ser mantida, recriada e desenvolvida e cujos membros individualmente podiam prosperar longe do local de origem. Esta característica das fixações chinesas no Leste Asiático sustentou mais tarde, de forma significativa, a ascensão comercial das comunidades de negócios dos *Chinese Overseas* noutras partes do mundo.

Como outras comunidades de imigrantes, estas não eram homogéneas. Mesmo hoje, os chineses étnicos podem distinguir-se entre si de acordo com o dialecto, sub-dialecto, clã e

³ Antes de 1893 a emigração feminina era proibida pelo Estado chinês.

⁴ Ver Sin-Lun (1988) e Domenach (1997).

família, mas todos eles ligados ao ancestral local de origem na China, assim como pelo país de nascimento ou pela residência usual fora da China. O grau de importância atribuído a estes elementos diferenciadores varia de caso para caso, mas as redes de *Chinese Overseas*, quer sejam de carácter puramente social quer prossigam objectivos de negócios, integram sempre indivíduos que compartilham uma ou mais destas características.

Compreender a importância dos dialectos e a sua distribuição através do Leste Asiático é importante para perceber como estas redes de negócios operavam no passado e continuam a operar no presente. Quem fazia negócios com quem e o que era trocado pode ser frequentemente explicado, pelo menos em parte, pelo dialecto e sub-dialecto falado pelos indivíduos envolvidos. Hoje, muitos sectores do comércio alimentar do Sudeste Asiático, por exemplo, estão ainda em larga escala nas mãos de falantes do Teochiu. A propósito, não é mera coincidência que dois prestigiados empresários de etnia chinesa, o malaio Robert Kuok e o indonésio Liem Sioe Liong, que partilham uma duradoura parceria de negócios, falem ambos o sub-dialecto Fuzhou/Hokkien, reflectindo uma ancestral origem comum no norte da província chinesa de Fujian⁵.

Só após a II Guerra Mundial, com o desenrolar do movimento das independências e do contexto turbulento em que decorrem, particularmente no Sudeste Asiático, se desenvolvem motivações para a emigração chinesa em direcção ao continente europeu, sobretudo para as antigas potências coloniais. É significativo o caso holandês, com a imigração chinesa proveniente da Indonésia a aumentar fundamentalmente após o golpe de Suharto e a onda de repressão ao Partido Comunista da Indonésia, em que a maioria dos quadros e simpatizantes eram de etnia chinesa⁶. Estas migrações caracterizavam-se pelo predomínio dos trabalhadores não-qualificados e pelos pequenos comerciantes.

Mais recentemente, relacionado com o desenvolvimento da abertura chinesa e com os processos de integração de Hong Kong e Macau na RPC, registou-se um novo fluxo

⁵ Commonwealth of Australia (1998).

⁶ Ver Sit, Butter e van Lokven (1998); Sinn (ed.) (1998); Benton and Pieke (eds.) (1998).

migratório com fundamentos e características distintos. Por um lado, os novos migrantes são sobretudo quadros qualificados ou empresários de pequena e média dimensão, em alguns casos ex-funcionários públicos, professores, profissionais liberais e estudantes, alguns deles com características biculturais, pelo que a integração no espaço europeu se reveste de uma natureza e dinâmica diferentes. Por outro lado, este grupo de migrantes poderá, sem dúvida, jogar um papel específico e relevante no desenvolvimento das relações da União Europeia com as duas Regiões Administrativas Especiais (RAE) e a RPC.

Depois da desintegração da URSS, no início da década de 1990, reiniciou-se a emigração chinesa para a Rússia oriental, principalmente como vendedores ambulantes, trabalhadores agrícolas, trabalhadores não qualificados, mas também comerciantes. Eles lideram a formação de *Chinatown*s em Vladivostok e Khabarovsk.

Historicamente, podem-se identificar quatro padrões distintos no fenómeno migratório chinês⁷:

- i) o "padrão comerciante" ("trader pattern" ou "Huashang pattern"); dominante no século XVIII e o único padrão significativo antes de 1850, fundamentalmente no Sudeste Asiático, referindo-se a comerciantes, mineiros e outros trabalhadores especializados, que emigravam ou enviavam os seus colaboradores, conterrâneos ou membros das suas famílias extensas ou clãs (incluindo os que tendo pouca ou nenhuma experiência eram aprendizes ou assistentes) para o estrangeiro a fim de trabalhar para eles ou com eles na edificação de entrepostos comerciais em portos, cidades comerciais ou mineiras;
- ii) o "padrão trabalhador contratado" ("collie pattern" ou "Huagong pattern"), derivado da emigração em larga escala de mão-de-obra contratada, essencialmente transitória e normalmente composta por homens de origem camponesa, trabalhadores

⁷ Gungwu (1991:3-21)

sem terra e cidadãos pobres, pouco significativa antes de 1850, e com especial relevância para a América e a Oceânia;

iii) o "padrão hóspede" ("sojourner pattern" ou "Huaqiao pattern"), dominante entre 1911 e os anos 50, inclui sobretudo professores, jornalistas e outros profissionais instruídos, que saíram para, com o apoio das autoridades nacionalistas chinesas, promoverem a cultura e os interesses chineses, nomeadamente a promoção da educação em língua chinesa dos chineses étnicos já fixados;

iv) o "padrão dos descendentes ou re-emigrantes" ("descent or re-emigrant pattern" ou "Huayi pattern"), um fenómeno novo, constituído por indivíduos nascidos no estrangeiro, incluindo alguns nascidos na China continental, Taiwan ou Hong Kong com nacionalidade estrangeira, essencialmente descendentes de chineses do Sudeste Asiático que emigraram para a Europa Ocidental (Holanda, Grã-Bretanha e França), América do Norte e Austrália, depois de 1950, quando em algumas nações recém-independentes do Sudeste Asiático se tornaram, por diversos motivos económicos ou políticos, indesejados e até alvo de perseguições, como o sucedido na Indonésia na altura do golpe de Suharto.

O "collie pattern" de emigração provavelmente não renascerá⁸. O "sojourner pattern" sobrevive, mas é agora periférico. O "descent or re-emigrant pattern" é novo e o seu futuro permanece incerto. Apenas o antigo "trader pattern" permanece, desde os primórdios do fenómeno migratório chinês até ao presente, o padrão mais marcante e característico do referido fenómeno.

O fenómeno migratório chinês é marcadamente multipolar e global. Apesar do sudeste asiático ser a região onde se fixaram as comunidades chinesas mais expressivas, os chineses não migram para um país ou um pequeno grupo de países em particular. Com efeito, a sua presença faz-se sentir em todos os continentes e num imenso número de

⁸ Os refugiados chineses originários do Vietname parecem mão-de-obra contratada mas são, na realidade a chave do novo "re-emigrant pattern".

países. Não obstante a multipolaridade destes fluxos transnacionais, constata-se que as relações com a China, como país de origem ou de nascimento, permanecem. Quer os antigos quer os novos migrantes mantêm os laços familiares, culturais e económicos com a China.

A interpolaridade tem sido outra característica muito particular do fenómeno migratório dos *Chinese Overseas*. Na realidade, estas migrações processam-se não só da China para diferentes países, mas também de um país de fixação para outros países de fixação. Este processo, iniciado no século XIX com os trabalhadores-contratados e comerciantes viajando para onde havia trabalho e oportunidades de negócios, cresceu de importância no período contemporâneo com os chineses a procurarem sobretudo oportunidades económicas. Outras razões, como os conflitos no Sudeste asiático no pós-independência, motivam igualmente esta movimentação interpolar dos chineses étnicos.

Os descendentes dos migrantes chineses nos diferentes países de acolhimento podem apresentar diferentes identidades nacionais quando comparados com os seus ascendentes ou com os chineses falantes da língua chinesa. Mas, para além dos problemas de nacionalidade eles revelam diferentes graus de aculturação, segundo o local de acolhimento. A maioria dos *Chinese Overseas* residentes nos países do Sudeste Asiático integraram-se no país de acolhimento, embora alguns mantenham ainda a cidadania da RPC ou de Taiwan. Assumem hábitos culturais, de vestuário e de alimentação locais, dominando as línguas nativas. Muitos abandonam o nome chinês ou deixam de falar chinês, embora preservem muitas tradições culturais (culinária, celebrações e festivais chineses, costumes e valores confucianos). Alguns mudam mesmo de religião, como tem acontecido na Indonésia onde se convertem ao islamismo para serem melhor aceites pelos indonésios originários. Revelam um conhecimento prático de muitas línguas, nomeadamente o inglês, embora preservem a capacidade de falar e ler em mandarim e cantonês. Contudo, apesar da sua heterogeneidade, subsiste entre elas uma percepção de unidade. Este fenómeno deve-se, por um lado à situação económica favorável destes grupos e, por outro, à existência de indivíduos da primeira geração que se encarregam de não deixar desaparecer os valores tradicionais chineses.

2.2. EMIGRAÇÃO CHINESA PARA A EUROPA

Período anterior a 1980

Até 1945, distinguem-se claramente dois grandes tipos de fluxos migratórios de *Chinese Overseas* em direcção à Europa⁹. O primeiro, constituído por trabalhadores-contratados, do mesmo tipo que caracterizou meio século antes o "collie pattern" das emigrações chinesas para o Sudeste Asiático, África do Sul e Américas. Eram marinheiros cantonenses, contratados por companhias europeias da marinha mercante, procurando contornar os obstáculos provocados pelo poder dos sindicatos europeus do sector¹⁰. Eram operários contratados para as novas indústrias russas do período de abertura ao capitalismo internacional que antecedeu a Revolução de Outubro de 1917¹¹. Eram trabalhadores contratados pelos Aliados, durante a I Guerra Mundial, para trabalharem na abertura de trincheiras, particularmente na frente francesa, provenientes sobretudo de Shandong, Shanghai e Zhejiang¹².

O segundo tipo, constituído por comerciantes e vendedores de bijuterias originários do sul da província de Zhejiang e, em menor escala, da província de Shandong, atingiram Moscovo e Berlim por terra, e Marselha, Paris e a Grã-Bretanha por mar.

A partir do final do século XIX, nos grandes portos europeus (Londres, Liverpool, Roterdão, Amsterdão, Hamburgo, Antuérpia) nascem bairros chineses (as primeiras *Chinatowns* europeias) com uma intensa actividade, onde se implantam negócios que vão desde os restaurantes, as lavandarias e as lojas de especiarias até ao aluguer de barcos¹³.

⁹ Pieke (2002:7).

¹⁰ A contratação destes marinheiros constituía um negócio muito rentável para estas companhias, uma vez que o salário pago a um marinheiro chinês, era equivalente em média, a 60% do salário de um marinheiro holandês ou inglês, no desempenho de funções idênticas.

¹¹ Muitos deles permaneceram na Rússia depois de 1917, ajudando os Bolcheviques na Guerra Civil contra os "russos brancos" (Larin, 1998).

¹² De 1916 a 1918, o Reino Unido e a França recrutaram cerca de 200 mil chineses. No fim da guerra, a maior parte regressou à China, porém, alguns permaneceram em França ou re-emigraram para a Itália, Holanda, Bélgica e Espanha. (Fabienne, 2003)

Depois da II Guerra Mundial, o principal desenvolvimento deste fenómeno migratório está ligado ao início da imigração em larga escala originária dos Novos Territórios de Hong Kong e, em menor escala, da Malásia e Singapura. Com a implantação da República Popular da China, Hong Kong tornou-se o principal ponto de partida de emigrantes chineses com destino à Europa Ocidental, numa primeira fase para a Grã-Bretanha e Holanda e, posteriormente, para a Bélgica, Alemanha e Escandinávia, com a França e a Europa do Sul a colocarem-se, no período inicial, numa segunda linha de prioridades.

No pós-II Guerra Mundial diversos factores de natureza política influenciaram os migrantes chineses, motivando-os ou inibindo-os¹⁴.

Em primeiro lugar, a constituição da RPC em 1949 travou a emigração dos locais tradicionais dos *Chinese Overseas*: as províncias de Zhejiang, Fujian e Guangdong.

Em segundo lugar, a incerteza económica e as perseguições desencadeadas pelos novos regimes no Sudeste Asiático no pós-descolonização trouxeram para a Europa centenas de milhares de chineses com destino a França, a partir da Indochina, e à Holanda, a partir da Indonésia.

Em terceiro lugar, os regimes comunistas da Europa de Leste, a exemplo da URSS, impuseram fortes restrições aos imigrantes chineses, permanecendo afastados dos seus circuitos até à sua erosão em 1989-90. Não obstante, são conhecidas pequenas comunidades que sobreviveram na Rússia, Hungria, Checoslováquia, Polónia, Roménia, entre outros.

Em quarto lugar, os regimes jurídicos europeus de imigração também contribuíram para a configuração das comunidades chinesas na Europa. Muitos chineses de Hong Kong e das ex-colónias britânicas do Sudeste Asiático estudaram na Grã-Bretanha, gerando um

¹³ Fabienne, 2003.

¹⁴ Pieke (2002: 7-8).

amplo corpo de profissionais qualificados, alguns deles envolvendo-se nas actividades das comunidades de *Chinese Overseas*. Já anteriormente, estudantes-trabalhadores chineses em França¹⁵ e na Alemanha, na década de 1920, estudantes "chineses-indonésios" na Holanda antes da independência da Indonésia em 1947 e estudantes chineses na URSS na década de 1950, haviam recebido formação em instituições europeias.

Porém, a Europa não conseguiu capitalizar de forma eficiente, ao contrário dos Estados Unidos, o imenso potencial do *brain drain* da China, incluindo os de Taiwan e Hong Kong.

As comunidades chinesas na Europa foram, além disso, privadas do grosso das suas elites, uma lacuna que só recentemente começou a ser paulatinamente superada com a emergência da 2ª geração e do crescente número de estudantes e de outros imigrantes qualificados provenientes da RPC.

Em suma, até à década de 1980, os imigrantes chineses na Europa eram originários de diferentes áreas da China e de diferentes países, falando diferentes línguas e dialectos chineses e chegavam de forma relativamente independente uns dos outros. Eles eram sobretudo de¹⁶:

- i) Zhejiang, desde o *hinterland* da cidade-portuária de Wenzhou até às áreas rurais de Qingtian, falantes dos dialectos sulistas do grupo Wu;
- ii) De Hong Kong e do delta do Rio das Pérolas na província de Guangdong, falantes de Cantonês e Hakka;

¹⁵ O movimento de estudantes-trabalhadores chineses em França, conhecido como a Escola do Ocidente, permitiu que cerca de 2 mil jovens chineses se iniciassem nas ciências e nas diversas doutrinas ocidentais. Eles repartiram-se por diversas faculdades, escolas, institutos e colégios onde se formaram, por exemplo, algumas personalidades da nova China como Zhou En Lai e Deng Xiao Ping (Fabienne, 2003). 500 destes jovens no final dos estudos instalaram-se definitivamente em França (Picquart, 2003).

¹⁶ Picquart (2003: 9).

- iii) Do Sudeste Asiático, falantes de diversos dialectos chineses, incluindo Hokkien (do sul de Fujian), Teochiu (de Shantung), Cantonês e Hakka.



As novas tendências a partir de 1980

A partir da década de 1980, e com maior visibilidade na década de 1990, a emigração chinesa para a Europa entra numa fase qualitativa e quantitativamente diferente¹⁷. Neste contexto, podem-se distinguir diversas tendências nestes fluxos migratórios.

(i) Grande diversidade de áreas de origem e de experiência socioeconómica

As migrações a partir das tradicionais áreas de origem dos *Chinese Overseas* em Zhejiang, Fujian e Guangdong começam a renascer em meados da década de 1970, com maior expressão depois das reformas empreendidas a partir de 1978 (particularmente com a promulgação da lei de emigração de 1985 que fez disparar a mobilidade internacional dos chineses), e rapidamente se globalizam e profissionalizam.

Na década de 1980 a Europa passou a integrar as rotas e locais de destino destes novos fluxos globais de migração em massa.

O número mais importante de migrantes chineses provenientes das áreas tradicionais de origem dos *Chinese Overseas* é originário de Wenzhou/Qingtian no sul de Zhejiang, com números mais modestos para Fuzhou/Fuqing na província de Fujian¹⁸.

Paralelamente, à renovada emigração a partir das áreas tradicionais dos *Chinese Overseas*, acrescentam-se novos tipos de migração, provenientes de uma variedade de áreas urbanas, particularmente das províncias do Nordeste (Jiling, Liaoning, Heilongjiang e Hebei), como resultado das reformas económicas empreendidas na RPC, com destaque para o encerramento das empresas estatais não rentáveis¹⁹.

Ultimamente, vem-se operando uma extensão dos fluxos migratórios globais de *Chinese Overseas* para a Europa, com novos tipos de fluxos a ganharem relevo²⁰: i) muito menos

¹⁷ Entre os *fora* mais recentes dedicados a esta problemática destaca-se um *workshop* organizado pela IOM e realizado em Madrid a 19 e 20 de Junho de 2002, com a participação de diversos especialistas europeus e da RPC em migrações chinesas na Europa, que discutiu as tendências da nova migração da China para a Europa, (IOM, 2002).

¹⁸ Apenas na Grã-Bretanha os originários da área de Fuzhou/Fuqing na província de Fujian são majoritários (Pieke, 2002: 11)

¹⁹ Picquart (2003).

²⁰ Pieke (2002: 12-13).

ligados a áreas específicas de origem; ii) envolvendo migrantes provenientes dum vasto leque de origens sociais; iii) com um modo de vida e uma visão do mundo verdadeiramente cosmopolitas; iv) frequentemente sem ligação histórica directa aos tipos de migração anteriores a 1949.

Entre os novos tipos cosmopolitas de emigrantes emergem os estudantes e os bolsistas. Apesar de deixarem a China temporariamente, só uma minoria regressa. Inicialmente, a Europa só recebia uma pequena parte deles. Os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá e o Japão constituíam os seus destinos de excelência. A China era mesmo o principal país de origem dos estudantes estrangeiros nos EUA (59.939 em 2000-2001)²¹. Porém, gradualmente, o continente europeu vem-se tornando mais popular entre os estudantes e bolsistas chineses, apesar das universidades europeias terem dificuldades em competir pelos melhores estudantes com as universidades de topo dos Estados Unidos. O 11 de Setembro, com o conseqüente crescimento das medidas de segurança incluindo um maior rigor na concessão de vistos²² por parte das autoridades norte-americanas, e o desenvolvimento de estratégias mais claras de atracção de estudantes estrangeiros por parte de alguns países europeus explicam esta nova tendência para o destino preferencial dos estudantes chineses²³. A Alemanha, a França e a Grã-Bretanha perfilam-se como os destinos europeus mais comuns para este tipo de migrantes²⁴.

A taxa de retorno dos estudantes chineses depois de graduados é muito maior na Europa do que nos EUA. De acordo com a Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE), apenas 14,1% dos estudantes chineses nos EUA regressaram

²¹ Laczko (2003).

²² Em 2002, muitas universidades americanas tiveram de cancelar inúmeras bolsas para estudantes chineses (Laczko, 2003: 5).

²³ Alguns países europeus, como por exemplo a Irlanda, começam a simplificar os procedimentos de concessão de vistos a estudantes chineses, tornando-os mais rápidos, facilitando, deste modo, a sua entrada no espaço europeu.

²⁴ Em 2001, havia no Reino Unido 18.000 estudantes chineses em instituições do ensino superior, tornando-se o maior grupo dum total de 143.000 estudantes estrangeiros. Na Alemanha, o número de estudantes chineses do ensino superior passou de 6.526 em 1999 para 9.109 em 2000. Na Holanda, o número de estudantes chineses cresceu cerca de 50% entre 2000 e 2001. O número de estudantes chineses do ensino superior na Europa aproxima-se rapidamente do dos EUA (Laczko, 2003: 2).

à RPC após a conclusão dos estudos no período 1978-1999, em contraste com a situação na Europa onde aquela taxa é de cerca de 50%²⁵.

É errado pensar-se que os estudantes e os bolsistas chineses, como fluxo migratório, estejam completamente dissociados de outros fluxos de novos migrantes. Na realidade, o visto de estudante pode ser a via mais segura e barata para viajar para o estrangeiro. Para os potenciais migrantes, estudar pode ser simplesmente uma alternativa para outros objectivos como sejam o reagrupamento familiar, a participação num negócio, o trabalho-contratado temporário, o convite legal para trabalhar numa empresa chinesa, o asilo político, entre outros. Frequentemente, estes migrantes passam para outras categorias no decurso do seu processo migratório²⁶.

Entre os diversos grupos socioeconómicos que compõem os novos migrantes podem-se nomear ainda os empresários e os profissionais qualificados²⁷. São igualmente de destacar os comerciantes transfronteiriços e as equipas de construção e os trabalhadores agrícolas na parte leste da Rússia. É ainda de realçar, como consequência da crescente subida do nível de vida da população chinesa, o aumento do número de chineses que se deslocam à Europa com fins turísticos.

Por outro lado, constata-se que, em termos de desenvolvimento, as províncias chinesas de emigração estão entre as mais desenvolvidas economicamente. Entre as 30 províncias da China, Guangdong, Fujian e Zhejiang, posicionam-se respectivamente em 4º, 6º e 8º lugar em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)²⁸. Em termos de PIB per capita, Guangdong e Zhejiang posicionam-se conjuntamente em 4º lugar com Fujian na 7ª posição. Dado que as três províncias de topo em IDH e PIB per capita são centros urbanos (Shanghai, Beijing e Tianjin), a posição das três províncias de emigração é

²⁵ A taxa de retorno de estudantes chineses é mais alta em França (47,6%) e no Reino Unido (46,8%) e mais baixa na Alemanha (37,4%) (OECD, 2002).

²⁶ Pieke (2002: 12-13).

²⁷ É de realçar o aumento do número de imigrantes chineses qualificados da área da saúde. A Irlanda e o Reino Unido têm recrutado ultimamente enfermeiros/as directamente na RPC (Laczko 2003: 5).

²⁸ UNDP (2000).

notável. Acresce salientar, que a migração irregular²⁹ tem ocorrido a partir dos pontos mais desenvolvidos de Fujian e Zhejiang. As principais razões para este fenómeno não se prendem com a pobreza absoluta mas com o crescimento do factor conhecimento ou capital humano.

Porém, tendo em conta que estas três províncias representarem uma pequena fracção da população chinesa, o potencial futuro de emigração é enorme, como atestam já as novas tendências migratórias a partir das quatro províncias do Nordeste já referidas, que só recentemente começaram a participar nos fluxos migratórios internacionais.

(ii) Novos locais de destino e de ocupação

Um aspecto muito típico da emigrações chinesas para a Europa é o seu carácter marcadamente regional. Esta característica imprime uma grande fluidez e mobilidade aos imigrantes chineses na Europa, com especial relevo para os fluxos entre os países do ocidente e leste da Europa e os do sul do continente.

Na década de 1990, os tradicionais países de destino para os *Chinese Overseas* na Europa eram a Grã-Bretanha, a França e a Holanda que continuam a ter as comunidades chinesas mais numerosas³⁰. Porém, eles começam agora a desempenhar um duplo papel como países de trânsito e fonte de "segunda emigração" para o sul da Europa e países de destino primário para os velhos e novos fluxos de migrantes³¹.

A Europa do Sul, com particular relevo para a Itália e a Espanha, posiciona-se actualmente como importante destino para os imigrantes chineses na Europa, provenientes, em larga escala, de outras comunidades radicadas na Europa Ocidental, principalmente em França e na Holanda.

²⁹ A propósito das migrações irregulares chinesas ver Skeldon (2000). Skeldon identifica dois tipos de migrações irregulares: i) o contrabando (*smuggling*) de migrantes referido normalmente à facilitação da travessia ilegal de fronteira por uma 3ª pessoa ("o contrabandista", "smuggler"), que é pago por esse serviço; ii) o tráfico (*trafficking*) de migrantes que pode envolver a facilitação de passagem ilegal através de fronteira, bem como a exploração posterior do trabalho do migrante, em condições que violam frequentemente os seus direitos humanos (Skeldon 2000: 7-8).

³⁰ Grã-Bretanha e França absorvem dois terços dos *Chinese Overseas* residentes na Europa.

³¹ Pieke (2002: 18-19).

A Europa central e de leste emergem, particularmente a Hungria, a República Checa, a Roménia, a Polónia e a ex-Jugoslávia, a partir da queda dos regimes comunistas em 1989-90, como novos locais de destino de novos imigrantes chineses que aí se fixam ou transitam para outros destinos.

As principais formas de ocupação continuam a ser o emprego em restaurantes, em lojas de venda a retalho e de import-export e em armazéns grossistas pertencentes a empresários chineses. O crescimento das comunidades chinesas e a relativa saturação do negócio da restauração tem proporcionado aparecimento de novas actividades paralelas no sector terciário, nomeadamente a nível de acunpuntura e massagens, escolas de artes marciais, agências de viagens e seguradoras, serviços de construção e decoração. Cresce também, como já foi referido, o número de estudantes e bolsistas (bolsas de investigação e de aperfeiçoamento profissional), assim como o de profissionais especializados.

Novos regimes e modalidades de migração

Os regimes chineses de emigração

Desde o início das reformas em 1978 que os rigorosos controlos à mobilidade da população chinesa abrandaram significativamente. Em meados da década de 1990, as barreiras administrativas à mobilidade interna e internacional dos chineses haviam já sido removidas no essencial.

Internamente, a China ainda carece de uma política de emigração verdadeiramente unificada, mesmo depois da aprovação em 1985 da lei de emigração³².

³² "Law of the People's Republic of China on the Control of the Exit and Entry of Citizens" adoptada a 22 de Novembro de 1985 (Tradução inglesa publicada em *The Laws of the People's Republic of China, 1983-1986*, The Legislative Affairs Commission of the Standing Committee of the National People's Congress of the People's Republic of China (Ed), Foreign Languages Press, Peking 1987: 197-200). Os artigos 5 e 8 da lei indicam de forma clara que os cidadãos chineses que desejem deixar o país por motivos pessoais o podem fazer, excepto no caso de pessoas que estejam sob investigação criminal, tenham casos criminais ou civis pendentes, tenham sido condenados e estejam a cumprir sentença ou em processo de reeducação pelo

Apesar da liberdade para trabalhar no estrangeiro estar legalmente garantida, os cidadãos chineses encontram frequentes dificuldades na obtenção de passaporte através dos canais oficiais. Uma vez este obtido, as autoridades normalmente não colocam obstáculos aos viajantes internacionais, que têm liberdade para regressar ao país e voltar a sair as vezes que entenderem.

Na prática, continua a privilegiar-se a emigração a partir das áreas tradicionais dos *Chinese Overseas*. Com efeito, os familiares dos *Chinese Overseas* têm mais facilidade em deixar o país para visitarem familiares ou mesmo para emigrarem do que outros cidadãos que não possuam este tipo de ligações. A razão para este tratamento especial tem a ver com um objectivo claro de captação de investimento dos *Chinese Overseas* na China, o que tem tido sucesso³³.

Após o incidente de Junho de 2000 em Dover³⁴, que culminou uma série de incidentes envolvendo imigrantes clandestinos chineses, o Governo chinês, face aos efeitos diplomáticos por ele produzidos, viu-se forçado a impor restrições à emissão de passaportes a cidadãos do sexo masculino com idade inferior a 35 anos na prefeitura de Fuzhou, província de Fujian. Contudo, o impacto desta medida não é claro, podendo, porventura, ter produzido um aumento nos custos da saída clandestina.

Os regimes europeus de imigração

Se a China ainda não está dotada de uma política de gestão da emigração a Europa padece igualmente de uma séria lacuna política no tratamento da imigração chinesa.

São visíveis três diferentes regimes de imigração na Europa³⁵: i) os estados europeus com migrações pós-coloniais e regimes de trabalhador-convidado (Grã-Bretanha, França,

trabalho, ou cuja saída seja considerada prejudicial à segurança do estado ou cause dano maior ao interesse nacional. Porém, a lei não faz qualquer menção a "emigração" referindo-se apenas a "partida" ("leaving").

³³ Pieke (2003: 20-21).

³⁴ Em Junho de 2000, 58 migrantes clandestinos chineses foram encontrados mortos por asfixia no interior de um camião em Dover, Inglaterra.

³⁵ Freeman (1995).

Holanda, Alemanha); ii) os novos países de imigração (Itália, Espanha, Portugal); iii) os ex-países socialistas da Europa central e leste.

Os países da Europa ocidental e do norte não consideram a imigração como solução para qualquer problema demográfico, económico ou social que enfrentem. Consequentemente, fazem uma distinção nítida entre migrantes económicos, considerados indesejáveis, e pessoas que desejem fixar-se por outras razões, nomeadamente o reagrupamento familiar e a procura de asilo político, que beneficiam de condições favoráveis. Como resultado, têm vindo a praticar, desde meados da década de 1970, uma política de "imigração zero" ou de "quotas" e de controlo rígido dos pedidos de asilo e das entradas ilegais.

Os países do sul da Europa (Itália, Espanha, Portugal e Grécia), só recentemente inverteram o seu modelo migratório, deixando de ser países de emigração para passarem a ser países de imigração³⁶. Neste contexto, a imigração constitui a principal resposta às necessidades de mão-de-obra das suas economias, como aconteceu com o grupo precedente até meados da década de 1970.

A gestão da imigração tem assumido a forma de regularizações periódicas de imigrantes ilegais, sendo, por conseguinte, mais reactiva do que proactiva. Mais recentemente, sob pressão da União Europeia no sentido de uma maior harmonização dos regimes de imigração e em consonância com a posição de algumas forças políticas internas que assumiram o poder (casos de Itália, Espanha e Portugal), alguns destes países têm vindo a promulgar novas leis de imigração, mais restritivas no sentido da fixação de quotas de imigrantes em conformidade com as necessidades em mão-de-obra e de maior rigidez no tratamento a dar aos clandestinos (fim das regularizações periódicas, expulsões).

Nos países do leste da Europa, à semelhança da Europa do sul, a imigração chinesa é um fenómeno recente. Só com a queda dos regimes comunistas em 1989-1990 se dá a sua incorporação no sistema mundial das migrações. Apesar de muitos destes países serem

³⁶ Durante o *boom* económico do pós-II Guerra Mundial, os chamados "30 gloriosos", que findou em meados da década de 1970 após o choque petrolífero de 1973, estes países forneceram, juntamente com o Magreb e a Turquia uma imensa força de trabalho imprescindível às economias da Europa ocidental.

inicialmente muito permissivos em relação à imigração, as fragilidades económicas e a necessidade de afirmação nacional têm conduzido a uma inversão desta política. Deste modo, a exigência de vistos foi imposta ou tornou-se mais rígida.

Como resultado da situação de prevalência de regimes de imigração muito diversos, diferentes desafios se colocam aos imigrantes chineses³⁷.

Os países do norte e do ocidente da Europa, normalmente, só permitem um número modesto de imigrantes económicos chineses, sobretudo como cozinheiros. Os imigrantes chineses que aqui se desejem fixar utilizam diversas vias para entrar: o reagrupamento familiar e o pedido de asilo são os mais vulgares. Em certos países como a Holanda é considerável a aplicação da figura de asilo para Menores Não Acompanhados³⁸.

Porém, um número desconhecido mas significativo de chineses tem entrado ilegalmente. Os migrantes não aceitam passivamente a sua condição de ilegais, procurando por várias vias a legalização, como atesta o célebre episódio dos protestos dos "sem-papéis" em 1996-97 em França, em que os chineses assumiram a liderança³⁹.

No sul da Europa, os imigrantes chineses usam métodos similares, mas com uma diferença crucial: a esperança explícita de conseguirem autorização de residência através das regularizações periódicas de imigrantes ilegais. Porém, o recente endurecimento de vários governos desta região em relação a esta matéria, terá reflexos óbvios na mudança de atitude destes imigrantes.

No leste da Europa, a entrada ilegal também é comum, apesar da maioria utilizar a região como trânsito, dirigindo-se posteriormente para o ocidente ou sul. A maioria dos imigrantes com destino à República Checa, Hungria e Jugoslávia entram legalmente

³⁷ Pieke (2002: 22-27).

³⁸ Entre 1996 e 2000, a China tem sido primeiro ou segundo na lista de países de origem de pedidos de asilo para menores não acompanhados na Holanda. Nos primeiros oito meses de 2000, 665 menores não acompanhados representaram 67% do total de pedidos de asilo de chineses na Holanda (Ministry of Justice of The Netherlands, 2000, cit. in Pieke, 2002: 41).

³⁹ Picquart (1999).

como visitantes de familiares ou conseguem visto de trabalhador ou como proprietários de uma empresa chinesa legalmente registada. A República Checa e a Hungria têm também recebido um número crescente de pedidos de asilo político de chineses.

Modalidades e rotas de emigração dos chineses para a Europa

A maioria dos novos migrantes chineses chegam à Europa munidos de visto de turismo ou de estudante, com domicílio garantido em casa de outros chineses já residentes ou nas associações chinesas⁴⁰. Na verdade, a dimensão das migrações irregulares chinesas para a Europa não é tão vasta como frequentemente se acredita.

Na Europa, a análise da figura do asilo, geralmente visto como um indicador dos fluxos de residentes ilegais, mostra que os chineses são, em termos relativos, parcamente representados. De Janeiro a Setembro de 2000, os pedidos de asilo de chineses na Europa atingiram apenas cerca de 4% do total de pedidos de asilo - 11 mil em 300 mil⁴¹.

Podem-se identificar três grandes modalidades nas migrações chinesas⁴²: i) saída e entrada legais; ii) saída legal e entrada ilegal; iii) saída e entrada ilegais.

Com a actual lei chinesa de emigração de 1985, a obtenção legal de passaporte está muito facilitada, o que faz aumentar extraordinariamente o potencial da saída legal da China.

A saída legal mas entrada ilegal ocorre quando o visto de entrada no país desejado não pode ser obtido mas o indivíduo pode obter o passaporte e a autorização de saída. A entrada pode ocorrer através de diversas vias, sendo as duas principais⁴³: i) vistos falsos inseridos num passaporte genuíno; ii) passaporte do país de destino roubado e alterado através da substituição da fotografia e detalhes pessoais do emigrante.

⁴⁰ Cattelain (coord) (2001); Picquart (1999).

⁴¹ Skeldon (2000: 14).

⁴² Idem: 23-25.

⁴³ Idem, *ibidem*.

A saída e a entrada ilegais podem ser conseguidas através da obtenção de documentos e autorizações fraudulentas para saída da China e entrada do país de destino. Normalmente, este tipo de ilegalidade não envolve documentos de qualquer tipo. Os migrantes deixam a China por mar ou terra, clandestinamente ou depois do suborno das autoridades fronteiriças, ou pelo ar para o país de destino final. A maioria move-se através da combinação de diversos meios (mar, terra e ar), voando, regra geral, para um ponto intermédio, a partir do qual continuam a sua viagem por terra ou barco.

A dificuldade de obtenção de visto na RPC, particularmente nas novas áreas de emigração, está na origem do crescimento de redes organizadas na Ásia, na Rússia e na Europa de leste (Polónia, Bulgária, ex-Jugoslávia).

Os emigrantes esperam, por vezes, várias semanas, para passarem para a Alemanha, Holanda, Grã-Bretanha, Bélgica, França, Espanha, Itália, Portugal, ou Estados Unidos, munidos de papéis falsos ou de documentos que obtêm durante a viagem (visto polaco, na Rússia, ou sérvio, por exemplo). Os trajectos dos clandestinos, com múltiplos circuitos e rotas na Europa, podem durar de alguns dias a quatro meses. Eles utilizam diversas estratégias e diferentes meios de transporte (avião, comboio, camião, autocarro e até trajectos a pé) de acordo com as ocasiões e opção dos passadores.

Alguns migrantes chineses chegam directamente aos aeroportos da Europa ocidental ou do sul, com bilhetes obtidos através de agências de viagem ou graças à cumplicidade de passadores na China. Acolhidos no local de destino por pequenos grupos que os ajudam a estabelecer-se nas comunidades chinesas respectivas, os novos migrantes aceitam trabalhos modestos em restaurantes ou lojas chinesas de venda a retalho ou import-export, em armazéns grossistas ou noutras actividades que começam a despontar entre as comunidades.

É possível identificar um certo número de itinerários fixos perfeitamente controlados por redes organizadas⁴⁴.

Dentre eles destaca-se a *Russian Connection*, uma rede que recruta na China e que, via Moscovo, se ramifica para Kiev (Ucrânia), Minsk (Bielorússia) e Letónia. De Kiev partem duas rotas principais: i) uma para Praga e daqui para a Alemanha, Holanda, Bélgica e Reino Unido; ii) outra para Belgrado, atravessando a Moldávia e a Roménia. De Minsk parte uma rota que atravessando a Polónia (onde existe facilidade de obtenção de vistos para a União Europeia), a Alemanha e a Bélgica atinge o Reino Unido. A rota da Letónia atinge a Alemanha, via Suécia, onde se ramifica em duas sub-rotas: uma para França e outra para a Holanda, atingindo posteriormente o Reino Unido⁴⁵.

A partir de Belgrado existem três rotas principais em direcção ao Ocidente: i) uma através do Montenegro, para Itália, por via marítima; ii) outra para a Eslovénia e Áustria através da Croácia ou da parte da Bósnia-Herzegovina controlada pelos sérvios; iii) e outra ainda para norte, através da Hungria, para a Áustria⁴⁶. Os imigrantes chineses chegam a Belgrado de duas formas: ou por via aérea directamente da RPC, aproveitando a facilidade de obtenção de vistos dada as boas relações Beijing-Belgrado, particularmente na era-Milosevic, ou por via terrestre a partir da Rússia.

De Istambul, na Turquia, partem duas rotas: i) uma atravessando a Bulgária, a Macedónia e a Albânia entra em Itália e daqui passa para a Suíça; ii) outra, directamente para Itália, por via marítima⁴⁷.

⁴⁴ Os grupos chineses do crime organizado ("Chinese Organised Crime Groups") a actuar na Europa têm como actividade central o controle da imigração ilegal. Porém, ultimamente, eles vêm diversificando as suas actividades criminosas por outras áreas: prostituição (sobretudo na Áustria); tráfico de mercadorias (especialmente de cigarros e com maior incidência na Alemanha e Holanda); tráfico de armas (sobretudo na República Checa); pirataria de propriedade intelectual (particularmente CD's audio e software e outros media digitais) e tráfico de heroína. Estes grupos tinham a particularidade de actuarem de forma independente e no interior do seu próprio grupo étnico. Contudo, ultimamente, as autoridades policiais dos Estado-Membros da União Europeia têm detectado exemplos de cooperação com organizações criminosas de outros grupos étnicos (EUROPOL, 2000 e 2003).

⁴⁵ CECLR (2000:11).

⁴⁶ Jovanovic (2000).

⁴⁷ Picquart (1999).

A *Gambia Connection*, é uma rede que controla um itinerário aéreo entre Guangdong e a Gâmbia, onde os imigrantes obtêm passaportes fornecidos pela máfia nigeriana, entrando em Portugal (via Cabo Verde), passando daqui para o espaço Schengen⁴⁸.

Estão ainda referenciadas outras rotas, nomeadamente: i) uma rota aérea até Amsterdam e daqui para o Reino Unido via um porto belga ou francês, a chamada *Soho Connection*⁴⁹; ii) da Tunísia para Itália, por via marítima com escala em Malta e na ilha italiana da Sardenha; iii) dos Estados Unidos, por via marítima até ao porto francês de Calais⁵⁰.

A nova imigração chinesa apoia-se nas redes e estruturas de *Chinese Overseas* bem implantadas na Europa, o que torna legítimo falar-se de um sistema migratório chinês definido como uma interrelação entre o país de origem e o de destino através de fluxos de informação, contactos pessoais e redes sociais. Funcionando de forma autónoma em relação ao país de acolhimento e solidárias internamente, as comunidades chinesas têm um impacto económico considerável.

As redes familiares e económicas transnacionais são fundamentais para a sua prosperidade. Habitualmente, as famílias com maior êxito económico na Europa coincidem com as mais dispersas internacionalmente, cujos negócios estão presentes em diferentes países, sem, contudo, romper com os vínculos com os seus locais de origem que continuam proporcionando mão-de-obra, cônjuges⁵¹, oportunidades de doação que conferem prestígio social e de investimento nos sectores imobiliário, comercial e produtivo. Com efeito, quanto maior a dispersão da rede (espacial e sectorial) maiores as possibilidades de prosperidade.

A mobilidade de capital, mão-de-obra e informação através da rede, a sua grande vantagem comparativa, é permanente e fundamental para o sucesso, particularmente

⁴⁸ CECLR (2000:11).

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Picquart (1999).

⁵¹ Actualmente, os casamentos endogâmicos são ainda muito comuns entre os chineses. Esta prática manifesta-se na aliança de um homem com uma mulher proveniente da sua região de origem, mesmo quando o homem trabalha e vive a uma grande distância.

quando as sociedades de acolhimento são incapazes de proporcionar iguais condições. É o que se verifica, por exemplo, com o acesso a crédito no seio da rede sem garantia de propriedade ou a mão-de-obra sem remuneração quando esta é recrutada no seio da família⁵².

O funcionamento em rede radica em dois grandes princípios básicos: i) a confiança nas amizades pessoais e integração num projecto colectivo de grupo e de estratégia de conquista individual; ii) as solidariedades clássicas, familiares, geodialectais ligadas a uma cultura ancestral e a um acervo colectivista confuciano, e a fileiras de entajuda financeiras espalhadas pelo mundo inteiro, sem esquecer os laços de investimento com a RPC.

Fortalecidas por estes pilares culturais e históricos, e a sua experiência migratória baseada no comércio, a sua actividade principal de sobrevivência no país de acolhimento, os *Chinese Overseas* constroem verdadeiros impérios. Com grupos financeiros muito poderosos espalhados pelo mundo, esta diáspora joga um papel-chave na abertura da RPC, reinvestindo consideravelmente nas suas regiões de origem.

As primeiras actividades no país de acolhimento obedecem a uma ética que radica no trabalho duro, mas o sucesso escolar e a ascensão social são rápidos entre a 2ª geração de imigrantes, produzindo homens de negócios, técnicos especializados e profissionais liberais. Eles têm a possibilidade de inverter a sua situação, graças à solidariedade e a um sistema de crédito comunitário, sem passar pelo sistema financeiro formal do país de acolhimento. Este sistema de entajuda permite aos chineses implantarem-se de forma autónoma em diversas actividades económicas e diferentes locais sem constrangimentos de relevo.

Parece existir entre os chineses uma sequência lógica da estruturação de actividades independentes⁵³: primeiro, o pai emigra para acumular dinheiro para a chegada da

⁵² Antolín (2000).

⁵³ “A imigração chinesa em Portugal”, www.loriente.com/rm2004maiod.htm.

mulher; de seguida, o casal trabalha para a chegada dos filhos em idade de exercer uma actividade; por fim trabalha toda a família, consolidando o negócio e criando oportunidades de sucesso económico, cabendo aos mais velhos os lugares de chefia.

Estas comunidades, julgadas de forma favorável pela maioria dos cidadãos e autoridades do país de acolhimento, representam para alguns um modelo de integração comunitário. Para outros, trata-se de uma vida "em gueto", à margem do modelo de integração do país de acolhimento. Por vezes, parecem até viver "em desenvolvimento separado" da sociedade de acolhimento.

É de realçar ainda a tendência para a 2ª geração de imigrantes chineses ser mais aberta às influências ocidentais ao mesmo tempo que as combinam com os seus valores ancestrais: selectivamente eles perservam os valores do confucionismo enquanto que em simultâneo integram as vantagens do conhecimento das sociedades dos países onde vivem. Efectivamente, eles buscam o melhor dos dois mundos⁵⁴

As comunidades de Chinese Overseas em diversos países da Europa

Não existe consenso quanto ao número exacto de *Chinese Overseas*, divergindo os diversos autores ou instituições encarregues da compilação estatística se consideram ou não como *Chinese Overseas* os chineses de Hong Kong, Macau ou Taiwan, conforme a concepção quanto à sua integração e aculturação nos países de acolhimento ou ainda consoante se inclui ou não uma estimativa de clandestinos.

De acordo com estimativas globais, a comunidade de imigrantes chineses espalhada pelo mundo totalizava em finais da década de 90 cerca de 63 milhões de indivíduos espalhados por diversos países⁵⁵. Porém, excluindo os chineses de Hong Kong, Macau e Taiwan esses números baixam para 34,5 milhões⁵⁶.

⁵⁴ Ching-Hmang (1995: 243).

⁵⁵ Dados da *Far Eastern Economic Review* (1999).

⁵⁶ Segundo dados da Overseas Chinese Affairs Commission de Taiwan, a diáspora chinesa em todo o mundo contava, em finais de 1999, com 34,505 milhões de elementos, representando uma subida de 2,3%

QUADRO 1 A China e o mundo Chinês

	Área (Km2)	População (milhões habitantes)	de	PIB capita (US\$)	per
RPC	9.561.000	1.200		2.900	
Hong Kong	1.045	6		20.000	
Macau	17	0,6		7.000	
Taiwan	36.000	22		10.000	
Díáspora	---	34,5		10-20.000	

Fonte: Trollet (1999: 103); Overseas Chinese Affairs Commission, Taiwan, 2001.

Naisbitt⁵⁷ refere 57 milhões de *Overseas Chinese* dispersos por 60 países, sendo 85% no Leste Asiático, dos quais 6,5 milhões na Indonésia, 6,1 milhões na Tailândia, 5,5 milhões na Malásia e mais de 1 milhão em Singapura, nas Filipinas e no Vietname. A maior comunidade fora da Ásia reside na Califórnia e é estimada em mais de 1 milhão de elementos. Mais de 90% adoptaram a nacionalidade dos países de adopção, mantendo apenas cerca de 2 milhões a nacionalidade chinesa.

Relativamente à Europa as estimativas variam mas todas apontam para um número inferior a 1 milhão no final da década de 90. Sinn⁵⁸ indica a existência de 60 000 chineses no final da década de 80 na Holanda, dos quais 7 000 nascidos na Indonésia (*peranakan*), 210 000 em França (1989), 157 000 no Reino Unido (em 1991) e 65 000 na Alemanha, originários sobretudo da RPC, Taiwan, Vietname e Hong Kong.

O estudo de Sit, Butter e van Lokven⁵⁹ aponta a existência de 825 000 *Chinese Overseas* no espaço da União Europeia, em 1994, com as comunidades mais significativas a situarem-se na Grã-Bretanha (230 000), em França (200 000), na Holanda (120 000), na Alemanha (100 000) e em Itália (70 000).

em relação ao ano anterior (33,726 milhões), dos quais 26,778 milhões na Ásia, 6,013 milhões nas Américas, 968 mil na Europa, 605 mil na Oceânia e 132 mil em África.

⁵⁷ Naisbitt (1996).

⁵⁸ Elizabeth Sinn, op. cit (1998).

⁵⁹ Sit, Butter and Lokven, op. cit. (1998).

QUADRO 2 População chinesa na Europa na 1ª metade da década 1990

(Segundo Poston, Mao e Yu; e Benton e Pieke)

País	A – Poston , Mao e Yu		B – Benton e Pieke	
	Ano	Número total de chineses	Ano	Número total de chineses
URSS/Rússia (incl. Ásia)	1989	274.000	1994	200.000
França	1989	200.000	--	120.000
Reino Unido	1988	125.000	1990	156.398
Holanda	1987	45.500	1994	59.000
Alemanha (Occidental)	1990	39.500	1993	37.077
Itália	1989	20.700	1993	22.875
Espanha	1991	15.000	1994	18.519
Portugal		---	1994	2.027
Bélgica	1991	13.000		---
Suécia	1990	12.000		---
Áustria	1990	6.000		---
Dinamarca	1991	6.000	1994	3.276
Suíça	1991	5.000		---
República Checa		---	1994	2.907
Hungria		---	1992	16.000
Outros países (N=13)		7.800		---
TOTAL c/URSS/Rússia (incl. Ásia)		769.500		638.076
s/URSS/Rússia (incl. Ásia)		495.500		438.076

Fontes: A - Poston, Mao and Yu, 1994; B - Benton and Pieke, 1998: 77, 102, 137, 204, 220, 240, 264, 301, 326 e 353, in Pieke (2002:50).

Como se conclui da análise do quadro 2, Poston, Mao e Yu⁶⁰ estimam um total de 769 500 indivíduos de etnia chinesa em 25 países europeus (não incluindo Portugal, República Checa e Hungria, mas incluindo a URSS), no início da década de 90, sendo as comunidades mais significativas as da URSS com 274 000 indivíduos (1989), da França com 200 000 (1990), a do Reino Unido com 125 000 representantes (1988) e a da Holanda com 45 500 membros (1987). Não incluindo as estimativas para a URSS/Rússia, o número total de chineses na Europa baixa para 495 500.

Já Benton e Pieke⁶¹ apontam para uma estimativa inferior de 638 000 *Chinese Overseas* em apenas 11 países do espaço europeu, apesar de se referir a um período ligeiramente posterior. A Rússia surge igualmente como a primeira comunidade com um total de 200 000 indivíduos (1994), seguida pelo Reino Unido com cerca de 157 000 (1990), a França

⁶⁰ Poston, Mao and Yu (1994).

⁶¹ Benton and Pieke, op. cit. (1998).

com 120 000 (em data não especificada) e a Holanda com 59 000 (1990). Portugal contaria, segundo estes autores, com 2.027 elementos em 1994. Não incluindo os chineses da URSS/Rússia, o total desce para 438 076.

QUADRO 3 População Chinesa na Europa em 1997

(segundo a EFCO)

País	Número total de Chineses
França	250.000
Reino Unido	250.000
Holanda	100.000
Alemanha	100.000
Itália	100.000
Espanha	30.000
Bélgica	30.000
Áustria	20.000
Suécia	15.000
Dinamarca	7.000
Suiça	8.000
Portugal	5.000
Outros países	17.000
TOTAL	932.000

Fonte: European Federation of Chinese Organisations (1999) in Pieke (2002:51).

Existem igualmente estimativas apresentadas pelas próprias comunidades chinesas (vd. quadro 3). A Federação Europeia das Organizações Chinesas (European Federation of Chinese Organisations - EFCO)⁶² apresentava uma estimativa da população de etnia chinesa em 17 países da Europa Ocidental, do Norte e do Sul, não incluindo, por conseguinte, os países da Europa de Leste, de 932 000 pessoas em 1997. A França e o Reino Unido apareciam à cabeça com 250 000 cada um, seguidos pela Holanda, Alemanha e Itália com 100 000 cada. Para Portugal era apresentada uma estimativa de 5.000 indivíduos.

Comparando estes valores com os do quadro 2, constata-se uma evolução assinalável entre o início da década de 1990 e 1997. Considerando os 11 países com maiores comunidades com dados nos quadros 2 e 3 (França, Reino Unido, Holanda, Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, Suécia, Áustria, Dinamarca e Suiça) temos um crescimento de 487 700, no início da década de 90, para 910 000 no final da década, o que significa uma

⁶² EFCO, European Federation of Chinese Organisations, 1999.

duplicação do número de imigrantes chineses na Europa durante este período. Verifica-se igualmente uma coincidência quanto às maiores comunidades no espaço da UE que correspondem a 5 principais países: França, Reino Unido, Holanda, Alemanha e Itália.

Esta diferença significativa terá a ver sobretudo com a grande explosão dos fluxos migratórios provenientes da China em direcção à Europa durante a década de 90, que se terão intensificado posteriormente a 1997. Por outro lado, é de crer que as estimativas das comunidades chinesas incluam imigrantes ilegais, não contabilizados nas estatísticas oficiais mas considerados pelas diversas associações chinesas.

Durante a investigação não tivemos acesso a estimativas mais recentes, com excepção da França onde Picquard apresenta uma estimativa recente de 450 000 imigrantes em 2003⁶³, revelando um crescimento assinalável comparando com os 250 000 apresentados pela EFCO em 1997, que representa uma taxa de crescimento de 80% no período 1997-2003.

No âmbito da investigação procedeu-se à análise das estatísticas oficiais dos Estados-membros da União Europeia bem como de dois outros países com comunidades chinesas relevantes integrantes do Espaço Económico Europeu, a Suíça e a Noruega, dados organizados no quadro 4.

⁶³ Picquart (2003a)

Quadro 4. Cidadãos de etnia chinesa residentes na Europa 2000-2003

(dados oficiais)

Países	Originários da RPC				Originários da RPC, Hong Kong e Taiwan			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
1 – Alemanha	50885	63111	72094	---	56157	68288	77306	---
2 – Áustria	---	6799	---	---	---	8254	---	---
3 – Bélgica	---	---	6011	---	---	---	6011	---
4 – Dinamarca	3073	3434	3892	4729	3178	3549	4016	4859
5 – Eslovénia	225	314	---	---	225	314	---	---
6 – Espanha	27574	37522	51203	---	27985	38067	51628	---
7 – Estónia	18 a	---	---	---	18 a	---	---	---
8 – Finlândia	---	---	2706	---	---	---	2706	---
9 - França b	31987	35506	---	---	31987	35506	---	---
10 – Grécia	---	569	---	---	---	616	---	---
11 - Holanda c	20054	21884	24638	30732	31492	33373	36284	42670
12 – Hungria	11432	---	---	---	11432	---	---	---
13 – Irlanda	---	---	5599	---	---	---	7263	---
14 – Itália	56660	58844	---	---	57230	59414	---	---
15 – Letónia	---	45	---	---	---	45	---	---
16 – Lituânia	5	9	---	---	5	9	---	---
17 – Luxemburgo	1070	---	---	---	1083	---	---	---
18 - Portugal b, d	3281	7239	8336	8703	3581	7608	8636	8994
19 - Reino Unido e	---	247403	---	---	---	247403	---	---
20 - Rep. Checa	3798	3221	---	---	3798	3240	---	---
21 – Suécia	8150	8959	9776	10852	9368	10190	11025	12106
22 – Noruega	3617	3818	4159	---	3623	3826	4167	---
23 – Suíça	6502	7381	8416	---	7194	8057	9200	---
TOTAL UE	---	521 677 f	---	---	---	544 371	---	---
TOTAL EEE	---	533 016	---	---	---	556 394	---	---
		f,g				f, g		

Todos os anos referem-se a dados de 31 de Dezembro.

Fontes: 1 - Statistisches Bundesamt (Federal Statistical Office); 2 - Statistics Austria, Volkszählung 2001 Hauptergebnisse – Österreich; 3 - Institut National de Statistiques (INS); 4 - Danmarks Statistik (Statistics Denmark); 5 - Conselho da Europa; 6 - Instituto Nacional de Estadística (INE); 7 - Conselho da Europa; 8 - Tilastokeskus (Statistics Finland); 9 - Ministère d'Interieur (France), 2003; 10 - National Statistics Service (NSSG); 11 - Statistics Netherlands (Central Bureau voor de Statistiek); 12 - Ministério do Interior da Hungria; 13 - Central Statistics Office Ireland (CSO); 14 - Instituto Nazionale Di Statistica (ISTAT); 15 - 16 - 17 Conselho da Europa; 18 - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); 19 - Home Office, Government of The United Kingdom; 20 - Conselho da Europa; 21 - Statistics Sweden (Statistiska Centralbyram); 22 - Statistisk Sentralbyra (Statistics Norway); 23 - Office Fédéral de la Statistique, 2003.

Notas:

- a. Dados de 1999.
- b. Dados referentes apenas a cidadãos com nacionalidade chinesa.
- c. Dados referentes apenas a cidadãos nascidos em territórios chineses.
- d. Em 2001, 2002 e 2003 inclui cidadãos com autorização de residência e de permanência.
- e. Dados referentes à totalidade dos cidadãos de etnia chinesa com diversas nacionalidades e origens.
- f. Os dados da Hungria e do Luxemburgo reportam-se a 2000 e os da Bélgica, Finlândia e Irlanda a 2002.
- g. Inclui dados da Islândia (140 em 2001).

A partir da análise dos dados oficiais não nos é possível ter uma avaliação rigorosa da dimensão das comunidades chinesas na Europa visto que as estatísticas oficiais dos diferentes países não contabilizam os ilegais e algumas elaboram registos com base na nacionalidade, não tendo em conta, por conseguinte, a origem étnica. Os diversos países apresentam, deste modo, critérios estatísticos diferentes:

- a) a Grã-Bretanha, contabiliza a totalidade dos cidadãos de origem étnica chinesa independentemente da sua nacionalidade e país de origem;
- b) a Holanda apenas refere os cidadãos nascidos em territórios chineses (RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan), mais de 42 000 em 2003, não se podendo dimensionar oficialmente as grandes comunidades de origem chinesa há muito radicadas no país e provenientes da Indonésia (a grande maioria dos mais de 10 000 cidadãos indonésios residentes no país) e do Suriname (uma parte importante dos cerca de 8.500 cidadãos deste país do Caribe residentes na Holanda) bem como imigrantes recentes de origem étnica chinesa oriundos do Vietname; caso semelhante verifica-se na Suécia, onde a uma comunidade de mais de 12 000 cidadãos originários da RPC, Hong Kong e Taiwan se terá de acrescentar os que são originários do Vietname (a grande maioria dos 11.482 cidadãos originários daquele país do sudeste asiático) mas que as estatísticas oficiais não autonomizam;
- c) a França, Itália e Portugal apenas registam os cidadãos segundo a nacionalidade legal e não a origem étnica, pelo que não é possível saber com exactidão o elevado número de cidadãos de origem étnica chinesa com a nacionalidade do país de residência, particularmente em França (com o diferencial a situar-se entre os 36.546 cidadãos de nacionalidade chinesa e os 450 000 segundo as estimativas mais altas de Picquart para cidadãos de etnia chinesa), bem como a imensa comunidade chinesa proveniente da Indochina;
- d) a Espanha segue o critério da nacionalidade no registo dos cidadãos da RPC e de Taiwan, embora presente, de forma irregular (apenas em alguns anos), uma relação dos cidadãos chineses que adquiriram a nacionalidade espanhola.

Tendo em conta apenas os dados oficiais com as supra referenciadas diferenças quanto a critérios de registo dos cidadãos estrangeiros teríamos em 2001 um total de 556 394 cidadãos chineses na Europa, não incluindo a Rússia. De um modo geral os critérios ao adoptarem a nacionalidade e não a origem étnica, não contabilizando como membros da comunidade chinesa indivíduos que têm a nacionalidade do país, conduzem a uma clara sub-avaliação da dimensão da comunidade chinesa. Considerando que o período 2000-2004 foi marcado por um grande crescimento dos fluxos migratórios para a Europa e extrapolando a partir dos dados da EFCO de 1997 e da evolução registada em França até 2003, podemos considerar que uma estimativa que aponte para cerca de 2 milhões de cidadãos de origem chinesa actualmente na Europa, incluindo os fluxos ilegais, estará próxima da realidade.

As diferenças entre os dados oficiais e não-oficiais não são um indicador preciso da dimensão do número de ilegais, dado que muitas das instituições encarregues da elaboração das estatísticas oficiais só têm em consideração os cidadãos de nacionalidade chinesa. Como tal não registam os indivíduos de origem étnica chinesa nacionais bem como os possuidores de outras nacionalidades, nomeadamente de países do sudeste asiático ou de Suriname, onde existem comunidades de origem chinesa de relevo. Pelo contrário, as associações chinesas contabilizam os números referentes à etnia, independentemente da nacionalidade ou origem. O grande diferencial verificado na Bélgica, pouco mais de 6 000 cidadãos chineses (em 2002) segundo as estatísticas oficiais e cerca de 23 000 (em 1999) de acordo com o CECLR (Centre pour l'Egalité des Chances et la Lutte Contre le Racisme) e 30 000 (em 1997) segundo a EFCO, constitui um exemplo dessa constatação, reforçado pelos casos já citados da França e da Holanda.

Como tal, afigura-se-nos de extrema importância a necessidade de coordenação e uniformização dos critérios de registo dos diferentes países da União Europeia, condição essencial para se criar uma base de dados comum.

Seguidamente, analisaremos em maior detalhe os países onde existem comunidades chinesas de maior dimensão.

A Comunidade chinesa em França

O número de cidadãos de etnia chinesa radicados em França rondavam os 250 000 em 1997, segundo dados da EFCO (1999). Porém, Picquart⁶⁴ avalia esse número em 450 000, dos quais 250 000 só na Ile-de-France. A partir das estatísticas oficiais não nos é possível confirmar estes números, dado que em França o registo dos imigrantes é realizado segundo a "nacionalidade legal" e não a partir da origem étnica. Segundo dados oficiais estavam registados no país em 2001, 35.506 cidadãos da RPC, dos quais 19.471 eram mulheres e 16.035 homens, representando um acréscimo de 11% relativamente ao ano anterior, e 1.040 de Hong Kong⁶⁵.

Quanto às entradas a OCDE aponta a entrada em França de 5.700 cidadãos da RPC em 1998, 2.800 em 1997, 700 em 1996 e 900 em 1995. Estes números afiguram-se bastante subavaliados, tendo em conta que, ainda segundo Picquart, só em 1999, terão conseguido visto de entrada em França nos consulados de França na China (não incluindo Hong Kong) 79 mil cidadãos chineses e que anualmente entram em França cerca de 40 mil chineses⁶⁶. Tem crescido também o número de chineses que solicitam asilo: só em 2001 o número de pedidos de asilo por cidadãos chineses atingiu os 2.048⁶⁷.

Existem três grupos distintos de *Chinese Overseas* em França. O primeiro, estabelecido há mais tempo, é constituído por indivíduos originários de Zhejiang, que emigraram directamente para França. O segundo, mais numeroso, é formado por elementos de etnia chinesa vindos da Indochina. O terceiro, compreende novos imigrantes a maior parte dos quais originários da orla costeira e da região de Zhejiang (Wenzhou, Qingtian), mas também de outras províncias e de Beijing⁶⁸.

⁶⁴ Pierre Picquart (2003a).

⁶⁵ Fonte: Ministère de l'Intérieur, 2003. Os dados referem-se aos chineses residentes na França Metropolitana, não incluindo, portanto, os que residem nos Domínios do Ultramar (DOM). Os cidadãos dos países da Indochina, na sua maioria de etnia chinesa, estavam repartidos em 2001, segundo a mesma fonte, da seguinte maneira: Cambodja (20.575), Vietname (17.988) e Laos (10.937).

⁶⁶ Idem. Picquart baseou-se em dados fornecidos por diversas fontes estatísticas francesas (OFRA, Embaixada da França em Pequim e Ministério do Interior).

⁶⁷ IOM (29 October 2002).

⁶⁸ Yu-Sion (1998) e Picquart (2003).

O elevado número de chineses provenientes de Zhejiang deve-se ao recrutamento por contrato (no quadro do "coolie pattern") de cerca de 140 000 trabalhadores, durante a I Guerra Mundial, para as fábricas de armamento e para cavarem trincheiras nas frentes de batalha. No final da guerra a maioria regressou à China, mas alguns milhares fixaram-se em França. Nos anos 30, alguns habitantes de Wenzhou partiram igualmente para França. Em 1936, um censo oficial indicava a existência de 2 000 chineses em Paris, na sua maioria, comerciantes, artesãos e trabalhadores da indústria de curtumes. Depois da II Guerra Mundial, deu-se outra vaga de imigração chinesa, proveniente da mesma região da China.

Depois de 1975, a imigração passou a ter como local de origem preferencial a Indochina, sendo na sua maioria de origem teochew e cantonense⁶⁹.

Actualmente, a maior parte dos novos imigrantes é originária da província de Zhejiang, sobretudo da zona sul (Qiangtian, Wenzhou, Rui'an e Wencheng).

A partir de 1997 apareceu uma nova vaga migratória originária do Nordeste (ex-Manchúria), nomeadamente das províncias de Jiling, Liaoning, Heilongjiang e Hebei, embora com menor expressão numérica do que os originários de Zhejiang. Ela é integrada por indivíduos com um bom nível académico, entre os 35 e os 45 anos, de origem urbana, não possuindo nenhuma componente comunitária em França⁷⁰

A política francesa em relação aos imigrantes, numa lógica de assimilação, apontava como preocupação básica evitar a concentração de chineses em bairros isolados. Depois de lhes fornecer alojamento à chegada, as autoridades francesas incentivavam o seu estabelecimento fora de Paris. Porém, as famílias isoladas tinham tendência a juntar-se à comunidade residente em Paris.

⁶⁹ No Camboja, a política anti-chinesa e anti-vietnamita empreendida por Lon Nol (antes de 1975) e a vitória dos Khmers vermelhos; no Vietname, a vitória dos Vietcong em 1975 e o conflito sino-vietnamita determinaram a fuga, em condições horrorosas, de mais de 100 mil pessoas (os *boat people*), cujo principal destino foi a França (Fabienne, 2003).

A comunidade de etnia chinesa de Paris reside fundamentalmente em três áreas⁷¹. Os primeiros imigrantes, originários de Wenzhou, fixaram-se ao redor do 13^{ème}. Arrondissement (Temple et Arts-et-Metiers), coexistindo com outras comunidades, designadamente a turca e a jugoslava. As pequenas fábricas de artigos de pele ainda existem, mas o comércio e a restauração constituem a sua base económica, com tendência a expandir-se. Mantêm alguns sinais exteriores discretos da cultura chinesa.

Um outro grupo, constituído essencialmente por refugiados da Indochina de origem teochew, habita na moderna zona de La Porte de Choissy, construída entre 1965 e 1975. O bairro caracteriza-se pela existência de restaurantes e lojas chineses. A primeira firma chinesa estabelecida em França, uma cadeia de supermercados denominada "Irmãos Tang", está instalada nesta zona. O Bank of China e o International Commercial Bank of China têm delegações neste bairro.

Um terceiro grupo está instalado na área comercial de Belleville, situada na zona nordeste de Paris, e assemelha-se a Choissy. É aqui que se encontram os maiores restaurantes e lojas chinesas.

No seguimento dos incidentes de Agosto de 1996⁷², os chineses assumiram decididamente a liderança do movimento dos "sans papiers", rompendo com a regra da tradição comunitária e do silêncio que os caracteriza⁷³. Centenas de famílias em situação irregular saíram para as ruas em Paris exigindo a sua regularização. Unidos a outros imigrantes em situação irregular, imprimiram às suas exigências objectivos mais profundos, denunciando o trabalho clandestino, os horários desumanos, toda a exploração de que são vítimas da parte quer dos passadores quer dos empregadores. O movimento rapidamente tomou proporções mais vastas com a chegada a Paris de clandestinos provenientes de outras partes da França, da Bélgica e de outros países europeus, na esperança de uma regularização rápida.

⁷⁰ Chinois d'Europe et Intégration – Paris – 28 avril 2004.

⁷¹ Guillon (1998).

⁷² A 23 de Agosto de 1996, as forças policiais francesas expulsaram diversos africanos clandestinos ("sans papiers") que se haviam refugiado na Igreja Saint-Bernard exigindo a regularização da sua situação.

A consequência mais directa deste movimento foi a regularização de 7.500 clandestinos chineses, dos cerca de 9 000 pedidos de legalização, o que representa a mais alta taxa de regularização por grupo de nacionalidade 83%. A consequência mais importante foi o aprofundamento do desejo de uma integração mais plena na sociedade francesa por parte da nova geração de chineses⁷⁴.

Com efeito, esta nova geração de *Chinese Overseas* radicados em França vem-se integrando mais efectivamente na sociedade francesa, fruto da política de assimilação das minorias étnicas implementada pelo governo francês, mas sobretudo de um desejo crescente de escapar à tutela ancestral dos bairros chineses. Falando correntemente o francês, eles começam a adoptar um modelo cultural de tipo europeu, trabalhando e realizado uniões matrimoniais livremente fora das Chinatowns. A clivagem entre as novas gerações e as mais antigas é uma evidência.

O movimento associativo chinês e franco-chinês está bastante desenvolvido em França, tendo aumentado consideravelmente nos últimos 10 anos⁷⁵. Actualmente, estão recenseadas 649 associações sendo 50 chinesas e 599 franco-chinesas⁷⁶, repartindo-se por todo o país e territórios ultramarinos e por vários sectores de actividade. Em Ile-de-France existem 267 (das quais 155 na cidade de Paris) na província 364 (sobretudo nas regiões du Nord e du Rhône e nas cidades de Lyon e Marselha e nos territórios ultramarinos 18. Os sectores de actividade mais representativos são o desporto (principalmente ligadas às artes marciais) (82 associações), o cultural (53), o económico (30) o social (22) e o geodialectal (constituídas com base num dialecto comum) (18)⁷⁷.

⁷³ Picquart (2003).

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ As associações franco-chinesas começaram a surgir no início do século XX e são organizadas por intelectuais e responsáveis franceses e chineses. Os seus órgãos são mistos, sendo compostos por franceses e chineses. As suas actividades destinam-se a um público francês e procuram desenvolver as trocas e os laços entre os dois países e aproximar as duas culturas. As associações chinesas são as que são dirigidas e integradas por chineses ou pessoas de origem chinesa. As suas actividades são direccionadas para a comunidade chinesa e muito poucas pessoas fora da comunidade podem participar nelas, excepto por ocasião de certas festividades ou como convidados de honra. As primeiras associações chinesas foram criadas depois da I Guerra Mundial por intelectuais chineses, com objectivos educacionais (alfabetização e educação de trabalhadores chineses que permaneceram em território francês) (Picquart: 2003).

⁷⁷ Estes números referem-se apenas a Ile-de-France (Picquart, 2003).

A Comunidade chinesa no Reino Unido

Em 1991 realizou-se no Reino Unido o primeiro censo que contemplou a questão étnica. Este censo deu origem a diversos estudos⁷⁸ e apontava para a existência de 156.900 indivíduos de etnia chinesa no país (0,28% do total da população britânica), com a maior concentração na área metropolitana de Londres (81 000, mais de metade do total). Estes números incluem os estudantes chineses que supostamente deveriam deixar o país após a conclusão dos estudos, mas não traduzem, na opinião de alguns estudiosos, a verdadeira dimensão numérica da comunidade, que consideram sub-avaliada⁷⁹.

O censo de 2001 recenseou 247.403 indivíduos de etnia chinesa (0,4% da população total do Reino Unido e 5,3% do total da população das minorias étnicas), independentemente da sua nacionalidade, dos quais 32,42% vivendo na região de Londres⁸⁰. Deste modo, entre 1991 e 2001, a população de origem étnica chinesa, segundo dados oficiais, cresceu 57,7%.

Segundo dados da EFCO em 1997 residiam no Reino Unido 250 000 cidadãos de etnia chinesa, sendo, actualmente, uma das minorias étnicas mais representativas e, em algumas regiões mesmo a mais numerosa (por exemplo, em Surrey, Essex e Oxfordshire)⁸¹.

Os primeiros imigrantes chineses no Reino Unido começaram a chegar no século XVII, aumentando fortemente o seu fluxo entre 1839 e 1842, como consequência da I Guerra do Ópio⁸².

A população de etnia chinesa inicial era predominantemente constituída por marinheiros e comerciantes concentrados nos portos de Londres, Liverpool, Cardiff e Bristol, havendo

⁷⁸ Entre eles destacam-se: Parker (1995), Owen (1995); Chan and Chan (1997).

⁷⁹ Parker (1995).

⁸⁰ Fonte: Census, April 2001, Office for National Statistics.

⁸¹ Tam (1998: 81-90). A maior minoria étnica é a indiana (1.053.411 em 2001), seguida pela paquistanesa (747.285) e pela dos negros carinbenhos (565.876) (Census, April 2001, Office for National Statistics).

⁸² Parker (1998).

também um número apreciável de lavandarias chinesas. Desde o início do século XX, estudantes e diplomados passam a integrar também a comunidade.

Em 1919, formou-se o Comité Nacional para os Estrangeiros e começaram-se a implementar políticas restritivas de imigração. Como consequência, e também devido ao declínio da marinha mercante associado à depressão, no período inter-guerras, a população chinesa no Reino Unido regrediu⁸³. Entre 1921 e 1931 a comunidade passou de 2.419 elementos para 1.934⁸⁴.

A maior vaga de emigração chinesa para o Reino Unido deu-se depois da II Guerra Mundial. Nas décadas de 50 e 60, numerosos chineses, provenientes da RPC e de Hong Kong, e alguns estudantes de Singapura e Malásia, chegaram ao Reino Unido. Neste período, o rápido desenvolvimento do novo mercado da comida barata e estrangeira resultou no *boom* dos restaurantes chineses. Por outro lado, o negócio das lavandarias chinesas entrou em rápido declínio com a expansão dum novo e prático electrodoméstico: a máquina de lavar roupa. A população de etnia chinesa residente no Reino Unido progrediu rapidamente neste período, passando de 19.396 em 1951 para 96.030 em 1960⁸⁵.

A partir de 1962, devido à adopção de novas medidas restritivas relativas à imigração, o número de imigrantes de etnia chinesa voltou a diminuir. Contudo, na década de 1990, assistimos a um novo movimento migratório chinês para a Grã-Bretanha, acompanhado por um movimento inverso de re-emigração para outros países da União Europeia. Em 1998, entraram legalmente no Reino Unido 5.770 cidadão nacionais da RPC, não incluindo os de Hong Kong, tendo no ano seguinte re-emigrado 3.998⁸⁶.

De acordo com os dados oficiais de 2001 e relativamente à origem da população de etnia chinesa, cerca de metade é originária de Hong Kong e cerca de um terço (29,2%) nasceu

⁸³ Jones (1987).

⁸⁴ Fabienne (2003).

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Tam (1998).

no Reino Unido. Os restantes provêm da RPC (11,6%) e da Malásia, Singapura e Vietname (6,2%)⁸⁷.

As maiores comunidades de *Chinese Overseas* distribuem-se pelas grandes áreas metropolitanas, designadamente Londres, com cerca de 81.000 elementos em 1991 (mais de metade do total) e Manchester, com aproximadamente 17.300. Porém, o censo de 2001 revela uma maior dispersão da comunidade, tendência já referida como geral a nível europeu, com a região de Londres a baixar de mais de 50% para 32,42%, sendo, inclusivamente, a minoria étnica mais representativa na Irlanda do Norte e a segunda na Escócia⁸⁸.

Quanto às actividades exercidas, 19% dos elementos da comunidade possui emprego próprio e 71% trabalha nos sectores da distribuição, hotelaria e restauração, o que faz com que a sua taxa de desemprego seja muito mais baixa do que a taxa nacional⁸⁹.

A grande maioria da população de etnia chinesa é jovem, cerca de três quintos tem entre 20 e 40 anos de idade. O nível educacional é alto, com a taxa de escolaridade na faixa etária dos 16 aos 24 a cifrar-se nos 86%, comparada com 47,6% para o conjunto das minorias étnicas⁹⁰.

A comunidade chinesa do Reino Unido não é homogénea, apesar de possuir uma matriz cultural comum. Constatam-se diferenças em termos de grupo social, ocupação e educação. Genericamente, a comunidade pode ser dividida em três grupos: i) a geração mais velha; ii) a geração intermédia; iii) e a geração mais jovem⁹¹.

A geração mais velha, incluindo as pessoas com 60 e mais anos, chegou na sua maior parte ao Reino Unido há 30 ou 40 anos atrás. São normalmente de origem camponesa ou

⁸⁷ BBC - Gloucestershire Voices: Our Untold Stories - The Chinese Population, www.bbc.co.uk/gloucestershire/untold_stories/chinese/population.shtml.

⁸⁸ Census, April 2001, Office for National Statistics.

⁸⁹ Fonte: Annual Local Area Labour Force Survey 2001/02, Office for National Statistics.

⁹⁰ Chan (1999).

⁹¹ BBC, dossier citado na nota de rodapé 123.

operária com uma fraca preparação académica, tendo-se estabelecido por conta própria no pequeno comércio a retalho. A maioria tem poucos ou nenhuns conhecimentos da língua inglesa. Constitui a geração mais tradicionalista com forte identidade cultural e grande dificuldade de integração no estilo de vida ocidental.

A geração intermédia inclui as pessoas com idades entre os 30 e os 60 anos. Alguns deles estão ainda envolvidos no pequeno comércio a retalho mas muitos possuem já um alto nível de educação trabalhando em variadas profissões. Inclui profissionais originários da classe média provenientes de Hong Kong, estudantes e intelectuais fugidos da RPC depois do massacre de Tiananmen de 1989. A expansão deste grupo teve um impacto socioeconómico muito positivo na comunidade.

Por fim, a geração mais jovem com idades até aos 30 anos. Este grupo pode ainda ser dividido em três sub-grupos. O primeiro, constituído por estudantes originários de Hong Kong, Malásia e Singapura, cuja maioria regressa aos seus países de origem depois de concluídos os estudos. O segundo, são as crianças e jovens nascidos no estrangeiro que imigraram recentemente para o Reino Unido afim de se juntarem às suas famílias. E, por último, temos os chineses nascidos no Reino Unido. Esta nova geração procura superar, através da instrução, os seus problemas sociais e garantir a sua segurança económica. Apesar do seu esforço, sentem-se discriminados na procura de emprego, sendo, por vezes, obrigados a regressar aos negócios familiares. Conseguem prosperar economicamente, mas a sua participação na vida política e social é muito limitada. Estas dificuldades provocam uma necessidade de regresso às origens. Muitos deles pretendem dar continuidade às suas carreiras nos Estados Unidos, Hong Kong e Singapura.

Entre a comunidade chinesa residente no Reino Unido, existe uma forte identificação com a cultura popular de Hong Kong, via audiovisual (música e cinema). A nova geração, porém, praticamente não fala cantonense e a identificação com Hong Kong é mais virtual do que real. Em plena crise de identidade os jovens procuram em Hong Kong uma imagem da China moderna e comercial. A maior parte, no entanto, distingue

radicalmente Hong Kong, a grande metrópole moderna, do resto da China, antiquada. Apenas um reduzido número mantém fortes ligações com a cultura tradicional chinesa.

A comunidade chinesa é mesmo apontada como a menos assimilada entre as várias minorias étnicas, prosperando sem modificar no essencial o seu modo de vida⁹².

Ultimamente vem crescendo na RPC o interesse pela implantação das suas empresas de topo na Grã-Bretanha, como forma de expansão dos seus negócios, mas também de captação de novas ideias e técnicas, o que começa já a ser visto como uma reedição do que anteriormente se verificou com o Japão e a Coreia do Sul. Cerca de 120 empresas chinesas, a grande maioria de Shanghai, tinham aberto, até finais de 2001, escritórios no Reino Unido, destacando-se entre elas algumas indústrias tradicionais de alto valor acrescentado como o fabrico de produtos de protecção e combate a incêndios⁹³.

Para disponibilizar informação aos investidores chineses e ajudá-los a escolher os melhores negócios e localizações foram abertos na RPC três representações oficiais britânicas, em Beijing, Shanghai e Guangdong.

É crescente o número de cidadãos da RPC que adquirem a nacionalidade britânica. Depois da explosão do início da década de 1980, o número de chineses (não incluindo os de Hong Kong) a adquirirem a nacionalidade britânica estabilizou à volta dos 300 por ano entre 1983 e 1990, disparando em seguida durante a década de 1990 passando de 300 em 1990 para 1.965 em 2000 e 1.870 em 2003⁹⁴.

A Comunidade chinesa na Holanda

Segundo dados da EFCO (1999), a população de etnia chinesa residente na Holanda atingia os 100 000 em 1997, número bastante superior ao referido por Benton and Pieke, que apontava para os 59 000 em 1994 (ver Quadro 3), dos quais 7 000 *Peranakan*⁹⁵.

⁹² Watson (1977:193).

⁹³ Chang (2001).

⁹⁴ Fonte: Home Office, Government of The United Kingdom

Segundo dados oficiais, os cidadãos residentes na Holanda e nascidos na RPC, Hong Kong, Macau e em Taiwan totalizavam 42 670 em 2003⁹⁶. Ainda segundo dados oficiais holandeses, os nacionais da RPC e Taiwan residentes na Holanda eram apenas 10 203 em 2002 e 12 183 em 2003, contra 7 821 em 1997⁹⁷. Em 2003 entraram na Holanda 4 501 novos cidadãos da RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan, contra 1574 em 1995⁹⁸.

O número de cidadãos de nacionalidade chinesa a residir na Holanda explodiu sobretudo no final da década de 70, passando de 2.520 em 1970 para 7.474 em 1980. Contudo, na década de 80 houve uma ligeira diminuição, decaindo para 6.543 em 1990, subindo novamente na década seguinte, para 8.729 em 2000 e 10.203 em 2001⁹⁹.

O número de cidadãos chineses a adquirem a nacionalidade holandesa tem mantido uma tendência à volta dos mil indivíduos por ano, entre 1996 e 2002, com o pico a ser atingido em 1996 com 1.394 autorizações de nacionalidade concedidas, e o ponto mais baixo em 1998 com 800¹⁰⁰. É igualmente significativo o número de cidadãos de etnia chinesa com outras origens, nomeadamente da Indonésia e de Suriname¹⁰¹.

A maioria dos elementos das comunidades chinesas radicadas na Holanda reside sobretudo em Amsterdão, Roterdão e Haia.

Foi nos finais do século XIX que se fixaram na Holanda os primeiros chineses, provenientes da Indonésia (os *Peranakan*), na altura uma colónia holandesa. Em 1863, as escolas holandesas de Java permitiam a frequência a alunos de origem chinesa. Estes pertenciam a famílias prósperas e foram os principais empreendedores de negócios na

⁹⁵ Os *Peranakan*, palavra de origem malaia que significa "filhos do solo", são descendentes de chineses nascidos na Indonésia que emigraram para a Holanda.

⁹⁶ Fonte: Statistics Netherlands, Voorburg/Heerlen 7/7/2003.

⁹⁷ Os cidadãos da RPC constituíam em 2002 a 5ª nacionalidade fora da União Europeia mais representativa no país, depois da marroquina (104.262 indivíduos), da turca (100.309), da norte-americana (15.217) e da indonésia (10.127). (Fonte: Statistics Netherlands, Voorburg/Heerlen 7/7/2003).

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Segundo dados do Council of Europe (2002).

¹⁰⁰ Segundo dados do Statistics Netherlands (Central Bureau voor de Statistiek)

Holanda. Revelando bons conhecimentos da língua e cultura holandesas, não tiveram dificuldades em estabelecer-se na Holanda, obtendo alguns deles licença das autoridades holandesas para realizarem actividades comerciais¹⁰².

Historicamente, podem-se identificar três fases distintas na emigração dos *Peranakan* para a Holanda¹⁰³:

- i) Na 1ª fase, entre finais do século XIX e o final da II Guerra Mundial, o seu número era muito reduzido, sendo a comunidade constituída por jovens estudantes;
- ii) Na 2ª fase, depois de 1950, o seu número aumentou, podendo optar pela nacionalidade holandesa e a motivação fundamental passou a ser de ordem socioeconómica;
- iii) Na 3ª fase, como consequência da vaga de perseguições à comunidade radicada na Indonésia decorrente do golpe de Estado de Suharto em 1965, as motivações adquiriram uma natureza essencialmente política e o seu número progrediu significativamente.

Muitos dos elementos da comunidade *Peranakan* consideram-se cidadãos holandeses, ocupando até posições de relevo na sociedade holandesa, especialmente nos círculos académicos e rejeitando mesmo a integração em associações étnicas chinesas, por considerarem que estas os afastam da sociedade holandesa, em vez de os aproximarem. No entanto, têm consciência de que a sua integração ainda não é plena, devido aos traços físicos e culturais que os caracterizam.

A identificação da comunidade *Peranakan* com a China é complexa, podendo ser abordada em duas fases:

¹⁰¹ Os cidadãos da Indonésia residentes na Holanda, na sua maioria de etnia chinesa, atingiram em 2002 o número de 10.127. Além disso, uma parte importante dos cidadãos de Suriname (8.491) são de origem chinesa, os chamados "sino-surinameses" (Fonte: Statistics Netherlands, Voorburg/Heerlen 7/7/2003).

¹⁰² Pieke and Benton (1998).

Numa primeira fase, o retorno às origens relacionava-se com a necessidade de protecção e afirmação do grupo na sociedade holandesa, que o discriminava. Em 1911, apesar de não falarem ou lerem mandarim ou dialectos chineses formaram a primeira associação de estudantes de origem chinesa, por motivações simplesmente sociais.

Numa segunda fase, ao chegarem à Holanda, escapando ao tratamento hostil e à política de assimilação violenta do governo indonésio, uma das suas primeiras atitudes foi a mudança do nome para chinês, pois haviam sido obrigados a adoptar nomes indonésios. Revelaram vontade de recuperar a herança cultural e os laços de ligação com as regiões de ancestral origem.

Os outros grupos de etnia chinesa radicados na Holanda, nomeadamente os oriundos da RPC, Hong Kong e do Suriname, não consideram os *Peranakan* verdadeiros chineses, por se recusarem a aderir a alguma das cerca de 50 associações de etnia chinesa existentes na Holanda. Dir-se-ia que vivem entre três paredes: os restantes grupos de etnia chinesa radicados na Holanda, os indonésios e a sociedade holandesa¹⁰⁴.

A maioria dos elementos destas comunidades dedica-se à restauração e ao pequeno comércio a retalho, mas surgem cada vez mais indivíduos que se dedicam a outras actividades profissionais.

A Comunidade chinesa na Alemanha

O número de indivíduos de etnia chinesa vivendo na Alemanha atingia em 1997 os 100 000 segundo o EFCO (1999), número muito superior ao referenciado por Benton and Pieke que apontava para os 37.077 em 1993 (ver Quadro 3). Segundo o IOM¹⁰⁵ a população de etnia chinesa na Alemanha, que praticamente triplicou durante a última década, cifrava-se em 63.111 em 2001.

¹⁰³ Minghuan (1998).

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ IOM (29 October 2002).

Segundo dados oficiais disponibilizados pelas autoridades germânicas¹⁰⁶, o número de cidadãos com nacionalidade chinesa (apenas da RPC) explodiu na década de 1990 e início do século XXI, passando de apenas 700 em 1970 e 14 085 em 1990, para 33.172 em 1995 e 72.094, em 2002.

Comparando com o Reino Unido e a França, constata-se, por um lado, a existência de um número mais elevado de cidadãos nacionais da RPC a residir na Alemanha e, inversamente, a existência de comunidades chinesas muito mais numerosas naqueles dois primeiros países. Esta situação prende-se com o carácter mais restritivo da lei da nacionalidade alemã em termos de concessão de nacionalidade, em conformidade com a estratégia alemã de integração de cidadãos estrangeiros de que o estatuto de trabalhador-convidado é o exemplo mais notório, e com uma tendência migratória chinesa para a Alemanha muito mais recente do que para o Reino Unido e a França, onde as comunidades chinesas iniciaram o seu estabelecimento há mais tempo e onde as políticas de integração, quer pela via da assimilação (em França) quer pela do pluriculturalismo (no Reino Unido) eram muito mais atractivas.

Os chineses entram na Alemanha sobretudo como estudantes, solicitadores de asilo, trabalhadores e por motivo de reagrupamento familiar. A tendência migratória cada vez mais crescente é a dos estudantes migrantes, cuja cifra quase que duplicou entre 1999 e 2001, passando de 6.526 (em 1999) para cerca de 12 000 (em 2001). O número de migrantes trabalhadores aumentou de 6.958 em 1999 para 9.432 em 2001, tendo o número de pedidos de asilo diminuído de 2.072 em 2000 para 1.531 em 2001¹⁰⁷. Possivelmente, esta situação dever-se-á aos esforços da Polícia Federal de Alfândegas alemã e das autoridades checas e eslovacas no sentido do reforço do controlo da fronteira entre os três países.

Os elementos da comunidade de *Chinese Overseas* radicada na Alemanha trabalham sobretudo no sector da restauração, havendo também comerciantes e trabalhadores

¹⁰⁶ Statistisches Bundesamt (Federal Statistical Office)

altamente qualificados, sendo de destacar os engenheiros de sistemas em regime de contratação.

A Comunidade chinesa em Itália

Em Itália, a EFCO (1999) aponta a existência de cerca de 100 000 indivíduos de etnia chinesa em 1997, número bastante superior ao referido por Benton and Pieke, 22.875 em 1993 (vd. quadro 4). Segundo dados oficiais, a Itália possuía no ano 2000, 56.660 cidadãos da RPC legalizados, número que cresceu a uma média anual de 17,3% no período 1992-1999, e em 2001, 58.844 nacionais da RPC, 189 de Hong Kong e 381 de Taiwan¹⁰⁸. Em 1992 eram apenas 15.776¹⁰⁹. Algumas estimativas recentes aproximam-se dos dados oficiais¹¹⁰.

A Itália é apontada, aliás tal como outros países da Europa do Sul, como um dos principais destinos deste novo fenómeno de re-estabelecimento da população de etnia chinesa a viver na Europa, que emergiu no espaço da União Europeia no pós-Schengen¹¹¹.

A maior parte dos imigrantes chineses chegou depois de 1989, quando as autoridades italianas estabeleceram uma nova política de imigração particularmente atractiva para empresários estrangeiros.

Os cidadãos de etnia chinesa detêm actualmente 35% dos pequenos negócios abertos por imigrantes em Itália em geral e 70% das empresas da indústria têxtil¹¹².

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Era a 5º maior comunidade estrangeira depois da marroquina (155.864 indivíduos), da albanesa (133.018), da filipina (67.386) e da romena (61.212) (Fonte: ISTAT sui dati del Ministero dell'Interno).

¹⁰⁹ Fonte: ISTAT sui dati del Ministero dell'Interno.

¹¹⁰ A IOM indica uma estimativa entre os 47 mil e os 60 mil em 2001 (IOM, 29 October 2002). Antonella Ceccagno (2000), investigadora com estudos importantes sobre a comunidade chinesa em Itália, aponta a presença de um total de 41.237 chineses com autorização de residência em Itália em 1999 (números iguais aos dados oficiais) e 47.108 em 2000 (números inferiores aos dados oficiais), aos quais se acrescentam 6.148 estudantes chineses frequentando escolas italianas em 2000.

¹¹¹ Pieke (2002).

¹¹² IOM (29 October 2002).

Entre 1998 e 2000 uma nova onda de imigrantes chineses entrou em Itália quando uma nova lei permitiu que os empresários chineses pudessem trazer trabalhadores contratados no estrangeiro. O programa de amnistia e regularização extraordinária de ilegais de 1998 foi outro factor que terá contribuído para este novo fluxo imigratório.

A maioria dos elementos da comunidade radicada em Itália reside em grandes cidades como Milão, Florença, Turim e Roma e dedica-se fundamentalmente à restauração, existindo um fenómeno extremamente significativo de investimentos negócios no ramo da indústria do vestuário e têxtil concentrados na pequena cidade de Prato.

Na Província de Prato, situada a quinze e vinte quilómetros, respectivamente, de Pistóia e de Florença, existe uma forte comunidade chinesa estimada em 20 000 pessoas, 8% da população total da província, sendo mais de 70% originária de Wenzhou.

A imigração chinesa para Prato começou há pouco mais de dez anos. A presença destes imigrantes repercutiu-se nas estruturas produtivas da província, especializada na produção têxtil e de vestuário. Desde 1990 que o número de empresas registadas em nome de cidadãos chineses não tem cessado de crescer: de apenas 212 em 1992 para 1288 em 2000 e 1724 em 2003¹¹³. Muitas destas empresas são pequenas unidades fabris do ramo têxtil e do vestuário empregando mão-de-obra chinesa, constituindo um verdadeiro *cluster* têxtil chinês. Por outro lado, muitos cidadãos chineses tornaram-se assalariados em empresas italianas do ramo¹¹⁴.

A forte relação entre as cidades de Prato e de Wenzhou levou a que as autoridades de ambas as localidades assinassem, a 15 de Outubro de 2002, um acordo de gemação, visando reforçar a integração dos imigrantes chineses assim como o respeito pela leis italianas. Esta gemação conduziu igualmente à intensificação dos laços culturais e económicos entre Prato e Wenzhou, sendo de realçar o estabelecimento de outros

¹¹³ “Chinois d’Europe et Intégration” , L.E.I. Living European Integration, Paris – 28 Avril 2004, www.paris.fr/fr/citoynnete/actualites/chinois_europe_integration/colloque.pdf;
www.comune.prato.it/immigra.

¹¹⁴ Idem.

acordos, nomeadamente no domínio agrícola, turístico, universitário e das comunicações multimedia. A partir de Junho de 2003 as autoridades da Província decidiram financiar a publicação de um jornal mensal bilingue (WANLI), com informação sobre organismos públicos, com uma tiragem de 15 mil exemplares¹¹⁵.

Quatro associações chinesas presentes no território de Prato participaram na elaboração do processo de geminação: a Associação de Amizade dos Chineses de Prato, a Associação Geral Italo-Chinesa de Comércio, a Associação dos Budistas Chineses de Itália e a Associação de Fujian. Este acordo constitui um exemplo não só para outras regiões de Itália mas também da Europa, onde estejam radicadas importantes comunidades chinesas.

A Comunidade chinesa em Espanha

De acordo com a EFCO (1999) residiam em Espanha em 1997 à volta de 30 000 cidadãos de etnia chinesa, número relativamente superior ao apresentado por Benton e Pieke que em 1994 se cifraria em 18 519 (vd. quadro 2).

Quadro 5 Crescimento da comunidade chinesa (da RPC) em Espanha 1991-2002^a

	1991	1997	1998	1999	2000	2001	2002	1991-02
Números Globais	6.482	11.611	14.184	19.191	27.574	37.651	51.203	----
Crescimento (%)	----	----	22,16	35,30	43,68	36,55	36,0	789,93

Fonte: Instituto Nacional de Estadística.

a. Apenas cidadãos de nacionalidade chinesa, nascidos na RPC e em Espanha, não incluindo os que já adquiriram a nacionalidade espanhola.

Dados oficiais apontavam para a existência de 51.203 cidadãos da RPC a residirem em Espanha a 31 de Dezembro de 2002, representando um salto de 36 % relativamente ao ano anterior (37.651)¹¹⁶. O número de imigrantes chineses em Espanha aumentou rapidamente durante a década de 1990 e início do século XXI, passando de 6 482 (em

¹¹⁵ Idem.

¹¹⁶ Los Extranjeros Residentes en España 1998-2002, INE, www.ine.es; España en Cifras 2003-2004, INE www.ine.es.

1991) para 27 574 (em 2000) e para 51 203 (em 2002), um crescimento de cerca de 790% no período 1991-2002.

A comunidade chinesa tornou-se a maior comunidade asiática, posição que alcançou a partir de 1997 quando ultrapassou a comunidade filipina, e a quarta fora da Europa residente em Espanha, atrás da marroquina, equatoriana e colombiana.

Em 2001, dos 37.522 cidadãos nascidos na RPC residentes em Espanha, 3.103 haviam adquirido a nacionalidade espanhola. Por outro lado, no mesmo ano, dos 37.651 nacionais da RPC, 3.232 haviam nascido em Espanha¹¹⁷.

Em termos de localização geográfica, Barcelona com 10.527 residentes e Madrid com 10.354 residentes, eram as duas províncias com mais imigrantes chineses em 2000, absorvendo quase 2/3 dos imigrantes chineses da altura. Existem igualmente comunidades importantes nas Canárias, em Alicante e em Valência.

Os primeiros imigrantes chineses em Espanha, sobre os quais existe informação documentada, provinham da província de Guangdong e chegaram via Cuba onde haviam sido detidos e condenados pela sua participação nos movimentos independentistas cubanos dos finais do século XIX¹¹⁸.

Porém, o primeiro fluxo de relevo de migrantes chineses em Espanha remonta às décadas de 1920 e 1930, os primeiros dos quais provinham de França para onde tinham sido recrutados durante a I Guerra Mundial. Eram sobretudo vendedores ambulantes, originários na sua maioria de Qingtian (província de Zhejiang) que percorriam diversas localidades do país.

Durante a Guerra Civil de Espanha (1936-1939) um grupo importante destes migrantes regressou à China devido às duras condições enfrentadas, enquanto que outros terão participado na defesa do governo republicano. Após a instauração do regime franquista e

¹¹⁷ Los Extranjeros Residentes en España 1998-2002, INE, www.ine.es.

a posterior implantação do comunismo na China continental, começaram a chegar os primeiros imigrantes provenientes de Taiwan, graças a um programa de bolsas de estudo para estudantes da ilha¹¹⁹.

Depois da II Guerra Mundial, começaram a surgir os primeiros restaurantes chineses, particularmente em Madrid e Barcelona, cujos proprietários eram provenientes de outros países da Europa, onde já se dedicavam ao negócio.

Actualmente, a comunidade chinesa radicada em Espanha, na sua maioria originária da comarca de Qingtian na província de Zhejiang, é composta fundamentalmente por famílias proprietárias dos seus próprios negócios familiares, sobretudo na área da restauração, no pequeno comércio e em negócios de import-export. Ultimamente começam a proliferar pequenas unidades fabris de vestuário, de empresários chineses, frequentemente no seio da economia informal, empregando mão-de-obra chinesa, sobretudo feminina.

O processo de transformação do nicho económico étnico dos imigrantes chineses, iniciado antes da II Guerra Mundial na Grã-Bretanha e Holanda, do pequeno comércio a retalho para o sector da restauração decorreu em Espanha no período 1970-1990¹²⁰.

Este processo está relacionado, por um lado, com a aproximação do ponto de saturação do sector dos restaurantes chineses nos países europeus de imigração chinesa tradicional, particularmente a Grã-Bretanha e a Holanda e, por outro, com o desenvolvimento de importantes zonas turísticas no litoral mediterrânico espanhol e nas ilhas (Canárias e Baleares) desde o início dos anos 70 do século passado¹²¹.

¹¹⁸ Béltran Antolín, “Expansión geográfica y Diversificación Económica, Pautas Estrategicas del Asentamiento Chino en Españã”

¹¹⁹ Jiménez (2002).

¹²⁰ Segundo dados da Rede Nacional de Restaurantes Chineses, um portal da Internet especializado nesta actividade, existiam em 2002 à volta de 2.500 restaurantes chineses em Espanha, dos quais 700 em Barcelona. Não existe nenhuma localidade espanhola com mais de 10.000 que não possua pelo menos um restaurante chinês (Rodriguez, 2002).

¹²¹ Béltran Antolín, “Expansión geográfica y Diversificación Económica, Pautas Estrategicas del Asentamiento Chino en Españã”.

O rápido crescimento da comunidade chinesa em Espanha, com maior intensidade a partir de 1991, dá lugar a dois processos paralelos relacionados com a relativa saturação que o negócio dos restaurantes chineses começa a ter nos principais centros urbanos (Madrid e Barcelona) e nas capitais de província: i) em primeiro lugar, a dispersão geográfica da comunidade chinesa pelo território espanhol; ii) em segundo lugar, a diversificação das áreas de negócios, em especial para o comércio e para as pequenas fábricas de confecções¹²².

O comércio desenvolveu-se em diversos âmbitos, desde as tradicionais empresas import/export, até aos armazéns grossistas e ao retorno da venda ambulante nas ruas das grandes cidades e zonas turísticas passando pelas lojas de vestuário e bijuterias e pelas lojas de mercadorias baratas (as famosas “Tudo a Cem”). As lojas de vestuário são abastecidas directamente da RPC mas também a partir das pequenas unidades de confecções dirigidas pelos proprietários das lojas.

As Comunidades chinesas na Europa Central e do Leste

Existem comunidades importantes em alguns países da Europa de Leste, com particular relevo para o espaço da antiga URSS, Hungria e República Checa. Benton e Pieke avançam os números de 200 000 para a Rússia (1994), 16 000 para a Hungria (1992) e 2.907 para a República Checa (1994). Por seu turno Poston et al. Apresentavam uma estimativa de 274 000 imigrantes chineses para a antiga URSS (incluindo a parte asiática) em 1989 (vd. quadro 3).

No final da década de 1980, com a derrocada dos regimes comunistas da Europa Central e do Leste, estas zonas tornaram-se igualmente locais preferenciais de fixação, e especialmente de trânsito, para os novos emigrantes chineses. Esta nova face do fenómeno das migrações chinesas para a Europa tem a ver com a existência de poucos competidores de etnia chinesa nestes países e com o facto da economia pós-socialista necessitar urgentemente de novos bens de consumo competitivos (principalmente

¹²² Idem

vestuário e calçado) que a economia chinesa produz em larga quantidade e a baixos preços.

Rússia

A Rússia constitui um dos grandes locais de destino e de trânsito de chineses na Europa. As estimativas de imigrantes chineses no leste da Rússia apontam para cifras variando entre os 100 000 e os 300 000 indivíduos¹²³. São sobretudo comerciantes e trabalhadores da construção e indústria pesada, provenientes maioritariamente das três províncias do nordeste da China (Heilongjiang, Jilin e Shenyang) a braços com uma grave crise no sector industrial, resultante da reconversão das empresas estatais. Porém, tendo em conta o ritmo de crescimento recente e a elevada população das três províncias chinesas fronteiriças desta parte da Rússia, aquele número poderá atingir os 10 milhões em 2050, fazendo dos chineses o maior grupo étnico da Rússia depois dos russos¹²⁴.

Em Moscovo existe uma comunidade chinesa forte e bem organizada. Algumas estimativas apontam para cerca de 40 000 indivíduos, porém, com base em dados mais precisos, Gelbras chegou a uma estimativa mais baixa entre 20 000-25 000. A maioria são estudantes (27%) e homens de negócios, pertencentes a grandes companhias comerciais subordinadas ou com fortes ligações com o Ministério do Comércio Externo e das Relações Económicas Externas da RPC¹²⁵.

A comunidade chinesa de Moscovo constitui uma sociedade fechada e auto-suficiente com os seus próprios hotéis, pensões, restaurantes, clínicas médicas, agências turísticas, jornais, associações (de estudantes, empresários e mulheres), empresas de segurança e grupos criminosos. Porém, ela não é homogénea estando dividida numa série de sub-sociedades com base na província de origem. Somente 21% são originários das três províncias do Nordeste, atrás referidas, 24% provêm de três províncias costeiras (Hebei,

¹²³ Migration News, June 1999, Volume 6 Number 6 (www.migration.ucdavis.edu); Lintner and Mai (1999).

¹²⁴ As nove regiões do leste da Rússia têm uma população de 7,4 milhões, contra 300 milhões das três províncias chinesas fronteiriças (Migration News, June 1999, Volume 6 Number 6).

¹²⁵ Gelbras (2001).

Shandong e Fujian), 12% de Beijing e 6% de Shanghai. Apenas 1% dos chineses de Moscovo são cidadãos russos e 21% falam fluentemente a língua russa¹²⁶.

É visível a grande diferença entre estas duas comunidades chinesas radicadas na Rússia. Na realidade, enquanto que a migração chinesa para o leste da Rússia é basicamente um fenómeno local, expandindo-se a partir da interacção entre periferias contíguas dos dois países, a comunidade chinesa de Moscovo reflecte, sobretudo, uma interacção entre a Rússia e a China como um todo.

Hungria

O número de chineses actualmente residentes na Hungria varia segundo estimativas das organizações chinesas entre 10 000 a 15 000. De acordo com dados do Ministério do Interior da Hungria, no começo de 1999 estavam radicados neste país do leste da Europa aproximadamente 10 400 cidadãos chineses (a maioria originária das províncias de Fujian e Zhejiang), 82% dos quais em Budapeste e dedicando-se ao comércio cerca de 80%¹²⁷.

Estima-se que entre Outubro de 1988 e Abril de 1992 terão conseguido visto de entrada na Hungria 45 000 cidadãos chineses. Para fazer face a esta situação, as autoridades húngaras endureceram a sua política de imigração impondo um maior rigor na concessão de vistos. Esta situação resultou na re-emigração de grande parte dos chineses húngaros para outros países da Europa central (Roménia, Checoslováquia), Europa ocidental (Alemanha, França), Europa do sul (Itália) e América do Norte¹²⁸.

No início dos anos 90, a Hungria tornou-se o centro de distribuição de produtos *Made in China* no leste da Europa, particularmente com destino à Polónia, Ucrânia e Jugoslávia¹²⁹.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Nyíri (2000).

¹²⁸ Nyíri, (1998: 353); International Organization for Migration (1998: 325); Nyíri (2000).

¹²⁹ Nyíri (1999).

Normalmente, os chineses que se fixam na Hungria utilizam uma estratégia de diversificação dos seus negócios pelos países da região, onde obtêm títulos de residência, ao mesmo tempo que mantêm os seus negócios e a sua residência na Hungria¹³⁰.

A Hungria continua a constituir actualmente uma das principais portas de entrada na Europa Ocidental de imigrantes chineses provenientes do leste da Rússia e de Moscovo.

Sérvia-Montenegro

Na Sérvia-Montenegro estão radicados cerca de 15 000 chineses. Estima-se que só em Belgrado existam mais de 40 000 entre residentes e indivíduos procurando entrar na Europa Ocidental¹³¹. Na verdade, o país constitui sobretudo uma porta de entrada na Europa para os imigrantes chineses. Durante a década de 90 cerca de 80 000 chineses utilizaram a Jugoslávia como primeira etapa para a sua entrada clandestina na Europa Ocidental, devido às boas relações entre Belgrado e Pequim e à facilidade de obtenção de vistos. A maioria destes imigrantes eram originários de Qingtian na província de Zhejiang.

Europa do Norte

Suécia

Na Suécia, de acordo com a EFCO (1999), existiam, em 1997, 15 000 cidadãos de etnia chinesa, número um pouco superior aos 12 000 referenciados por Poston et al. para 1990 (vd. quadro 4). As estatísticas oficiais suecas distinguem cidadãos estrangeiros de cidadãos nascidos no estrangeiro. Assim, segundo essas mesmas estatísticas, em 2003 existiam 5 838 cidadãos nacionais da RPC, Hong Kong e Taiwan a residir na Suécia, contra 3 523 em 1995 e 2 078 em 1990¹³². Por outro lado, o número de indivíduos nascidos na RPC, Hong Kong e Taiwan a residir na Suécia era de 12 106 em 2003,

¹³⁰ Nyíri (1999: 3-4).

¹³¹ Segundo a polícia de Belgrado estavam registados, em Março de 2000, na capital sérvia 4 mil chineses. Porém, diversas estimativas apontam para 40 mil os chineses aqui residentes (Kratovac, 2000).

¹³² Fonte: Statistics Sweden.

revelando uma forte progressão relativamente a 1995 e 1990, anos em que os números atingiam 3 388 e 1 921 indivíduos, respectivamente¹³³.

Em 2001, e segundo a mesma fonte, estavam radicados na Suécia 11 482 cidadãos originários do Vietname, dos quais 9.148 possuíam a nacionalidade sueca, sabendo-se que a grande maioria deles são de etnia chinesa.

A maioria dos cidadãos de etnia chinesa radicados na Suécia são oriundos do Vietname¹³⁴, RPC, Hong Kong e Taiwan e concentram-se nas cidades de Gotemburgo, Estocolmo e Malmo. Cerca de 80% vive da restauração, contando-se em 1994, 230 restaurantes chineses em todo o país.

Dinamarca

Segundo a EFCO (1999) em 1997 existiam na Dinamarca 7 000 cidadãos de etnia chinesa. Benton and Pieke refere a existência de 3.276 em 1995 e Post et al. 6 000 em 1991 (ver Quadro 4). Dados oficiais dinamarqueses apontam a existência de 3.939 cidadãos da RPC a residir no país em 2003 contra 212 em 1980. A mesma fonte revela a existência de 289 cidadãos da RPC naturalizados dinamarqueses em 2002¹³⁵.

Grande parte da população de etnia chinesa radicada na Dinamarca é representada por mulheres chinesas que migraram como esposas de cidadãos dinamarqueses. A restauração é um dos poucos sectores da economia onde a comunidade se faz representar. A baixa percentagem de população chinesa na Dinamarca pode ser atribuída à rígida regulação do sistema social e dos mercados de trabalho dinamarqueses. Com um sistema de identificação rigorosamente controlado, afigura-se quase impossível para os migrantes ilegais ter acesso a qualquer tipo de serviço público¹³⁶.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Segundo Sit, Butter e Van Lokven (1998) dos 15 mil elementos que a comunidade contava em 1992, 11.500 seriam provenientes do Vietname.

¹³⁵ Fonte: Danmarks Statistik 2003.

¹³⁶ IOM (October 2002).

Bélgica, Áustria, Suíça e Irlanda

Na Bélgica, a comunidade de *Chinese Overseas*, segundo a EFCO (1999), em 1997 compreendia 30 000 indivíduos. Poston et al. referem 13 000 em 1991 (vd. quadro 4). Dados oficiais indicam a presença de 6.011 cidadãos da RPC na Bélgica a 1 de Janeiro de 2003¹³⁷. Dados do CECLR¹³⁸ apontam para cerca de 23.000 pessoas de origem chinesa a residir na Bélgica, em 1999.

A maioria dos chineses instalados na Flandres são originários de Hong Kong e de Guangdong e os da Bélgica francófona das províncias de Zhejiang e Fujian. Cerca de 95% insere-se no mercado de trabalho no sector da restauração¹³⁹.

A Áustria constitui igualmente um local relativamente importante de fixação de chineses étnicos na Europa. A EFCO (1999) refere a existência de 20 000 em 1997. Já Poston et al. apontam a existência de apenas 6 000 em 1991 (ver Quadro 4). Dados oficiais indicam a existência no país de 8 254 indivíduos nacionais da RPC, Hong Kong e Taiwan em 2001¹⁴⁰.

Na Suíça, segundo a EFCO (1999), existiam 8 000 cidadãos de etnia chinesa e Post et al. Estimavam a existências de 5 000 imigrantes em 1991 (vd. quadro 4). Dados oficiais revelam a existência no país de 9 200 cidadãos originários da RPC, Hong Kong e Taiwan em 2002, contra 7 194 em 2000¹⁴¹.

Na Irlanda, de acordo com o Census 2002, residiam nesse ano 5.766 cidadãos nacionais da RPC, 5.599 indivíduos nascidos na RPC e 1.664 nascidos em Hong Kong¹⁴².

¹³⁷ Service des Études et de la Statistique, IWEPS (2003), <http://statistiques.wallonie.be>.

¹³⁸ CECLR (2000:11).

¹³⁹ Existem na Bélgica cerca de 2.500 restaurantes chineses (CECLR, 2000: 11-12).

¹⁴⁰ Statistics Austria, Volkszahlung (2001).

¹⁴¹ Office Fédéral de la Statistique, 2003.

¹⁴² Census of Population of Ireland, 2002, Central Statistics Office (CSO).

Conclusões

As principais conclusões que podemos retirar sobre o fenómeno das migrações chinesas para a Europa são as seguintes:

- (i) Apesar de o Reino Unido, a França e a Holanda serem os países onde se fixaram as primeiras e mais expressivas comunidades chinesas, actualmente os chineses não imigram para um país ou um pequeno grupo de países em particular, mas antes para a UE, fazendo-se sentir a sua presença praticamente por toda a Europa. Não obstante a multipolaridade destes fluxos transnacionais, constata-se que as relações com a China, como país de origem ou de nascimento, permanecem, mantendo quer os antigos quer os novos migrante laços familiares, culturais e económicos com a RPC.
- (ii) No final da década de 1990 a Europa do Sul emerge como um local privilegiado de fixação dos imigrantes chineses. Esta situação tem a ver com a crescente saturação dos mercados étnicos nos países onde se estabeleceram as primeiras comunidades chinesas na Europa e com o endurecimento das leis de imigração nesses países, por um lado, e com a inversão do modelo migratório na Europa do Sul de países de emigração para países de imigração e a existência de diversos processos de legalização extraordinária na Itália, Espanha e Portugal.
- (iii) A interpolaridade tem sido outra característica muito particular deste fenómeno migratório. Na realidade, estas migrações processam-se não só da China para diferentes países, mas também de um país de fixação para outros países de fixação. No decurso dos processos de independência das colónias europeias do sudeste asiático, onde estão fixadas importantes comunidades de *Chinese Overseas*, e particularmente em períodos de maior convulsão política, social e económica, muitos chineses re-emigraram para as antigas potências coloniais europeias procurando sobretudo oportunidades económicas: da Indonésia para a Holanda, da Malásia para o Reino Unido,

dos países da Indochina para França. Ultimamente, vem-se assistindo a um mobilidade crescente dos chineses no espaço europeu, com um fenómeno de re-emigração entre vários países aproveitando novas oportunidades de negócio por via de uma abordagem integrada do mercado único.

- (iv) A maioria dos novos imigrantes é originária da província de Zhejiang. Simultaneamente, o noroeste da China é uma região que se está a converter num importante local de origem de emigrantes legais e ilegais para a Europa, como resultado das reformas económicas implementadas na RPC, incluindo o encerramento das empresas estatais não rentáveis. As velhas áreas de emigração como Guangdong, Fujian, Hong Kong e o Sudeste Asiático têm vindo, conseqüentemente, a perder terreno.
- (v) Actualmente, os imigrantes chineses compreendem novos grupos (estudantes, bolsistas, profissionais qualificado), implicam novas vias de migração (i.e. através da Europa de Leste), provêm de um número crescente de locais de origem e os países de destino são cada vez mais numerosos. As mulheres e as crianças costumam migrar separadamente, aparecendo o reagrupamento familiar como um motivo de entrada cada vez mais importante.
- (vi) A nova imigração chinesa apoia-se nas redes e estruturas das comunidades bem implantadas na Europa, o que torna legítimo falar-se de um sistema migratório chinês definido como uma interrelação entre o país de origem e o de destino através de fluxos de informação, contactos pessoais e redes sociais.
- (vii) O fenómeno da emigração chinesa para a Europa tem subjacente uma lógica económica evidente. A situação do mercado de trabalho e as oportunidades de negócio são factores que impulsionam a emigração. Os três principais nichos económicos são a restauração (em toda a Europa), o comércio (em toda a Europa, mas principalmente no leste da Europa e em França) e a manufactura de vestuário, este muito mais recente, principalmente no sul da Europa, com particular relevo para Itália e Espanha, frequentemente com ligações a empresas na RPC.

(viii) Não é possível determinar com exactidão a dimensão das diversas comunidades radicadas na Europa, dado os diferentes critérios adoptados pelas instituições de natureza estatística dos países europeus. Por outro lado, a presença de imigrantes cuja entrada não cumpriu as normas em vigor dificulta ainda mais esse levantamento estatístico. Os imigrantes chineses legalizados durante os períodos de regularização extraordinária levados a cabo em alguns países constituem, porventura, os indicadores mais aproximados da dimensão do fenómeno da imigração clandestina chinesa para a Europa.

2.3. O CASO DE PORTUGAL

Breve resenha histórica das migrações chinesas para Portugal

A emigração chinesa para Portugal enquadra-se nos movimentos migratórios europeus, possuindo, contudo, características muito específicas resultantes do processo histórico português.

Não será correcto falar-se de uma comunidade chinesa homogénea em Portugal, uma vez que a realidade demonstra uma evidente heterogeneidade deste grupo étnico radicado no país. De facto, distinguem-se claramente quatro grupos de indivíduos de origem étnica chinesa radicados em Portugal¹⁴³: a) o dos chineses da RPC; b) o dos chineses provenientes de Moçambique; c) o dos macaenses; d) o dos estudantes bolseiros.

Foi por volta da década de 1930 que se estabeleceram em Portugal os primeiros imigrantes chineses, dedicando-se sobretudo ao comércio ambulante de cintos, gravatas e bijuterias. Eram apenas 63 jovens entre os 20 e os 30 anos, a maioria solteiros ou recém-casados, que se fixaram sobretudo em Lisboa e no Porto, espalhando-se os

¹⁴³ Alguns estudos realizados sobre a comunidade chinesa em Portugal apontam para esta realidade, nomeadamente o trabalho realizado pela Liga dos Chineses de Portugal, “A Comunidade Chinesa em Portugal” e a investigação de Oliveira (2003).

restantes por Coimbra, Aveiro, Castelo Branco, Açores e Madeira. Eram provenientes de Qingtian, donde haviam saído para fugir à pobreza e à guerra. Alguns tinham já estado no Japão, donde haviam sido expulsos¹⁴⁴.

Destes pioneiros da imigração chinesa para Portugal alguns regressaram à China com as poupanças que haviam reunido e outros resolveram radicar-se em Portugal, chegando mesmo alguns a casarem-se com mulheres portuguesas. Nos finais da década de 1950 começaram a chegar os seus familiares. Este grupo, encontra-se integrado na vida socioeconómica portuguesa, desenvolvendo actividades no sector da restauração e do comércio, apesar de continuar a preservar a identidade cultural.

Em 1955 viviam em Portugal, não incluindo as suas colónias, 73 chineses, correspondendo, no essencial, a sete famílias que na altura estavam radicadas no país¹⁴⁵.

Durante o regime do Estado Novo, desenvolveram-se igualmente comunidades chinesas em algumas colónias portuguesas, com uma dimensão e importância bastante relevantes, nomeadamente em Moçambique, onde no início dos anos 70 atingiam cerca de 7 500 indivíduos e em Timor-Leste onde, antes da invasão indonésia em 1975, contavam perto de 10 000 elementos. Em Angola havia também uma comunidade, mas com muito menor expressão numérica.

A comunidade chinesa radicada em Moçambique era na sua grande maioria originária de Guangdong, fixando-se sobretudo nas cidades de Lourenço Marques e Beira. Era uma comunidade muito unida que desempenhava um papel importante na economia de Moçambique. Dedicava-se ao comércio local e internacional, restauração, com algumas bolsas de agricultores na cintura rural de Lourenço Marques, que abasteciam a cidade e exportavam para a África do Sul, e de pescadores na zona de Inhambane.

¹⁴⁴ Segundo dados do estudo “A Comunidade Chinesa em Portugal”, realizado pela Liga dos Chineses em Portugal em colaboração com o ACIME e a Fundação Jorge Álvares.

¹⁴⁵ Poston and Yu (1990).

Com o início do movimento de descolonização daquelas colónias, a partir de 1974, os chineses escolheram como destinos o Brasil, Portugal, e Macau, muitas vezes como ponto de passagem para outros países como o Canadá e os Estados Unidos da América.

Para Portugal terão vindo cerca de 700 chineses provenientes de Moçambique¹⁴⁶ que se dispersaram integrando-se muito mais facilmente na sociedade portuguesa do que na comunidade chinesa então residente, situação que se prende essencialmente com o domínio da língua portuguesa e um processo de assimilação progressiva da cultura portuguesa. Constituem hoje um grupo qualificado (bancários, médicos, engenheiros, entre outros), com actividades empresariais em diferentes áreas (contabilidade, direito, serviço de intérprete)¹⁴⁷. A nova geração tem gerado quadros técnicos que paulatinamente se vão desligando dos velhos negócios familiares mas, curiosamente, sem qualquer incursão na vida política do país.

Por volta de 1990 estimava-se a presença, em Portugal, de 300 a 500 famílias de macaenses¹⁴⁸. Porém, e contrariamente às expectativas iniciais, não se verificou nos anos que antecederam a passagem de Macau para a soberania da RPC uma vaga significativa de imigrantes provenientes daquela região, apesar de cerca de 107 000 habitantes de Macau terem a nacionalidade portuguesa. A grande maioria dos emigrantes macaenses optou pelos EUA e pelo Canadá, tendo a presença de fortes comunidades chinesas e o factor linguístico sido determinantes. A maioria dos macaenses residentes em Portugal está perfeitamente integrada na sociedade e cultura portuguesas. Funciona em Lisboa a Casa de Macau, organização associativa que promove o convívio entre a comunidade.

É de referir ainda a existência de um pequeno grupo de bolseiros frequentando cursos de bacharelado, licenciatura, mestrado, doutoramento e pós-doutoramento em instituições do ensino superior e de investigação em Portugal bem como um núcleo de investigadores chineses frequentando algumas escolas portuguesas do ensino superior com destaque para

¹⁴⁶ Este número é apresentado por Tomé (1994), constituindo uma estimativa que é de difícil confirmação por não existirem registos especificando a natureza étnica e proveniência do grupo visto serem cidadãos portugueses.

¹⁴⁷ “A imigração chinesa em Portugal”, www.loriente.com/rm2004maiod.htm.

o Instituto Superior Técnico e a Universidade de Aveiro, ao abrigo de protocolos entre estas instituições e universidades chinesas. Este grupo é transitório e como tal muito fechado, não se integrando nem na sociedade portuguesa nem nas comunidades chinesas¹⁴⁹.

A nova vaga da imigração chinesa em Portugal, proveniente sobretudo da província de Zhejiang, iniciou-se na década de 80, explodindo nas décadas seguintes.

Para alguns, o primeiro destino não é Portugal, transitando em primeiro lugar por outros países europeus, particularmente por Espanha, França e Holanda. As suas experiências migratórias pela Europa facilitam a entrada em Portugal através das fronteiras terrestres (carro e comboio). Para os que vêm directamente da China e que chegam por via aérea, a entrada é sempre difícil devido ao apertado controlo existente nos aeroportos. Deste modo, estes imigrantes recorrem a diferentes tipos de visto (turismo, negócios), permanecendo em Portugal depois de caducado o tempo de validade do visto, passando a uma situação de ilegalidade ou movimentando-se para outros destinos na Europa. Os principais factores para a escolha de Portugal como país de destino prendem-se com factores económicos e familiares, nomeadamente as oportunidades de mercado face à saturação de outros mercados europeus, o reagrupamento familiar e os períodos de regularização extraordinária.

Assim, o crescimento do número de imigrantes chineses em Portugal, desde finais da década de 80, poderá estar relacionado, para além dos motivos anteriormente referidos, nomeadamente as novas facilidades de emigração resultantes da aprovação de nova legislação na RPC referente a esta matéria, com:

- a internacionalização e modernização da economia portuguesa;
- as facilidades de circulação num espaço comunitário mais vasto;
- as oportunidades de comércio num mercado mais alargado;

¹⁴⁸ “ A Comunidade Chinesa em Portugal”, p. 14.

¹⁴⁹ Os bolseiros são portadores de um visto de estudo.

- a procura de novos locais de destino da Europa do Sul provocada por um certo congestionamento das actividades das comunidades chinesas nos países tradicionais da imigração chinesa na Europa;
- os períodos de regularização extraordinária.

Evolução recente e características da comunidade¹⁵⁰

Números globais de imigrantes chineses: residentes e autorizações de permanência

Quadro 6. Número de residentes e titulares de autorização de residência 1997-2003 (RPC/Hong Kong/Taiwan/Macau)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Autorizações Residência	2708	2776	3062	3582	4254	4771	5123
Autorizações Permanência	---	---	---	---	3354	3895	3936
Total	2708	2776	3062	3582	7608	8666	9059

Fonte: SEF.

Em 1980 residiam legalmente em Portugal 244 cidadãos de nacionalidade chinesa, número que foi crescendo nos anos subsequentes chegando aos 1 232 em 1990 e aos 3 582 em 2000.

Com as alterações legislativas em matéria de imigração produzidas em 1998 (Decreto-lei n°244/98, de 9 de Agosto) instituiu-se a nova figura de autorização de permanência, diferenciada da autorização de residência¹⁵¹.

¹⁵⁰ Todos os dados estão disponíveis no sítio do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) na Internet, www.sef.pt. Estes dados reportam-se apenas a números oficiais, não contemplando obviamente os imigrantes chineses ilegais.

¹⁵¹ A autorização de permanência permite a cidadãos estrangeiros, possuidores de um contrato de trabalho, permanecer legalmente em território português. O imigrante terá igualmente de estar inscrito na Segurança Social e pagar os impostos previstos na lei. Este tipo de autorização é válida por um ano e pode ser renovada até um período máximo de cinco anos, findo o qual, o cidadão estrangeiro terá de requerer uma autorização de residência.

A autorização de permanência pode também ser concedida a estrangeiros que se encontrem em Portugal sem visto de trabalho, sejam titulares de proposta de contrato de trabalho, ou de contrato, com informação da Inspeção-Geral do Trabalho, e desde que não tenham sido condenados por sentença com pena privativa de liberdade de duração superior a 6 meses e não estejam indicados no Sistema Integrado de Informações

Este novo instituto aliado à regularização extraordinária de estrangeiros realizada em 2001 e aos outros factores anteriormente referidos contribuiu para a explosão do número de cidadãos chineses a partir desse ano (quadro 6).

Em consequência, em 2001 foram concedidas 3 354 autorizações de permanência a cidadãos chineses o que somado aos 4 254 residentes registados nesse ano fazia crescer o total da comunidade para 7 608.

Em Dezembro de 2003 estavam registados 5 123 cidadãos chineses como residentes e 3 936 com autorização de permanência totalizando 9 059 indivíduos nacionais da RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan a viver legalmente em território português, o que representava 2,1% do total de 440 648 estrangeiros fixados legalmente em Portugal.

Em termos de nacionalidade, os imigrantes chineses eram a maior comunidade asiática (Anexo 1) e posicionavam-se em 12º lugar entre todas as comunidades estrangeiras, a curta distância dos santomenses (9 878) e à frente dos franceses (8 802), norte-americanos (8 114) e dos russos (7 866) (Anexo 2).

do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Este regime é aplicável aos nacionais dos seguintes países: Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Chipre, Eslováquia, Malta, Polónia e Turquia (Aviso in BTE,n.º17,8/5/99).

A autorização de permanência concedida a estrangeiros está prevista na Lei n.º 27/2000, de 8 de Setembro, no Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2001, de 10 Janeiro, na Regulamentação de trabalho de estrangeiros em território português (Lei n.º 20/98, de 12 de Maio), no aviso sobre o trabalho de estrangeiros em território português, publicado no Boletim do Trabalho e do Emprego, n.º 17, de 8 de Maio de 1999 e no despacho do Secretário de Estado da Segurança Social n.º 55-A-I/SESS/2000.

A autorização de residência permite aos cidadãos estrangeiros residir em Portugal. Existem dois tipos de autorização de residência:

- a) A autorização de residência temporária, válida por dois anos a partir da data da emissão do respectivo título e renovável por períodos sucessivos de três anos, sendo objecto de actualização sempre que se alterem os elementos de identificação pessoal registados nesse título. Este tipo de autorização de residência é concedido ao imigrante que entra e está presente em Portugal com um visto de residência válido, emitido por um consulado português no estrangeiro, desde que em relação a ele não exista qualquer facto que, se fosse conhecido pelas autoridades portuguesas, teria impedido a concessão do visto.
- b) A autorização de residência permanente, que apesar de não ter um limite de validade deve ser renovada de cinco em cinco anos ou sempre que tal se justifique, o que acontece quando se verificam alterações nos elementos de identificação pessoal. Este tipo de autorização de residência é concedido ao imigrante que tem uma autorização de residência temporária em Portugal há mais de cinco anos, no caso de serem cidadãos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, ou oito anos, no caso de serem de outros países e que não tenham sido, durante esse período de residência, condenados em pena ou penas que, isolada ou no seu conjunto, ultrapassem um ano de prisão.

Quadro 7 Evolução do número de cidadãos chineses com autorização de permanência e residentes em Portugal 1997-2003 (em %)

	1997-98	1998-99	1999-00	2000-01	2001-02	2002-03	1997-03
Apenas residentes	2,5	10,3	16,9	17,0	13,8	7,4	88,2
Residentes e Autorizações de permanência	---	---	---	112,5	13,9	4,5	234,4

Fonte: Cálculos do autor a partir de dados do SEF

Entre 1997-2003 registou-se um crescimento assinalável do número de imigrantes chineses de 2 708 para os actuais 9 059 representando um crescimento de 234,4%. Porém, nos anos posteriores a 2001, ano em que entrou em vigor o instituto da autorização de permanência e em que decorreu uma regularização extraordinária de estrangeiros, como seria expectável, o crescimento desacelerou, tendo o número de residentes e o número global de chineses legalizados aumentado 13,9 % em 2002 e apenas 4,5% em 2003. É de crer que, entretando, o número de ilegais tenha novamente aumentado, o que só poderá ser comprovado quando ocorrer novo processo de regularização extraordinária.

Quadro 8. Evolução do número de chineses¹ com residência legal em Portugal em períodos de cinco anos (1980-2000)²

					TAXA DE VARIAÇÃO (%)				
1980	1985	1990	1995	2000	1980-00	1980-85	1985-90	1990-95	1995-00
244	785	1232	2202	3281	1244,7	221,7	56,9	78,7	49,0

Fonte: SEF, Cálculos dos autores (taxa de variação).

Notas: 1 - Apenas cidadãos da RPC.

2 - Os dados referem-se sempre a 31.12.

Considerando séries temporais de cinco anos, entre 1980 e 2000, constata-se mais claramente o explosivo crescimento do número de nacionais da RPC (quadro 8). No período global de vinte anos da análise (1980-2000), a comunidade chinesa (apenas os cidadãos da RPC residentes) cresceu 1245 %.

As estimativas não-oficiais apresentadas pelas Associações Chinesas são contudo superiores, tal como noutros países europeus, aos dados oficiais. Foi referenciado que em 1997 a EFCO estimou a existência de 5 000 imigrantes chineses em Portugal quando os números oficiais apontavam para 2 708, ou seja metade daquele número. Mais recentemente, as Associações Chinesas em Portugal estimaram a existência em 1998 de cerca de 10 000 imigrantes chineses em Portugal e de 13 000 em 2003, embora não tenham sido suficientemente explicitados elementos que permitam avaliar do rigor com que foi elaborada esta estimativa¹⁵². Mais uma vez existe uma discrepância significativa entre os números oficiais fornecidos pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, 9059 imigrantes chineses com autorização de residência e de permanência, e os números apresentados pelas próprias associações chinesas que apontam para um número cerca de 50% superior. Se é certo que esta discrepância reflecte em parte a questão da imigração ilegal, deve notar-se que existem outros factores que contribuem para explicar esta diferença:

- a) os números apontados pelas associações abrangem todos aqueles que são de origem chinesa, independentemente da sua nacionalidade incluindo quer nacionais chineses quer portugueses, como é o caso dos macaenses e dos chineses provenientes de Angola, Moçambique e Timor-Leste, quer outras nacionalidades europeias ou até asiáticas¹⁵³;
- b) segundo dados da Conservatória do Registos Centrais, muitos chineses adquiriram, na década que antecedeu a passagem da soberania de Macau para a RPC, a nacionalidade portuguesa pelo que podem continuar a pertencer à comunidade sem ter nacionalidade chinesa¹⁵⁴;

¹⁵² In “ A Comunidade Chinesa em Portugal”, p. 17 e entrevista de Chow Y Ping, dirigente da Liga dos Chineses de Portugal à revista VISÃO, publicada em 29/1/2004. No estudo “ Comunidade Chinesa em Portugal” elaborado pela Liga dos Chineses, ACIM e Fundação Jorge Álvares, existem também estimativas anteriores de 10 000 em 1998 e 11 000 em 2001

¹⁵³ Segundo dados do SEF, em 2003 possuíam autorização de residência ou de permanência 448 cidadãos das Filipinas, 94 da Tailândia, 49 da Malásia, 43 de Singapura, 22 da Indonésia e 10 do Vietname. Sabendo que estes países do Sudeste Asiático possuem importantes comunidades chinesas, muitos deles estarão incluídos nos números apresentados pelas associações.

¹⁵⁴ Entre 1985 a 1996 adquiriram a nacionalidade portuguesa 5853 chineses, dos quais 5415 tinham residência em Macau e somente 152 em Portugal (Oliveira, 2003: 8).

- c) a recente aquisição da nacionalidade portuguesa por alguns imigrantes chineses da RPC que, sendo agora legalmente portugueses continuam a pertencer à comunidade¹⁵⁵;
- d) os dados do SEF, referentes a estrangeiros com residência legalizada e visto de permanência, indicam apenas os imigrantes que têm autorização de residência e de permanência, excluindo os vistos de turismo e de estudo, entre outros, a partir dos quais muitos chineses entram em Portugal e alguns acabam por cá ficar em situações que podem ou não resvalar para a clandestinidade,
- e) dada a grande mobilidade dos imigrantes chineses no espaço da UE, alguns dos que se encontram a viver em Portugal estão registados noutros países do espaço-Schengen, encontrando-se legalizados mas não registados no SEF, sendo obviamente considerados nas estimativas das Associações.

É evidente uma divergência no tratamento estatístico tornando pouco linear uma leitura da situação real do grupo chinês. Alguns exemplos ajudam a compreender este problema: nas estatísticas de 1991, havia uma indicação diferenciada entre macaenses e chineses e, em relação a 1998, há apenas um número único referente a chineses; no registo da Base de Dados do Secretariado Entreculturas do Ministério da Educação, constata-se uma demarcação do número de macaenses inscritos no sistema educativo oficial, no qual supostamente estão integrados os chineses¹⁵⁶.

Todos estes factos apontam para a presença de imigrantes chineses ilegais ou indocumentados, situação que é reforçada pela sua grande mobilidade interna (entre empregadores e entre estabelecimentos do mesmo empregador) e no espaço europeu e pelo carácter fechado dos negócios da comunidade, particularmente os dos imigrantes recentes. Na verdade, por todos estes motivos afigura-se extremamente difícil quantificar a dimensão do fenómeno da imigração ilegal de chineses para Portugal e, por consequência, quantificar com alguma precisão o número global de cidadãos de origem étnica chinesa a viver em Portugal.

¹⁵⁵ Segundo dados do SEF, entre 1999 e 2003 foi concedida a nacionalidade portuguesa a 89 cidadãos da RPC e a 2 de Hong Kong.

Relativamente aos novos fluxos de imigrantes mais qualificados associados ao fenómeno dos bolseiros tem-se registado também uma evolução importante em Portugal embora os números globais sejam ainda modestos. Segundo dados do Ministério da Ciência e Ensino Superior, em 2003 existiam um total de 53 estudantes chineses em Universidades portuguesas, 28 a frequentar cursos de licenciatura e 24 cursos de mestrado. As áreas com maior procura são as ciências físicas (9 alunos em cursos de mestrado), a engenharia (7 alunos em cursos de mestrado e 1 em cursos de licenciatura) e as ciências sociais (5 alunos).

Ao nível da investigação mais avançada, incluindo cursos de doutoramento e pós-doutoramento em 2003 estavam registados em instituições do ensino superior e de investigação portuguesas 51 estudantes da RPC, com bolsas atribuídas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). As instituições com maior número bolseiros chineses a frequentar cursos de doutoramento e pós-doutoramento são o Instituto Superior Técnico com 16, a Universidade de Aveiro com 12, a Universidade do Porto com 9 e a Universidade do Minho com 5¹⁵⁷. As áreas científicas com maior número de bolseiros são áreas tecnológicas em especial a Engenharia dos Materiais e a Química com 12 cada e a Engenharia Química e a Engenharia Mecânica com 6 cada¹⁵⁸.

¹⁵⁶ As estatísticas da educação por grupos culturais/nacionalidades de 1999-2000 (único ano lectivo onde é feita tal diferenciação) refere apenas alunos de Macau, sem qualquer referência à China (DAPP-Ministério da Educação 1999-2000).

¹⁵⁷ Outras instituições com bolseiros chineses são: Universidade de Coimbra (3), Universidade Nova de Lisboa (3), INESC (3), Universidade de Lisboa (1) e o ADETTI (1). "Informação sobre a Cooperação Bilateral entre Portugal e a China nas áreas da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior", Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES) do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 18.3.2004.

¹⁵⁸ Outras áreas científicas com bolseiros são: Engenharia Civil (4), Engenharia Electrónica e da Informação (3), Física (3), Ciências da Educação (2), Biologia (2) e Direito (1). "Informação sobre a Cooperação Bilateral entre Portugal e a China nas áreas da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior", Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior (GRICES) do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 18.3.2004. Por outro lado, no âmbito da Cooperação Bilateral entre Portugal e a China nas áreas da Ciência e Tecnologia diversas instituições portuguesas vêm desenvolvendo projectos de investigação conjunta com a China nas áreas da Biotecnologia, Tecnologias de Informação e Telecomunicações, Ciências da Terra e das Tecnologias de Vinificação. Do lado português, encontram-se envolvidas nestes projectos as seguintes instituições: Universidade de Aveiro, com cerca de 16 projectos, o Instituto Superior Técnico, com 6, a Universidade de Coimbra, com 5, a Universidade de Trás-os-Montes, com 3, o INESC, com 3, o INEB - Universidade do Porto, com 4, e alguns laboratórios do Estado, nomeadamente o LNEC, IPIMAR, INETTI e IGM.

Estrutura da população chinesa residente¹⁵⁹

Estrutura etária

No que respeita à estrutura etária os dados oficiais são escassos e não permitem retirar conclusões. O SEF só apresenta estatísticas detalhadas por grupo etário referentes aos pedidos de residência em 2003. Porém, a análise feita pelas associações chinesas aponta para que a maioria da população chinesa residente em Portugal é relativamente jovem: mais de 2/3 tem menos de 40 anos (68%) – 29,6% menos de 30 anos e 38,5% entre 31-40 anos - e cerca de ¼ entre 41-50 anos (24,7%)¹⁶⁰. Todavia, a crescente integração dos imigrantes chineses na sociedade portuguesa tem feito com que o peso da população inactiva tenha vindo a aumentar devido ao aumento de nascimentos e à chegada de crianças e idosos. Em 2003, dos 293 novos pedidos de residência de cidadãos chineses 103 foram de crianças entre os 0-4 anos (35,2% do total), 125 de crianças entre os 0-9 anos (42,7%). Nesse mesmo ano, houve apenas 77 pedidos de cidadãos com idades entre 20 e 44 anos (26,3% do total).

É de salientar que, não sendo uma das maiores comunidades em Portugal, o número de autorizações de residência concedidas a menores chineses nascidos no país foi o sexto, a seguir aos PALOP (excepto Moçambique) e Brasil¹⁶¹.

Um dos aspectos fundamentais relativamente aos grupos etários mais jovens, crianças e jovens, são os dados relativos à educação, dimensão de extrema relevância para a integração da comunidade chinesa em Portugal. Contudo os dados são escassos e pouco sistematizados existindo não só uma ausência de dados como grandes desequilíbrios entre graus de ensino. Segundo dados do Departamento do Ensino Básico do Ministério da Educação¹⁶², no ano lectivo de 2001/2002, frequentavam os estabelecimentos do Ensino Básico em Portugal 305 alunos de nacionalidade chinesa, representando 1,74% do total

¹⁵⁹ Estes dados referem-se apenas a cidadãos chineses (RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan) residentes pois só para estes o SEF apresenta números detalhados.

¹⁶⁰ “ A Comunidade Chinesa em Portugal”, p. 11, quadro 3.

¹⁶¹ Idem, p. 13.

¹⁶² "Caracterização Nacional dos Alunos com Língua Portuguesa como Língua Não Materna", Departamento do Ensino Básico (DEB) do Ministério da Educação (MINED), Janeiro de 2003.

de 17 535 alunos do Ensino Básico residentes em Portugal pertencentes a minorias nacionais ou culturais. Nesse mesmo ano, os 4 254 cidadãos chineses residentes representavam 1,9% do total de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal (223 976).

Relativamente ao ano lectivo de 1999/2000 constata-se uma progressão na integração da população chinesa residente em Portugal no Ensino Básico. Nesse ano, os 245 chineses a frequentar estabelecimentos desse nível de ensino representavam 1,25% do total da população escolar pertencente a minorias nacionais ou culturais a frequentar o Ensino Básico (19.650).

Estrutura por sexo

Em termos de distribuição por sexo, em 2003 a distribuição dos 5 123 cidadãos chineses era a seguinte: 2 913 do sexo masculino (56,9% do total) e 2 210 do sexo feminino (43,1% do total).

Relativamente a 2002, houve uma progressão dos indivíduos do sexo feminino comparativamente aos do sexo masculino de 1%, situação que estará relacionada com o crescimento do reagrupamento familiar em 2003, maioritariamente feminino, como principal motivo de novos pedidos de entrada. Com efeito, é uma evidência o crescimento do reagrupamento familiar como principal motivo de novos pedidos de entrada verificado nos últimos anos: enquanto em 2000 só 36% do novos pedidos de entrada foram por motivo de reagrupamento familiar (149 do total de 415) em 2002 o peso do reagrupamento subiu para 52% (202 do total de 388 novos pedidos de entrada).

Dos 293 pedidos de residência apresentados em 2003 por cidadãos chineses 137 eram do sexo masculino e 156 do sexo feminino.

Esta tendência de aproximação entre os indivíduos de sexo masculino e feminino, como uma constante dos últimos anos, aliada ao crescimento do reagrupamento familiar

como principal motivo de entrada de imigrantes chineses são indicadores de uma crescente integração social da comunidade¹⁶³.

Localização geográfica

Quadro 9. Residentes chineses¹ por distrito 1999-2003

Distrito	1999		2000		2001		2002		2003	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lisboa	1741	55,9	1917	53,5	2168	51,0	2356	49,4	2503	48,9
Faro	508	16,6	570	15,9	621	14,6	686	14,4	707	13,9
Porto	276	9,0	382	10,7	509	12,0	624	12,1	677	13,3
Setúbal	90	2,9	131	3,7	207	4,9	275	5,8	312	6,1
Aveiro	130	4,2	157	4,4	176	4,1	194	4,1	211	4,1
Coimbra	105	3,4	119	3,3	130	3,1	141	3,0	145	2,8
Braga	79	2,6	94	2,6	122	2,9	132	2,8	137	2,7
Leiria	23	0,8	48	1,3	74	1,7	78	1,6	81	1,6
Santarém	15	0,5	25	0,7	44	1,0	59	1,2	69	1,4
TOTAL	3062	100	3582	100	4254	1,0	4771	100	5123	100

Fonte: SEF, e Cálculos dos autores (%). 1. Inclui RPC, HK, Macau, Taiwan

Em termos geográficos, uma das características da comunidade chinesa de Portugal é a sua relativa concentração, sobretudo nos grandes centros. Em 2003 só no distrito de Lisboa viviam 48,9% do total da população chinesa, surgindo Faro em 2º lugar com 13,9%¹⁶⁴ e o Porto em 3º lugar com 13,3%. Em suma, os imigrantes chineses em Portugal estavam fundamentalmente concentrados nos três principais distritos Lisboa, Faro e Porto que no seu conjunto absorviam mais de ¾ do total ou seja 76,1% da comunidade.

¹⁶³ A tendência imigratória da comunidade chinesa em Portugal reflecte a tradição: primeiro chega o homem, chefe de família, para juntar algumas economias e abrir caminho, vindo depois a mulher para ajudar o marido e, posteriormente, os filhos. Ora, o crescimento do reagrupamento familiar indicia que a comunidade se está a integrar com relativa facilidade.

Porém, é de realçar uma tendência, semelhante à verificada noutros países europeus, para uma crescente dispersão geográfica dos imigrantes chineses. Assim entre 1999 e 2003 o peso de Lisboa diminuiu de 55,9% para 48,9% e o de Faro de 16,6% para 13,9%. Lisboa e Faro em conjunto regrediram, em termos relativos, no referido período de 72,5% para 62,6%, apesar de em termos absolutos terem crescido. Por outro lado o Porto via a sua posição relativa crescer, passando de 9% em 1999 para 13,3% do total em 2003, bem como os distritos de Setúbal, Leiria e Santarém: Setúbal aumentou o seu peso de 2,9% para 6,1%, Leiria de 0,8% para 1,6% e Santarém de 0,5% para 1,4% do total.

Em termos absolutos, entre 1999 e 2003, Santarém cresceu 360%, Leiria 252,2%, Setúbal 247% e o Porto 145,3%. Lisboa e Faro cresceram apenas 43,8% e 39,2%, respectivamente, no mesmo período.

Esta tendência para uma maior dispersão tem a ver, tal como no resto da Europa, com uma relativa saturação dos centros mais importantes e a abertura de novas oportunidades de negócio em centros secundários com elevados índices de crescimento e desenvolvimento, bem como com as estratégias de gestão do risco dos empresários chineses.

Naturalizações, expulsões e pedidos de asilo

Quadro 10. Número de naturalizações, expulsões e pedidos de asilo de cidadãos chineses 1997-2003

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Pedidos de Naturalização	n/d	n/d	12	18	15	20	21
Naturalizações concedidas	n/d	n/d	54	11	5	8	13
Expulsões	n/d	n/d	3	4	2	2	2
Pedidos de Asilo	1	4	0	0	0	0	1

Fonte: SEF

¹⁶⁴ Importa referir que a posição de Faro se deve ao facto de dos 296 chineses de Hong Kong residentes em Portugal 294 residem neste distrito.

Entre 1999 e 2002 deram entrada 53 pedidos de naturalização de cidadãos da RPC e 2 de Hong Kong. Nesse mesmo período foram deferidos 76 pedidos de naturalização de cidadãos da RPC, sendo indeferidos 12 pedidos, e 2 de Hong Kong sem nenhum indeferimento.

Em 2003 deram entrada 21 pedidos de naturalização de cidadãos da RPC, juntando-se aos 24 pendentes do ano anterior. Foram deferidos 13 pedidos e indeferidos 6. Transitaram para 2004, 25 pedidos.

Entre 1999 e 2003 foram expulsos do território português apenas 13 cidadãos da RPC. Este número representa apenas 0,52% do total de 2 491 expulsões de cidadãos estrangeiros de Portugal no período referido, ficando muito aquém dos 2,1% que constitui a representatividade da etnia chinesa entre o total de estrangeiros em Portugal.

O escassíssimo número de expulsões de indivíduos de etnia chinesa de Portugal comparativamente com outras comunidades terá a ver, em nosso entender, com dois motivos: i) um menor número de ilegais, quando comparado com outras comunidades; ii) a grande mobilidade interna (entre empregadores e entre estabelecimentos do mesmo empregador) e no espaço europeu e pelo carácter fechado dos negócios da comunidade chinesa, particularmente os dos imigrantes recentes, o que dificulta a actuação das brigadas encarregues da detecção de imigrantes ilegais.

Entre 1997 e 2003 deram entrada 6 pedidos de asilo de cidadãos da RPC, sendo 1 em 1997, 4 em 1998 e 1 em 2003.

O irrisório número de pedidos de asilo em Portugal explica-se pelo carácter restritivo da legislação portuguesa nesta matéria, bem como pelas fracas condições dadas aos asilados comparativamente com países como a Holanda, Suécia e Alemanha.

Integração no Mercado de Trabalho e no Sistema de Segurança Social

Quadro 13. Cidadãos Chineses Beneficiários do Sistema de Solidariedade e Segurança Social 2002-2003

Ano	Trimestre	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
2002	1º	2915	4	247	370	17	11	3
	2º	2878	3	274	416	15	20	3
	3º	2920	4	292	449	19	13	3
	4º	2926	4	327	507	17	21	3
2003	1º	2844	4	350	536	30	36	3
	2º	2797	4	391	589	34	24	7
	3º	2538	3	405	605	17	15	n/d
	4º	2096 *	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d

Fonte: IIES - Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade
Unidade de Estatística (22.1.2004)

Notas:

1. Registo de Remunerações 2. Prestação de Desemprego 3. Subsídio Familiar a Crianças e Jovens (Beneficiários) 4. Subsídio Familiar a Crianças e Jovens (Descendentes) 5. Subsídio de Doença 6. Subsídio de Maternidade 7. Rendimento Mínimo Garantido

* Dados provisórios

De acordo com estatísticas do Ministério da Segurança Social e do Trabalho¹⁶⁵ estavam a trabalhar em 2000 em Portugal, de acordo com as normas de trabalho em vigor, 514 pessoas de nacionalidade chinesa. Este número representava 15,6% do total de cidadãos chineses residentes em Portugal em 2000 (3281 da RPC e 5 de Taiwan). Em 2003 o total atingiu no primeiro trimestre 2 844 pessoas de nacionalidade chinesa, o que representava 32% do total de chineses residentes em Portugal neste ano.

Este número não é, de modo algum, revelador da inserção da população estrangeira no mercado de trabalho, dado que do total de cidadãos estrangeiros residentes em Portugal nesse mesmo ano (207 607) apenas 13,7% (28 423) constavam do referido Quadro de Pessoal.

¹⁶⁵ "Quadros de Pessoal de 2000", Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), Lisboa, 2001.

Os dados estatísticos referentes à participação dos cidadãos chineses a residir e com autorização de permanência em Portugal no Sistema de Solidariedade e Segurança Social podem ser observados no Quadro 7¹⁶⁶.

O número de beneficiários com registo de remunerações desceu de 2 915 para 2 538 do 1º para o 3º trimestre de 2003. O número de beneficiários com direito a Subsídio Familiar a Crianças e Jovens cresceu de 247 para 405 entre o 1º trimestre de 2002 e o 3º trimestre de 2003, tendo no mesmo período o número de descendentes com direito ao mesmo subsídio crescido de 370 para 605. O número de beneficiários com subsídio de doença progrediu de 17 para 34, do 1º trimestre de 2002 para o 2º trimestre de 2003, tendo posteriormente baixado para 17, no 3º trimestre de 2003. Por outro lado, o número de beneficiários com subsídio de maternidade progrediu de 11 para 36, do 1º trimestre de 2002 para o 1º trimestre de 2003, tendo posteriormente baixado para 15 no 3º trimestre de 2003.

A média de beneficiários da prestação de desemprego no período atrás referido foi de 4, o que indicia uma baixíssima taxa de desemprego entre a comunidade chinesa radicada em Portugal. O número de beneficiários com o Rendimento Mínimo Garantido tem sido de 3, com exceção para o 2º trimestre de 2003 (último trimestre com dados disponíveis neste tipo de prestação) quando subiu para 7.

Estes números reforçam a tese demonstrada por Correa de Almeida de que a presença de imigrantes legais em Portugal e a sua conseqüente integração no mercado de trabalho representam um benefício financeiro para as contas do Estado.

¹⁶⁶ Unidade de Estatística do Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES-UEST).

Quadro 14. Estatuto ocupacional dos chineses com autorização de residência em Portugal 1990-2000

Estatuto Ocupacional	1990		1996		1998		2000	
	Nº	%	Nº	%	N ^a	%	Nº	%
Trab. Conta própria:	75	9,4	142	10,8	146	11,2	229	17,4
Patrão	75		123		122		184	
Trab. Independ.			19		24		45	
Trab. Conta de outrem	720	90,6	1167	89,2	1154	88,8	1319	82,6
TOTAL	795		1309		1300		1548	

FONTE: SEF

Como o quadro 14 sugere é crescente o número de imigrantes chineses em idade activa que possuem o estatuto ocupacional de trabalhadores por conta própria, e entre estes o de patrão, ao mesmo tempo que decresce em sentido inverso o peso relativo dos trabalhadores por conta de outrem. Com efeito, em termos relativos, os trabalhadores por conta própria passaram de 9,4% do total em 1990 para 17,4% em 2000. A Taxa de Empreendedorismo da comunidade chinesa (relação entre empresários /empreendedores e os trabalhadores por conta de outrem) é elevado atingindo cerca de 17%.

Esta tendência é reforçada se tivermos em conta os imigrantes chineses que solicitaram estatuto de residente em 2002. Na realidade, dos 106 chineses em idade activa que naquele ano solicitaram estatuto de residente, 43 eram trabalhadores por conta própria (40,6% do total), dos quais 35 patrões e 8 trabalhadores independentes, e 60 trabalhadores por conta de outrem (56,6% do total). 3 tinham outro tipo de estatuto não especificado (2,8% do total).

Em 2001, viviam legalmente em Portugal 7 239 chineses, representando 3% dos total das 16 nacionalidades de imigrantes mais representativas (excluindo as da UE)¹⁶⁷. Nesse mesmo ano, o conjunto dos chineses a viver em Portugal (entre legais e ilegais) transferiram para o exterior 209 722 contos, 0,4% do total de remessas das 16

¹⁶⁷ Estes números referem-se a cidadãos da RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan com autorização de residência e de permanência, segundo dados do Núcleo de Planeamento da Direcção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

nacionalidades de imigrantes mais representativas (excluindo as da UE) e que foram 56.040.681 contos¹⁶⁸.

Daqui se poderia inferir que o peso das remessas dos chineses seria bastante inferior ao seu peso demográfico. Esta situação contrastava profundamente com a das quatro nacionalidades mais representativas do leste da Europa (ucraniana, moldava, russa e romena) que, representando 23% do total de estrangeiros legalizados a viver em Portugal¹⁶⁹, foram responsáveis por 68,1% do total de remessas dos estrangeiros em 2001¹⁷⁰.

É um dado adquirido que a qualidade das estatísticas relativas a fluxos de capitais é muito mais fidedigna do que as estatísticas relativas aos dados oficiais de imigrantes, uma vez que estes não contemplam os imigrantes ilegais, não existem muitos mecanismos ilegais de transferência de capitais e os mecanismos legais de transferência funcionarem bem mesmo para os imigrantes ilegais.

Porém, dada a particularidade de funcionamento da comunidade chinesa numa lógica de *network*, onde predominam os contactos informais e onde existe uma profusa e global circulação de capitais, será lógico depreender que também para os fluxos de capitais haverá mecanismos ilegais de transferência muito mais desenvolvidos do que noutras comunidades. Daí, podermos concluir que os montantes globais referentes às remessas da comunidade chinesa de Portugal para o exterior, de difícil quantificação, serão com grande probabilidade bastante superiores aos dados oficiais disponibilizados pelo Banco de Portugal.

Em suma,

A análise dos dados disponíveis sobre a comunidade de imigrantes chineses em Portugal permite pôr em evidência as seguintes conclusões fundamentais:

¹⁶⁸ Estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (BP).

¹⁶⁹ Núcleo de Planeamento da Direcção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

- (i) **A comunidade de imigrantes chineses em Portugal atingiu**, segundo dados oficiais e considerando as autorizações de residência em conjunto com as autorizações de permanência, **um total de 9 059 indivíduos em 2003, representando cerca de 2,3% do número oficial de estrangeiros em Portugal, constituindo a maior comunidade asiática** (à frente da Índia e do Paquistão) e a **12ª maior comunidade estrangeira**. No entanto o número real de cidadãos de etnia chinesa em Portugal deverá ser superior, apontando as estimativas não-oficiais das associações chinesas para cerca de 13 000.
- (ii) **O crescimento do nº de imigrantes chineses é significativo tendo quadruplicado entre 1995 e 2003**, registando uma taxa de crescimento de 410%, o que se enquadra num fenómeno geral de crescimento dos fluxos de imigração chinesa para os países da Europa do Sul a partir de meados dos anos 90 em consequência de dois factores: aumento dos fluxos globais da China; re-emigração de imigrantes radicados na Europa do Norte e que em virtude da saturação dos mercados decidiram concretizar uma estratégia de diversificação para países com menor tradição de fluxos migratórios chineses à procura de novas oportunidades de negócio.
- (iii) **Existe uma tendência de concentração geográfica dos imigrantes chineses encontrando-se mais de 3/4 localizados em três distritos principais Lisboa, Porto e Faro** os quais em conjunto absorviam 76,1% da comunidade. Contudo, existem sinais de uma tendência para alguma diversificação a favor de outras zonas do país, o que já provocou uma redução do peso relativo de Lisboa e Faro, e o aumento do peso do Porto, Setúbal e Santarém, sugerindo a existência de um fenómeno de dispersão dos imigrantes para centros secundários.
- (iv) **A maioria da população chinesa residente em Portugal é relativamente jovem, apontando a análise feita pelas associações chinesas para que mais de 2/3 dos imigrantes tenha menos de 40 anos** (68%) – 29,6% menos de 30 anos e 38,5% entre 31-40 anos - e cerca de ¼ entre 41-50 anos (24,7%).
- (v) **Regista-se uma tendência para o aumento do peso dos empresários e trabalhadores por conta própria entre os imigrantes chineses, que passaram**

¹⁷⁰ Estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (BP).

de 9,4% do total em 1990 para 17,4% em 2000, representando os trabalhadores por conta de outrem ainda o grupo dominante com 82,6%. Verifica.-se uma taxa de empreendedorismo na comunidade chinesa de cerca de 17% mas a taxa real deverá ser superior a 25%.

- (vi) **O nível de integração no mercado de trabalho também se reforçou existindo em 2003 um total de 2844 cidadãos chineses com registo de recebimento de salários e exercício de uma actividade produtiva o que representa 32% do total de chineses em Portugal de acordo com as estatísticas oficiais.**

3. O MODELO E A CULTURA EMPRESARIAL DA EMPRESA FAMILIAR CHINESA

A consideração do modelo da empresa familiar chinesa, herdeira de uma tradição histórica e cultural próprias constitui um elemento chave para a análise das estratégias dos empresários chineses e do seu modo de fazer negócio. Tal como em outros domínios, também no mundo empresarial a família é a base da organização chinesa, a qual assume o estatuto de primeira prioridade à frente dos próprios negócios. Um dos aspectos marcantes relaciona-se exactamente com o facto de na cultura chinesa, ao contrário da cultura ocidental, não existir uma fronteira rígida ou distinção clara entre as redes de relações profissionais, familiares ou sociais, as quais se interpenetram e fundem numa síntese criativa. Assim, antes de falarmos das empresas torna-se necessário falar da “família de negócios” que envolve geralmente uma significativa rede de empresas.

A família empresarial chinesa tem estado associada a quatro características fundamentais:

- (i) Existência de um forte controlo e direcção familiar: no sentido de que os membros da família detêm posições chave na organização. Embora a família alargada possa ter as suas próprias empresas, elas estão integradas numa complexa rede que tem uma lógica unificada de gestão e de coordenação inter-empresarial. Neste contexto, o processo de decisão tende a ser informal ocorrendo muitas vezes no âmbito de reuniões familiares de carácter convivial e em jantares de família. Muitas decisões empresariais são baseadas em razões familiares e não só em fundamentos comerciais, o que torna por vezes difícil para os observadores externos compreender a lógica da decisão se se considerar apenas uma lógica de racionalidade económica e empresarial.
- (ii) Forte hierarquização, com a existência de um líder familiar dominante: um patriarca ou matriarca que em muitos casos foi quem iniciou o negócio, o qual tem a última palavra nas decisões fundamentais.
- (iii) Estabilidade dos papéis e obrigações familiares: os negócios são continuados pela família próxima, a sucessão é garantida pela geração seguinte mesmo que não

exista ninguém com a preparação e perfil adequado. A liderança da família é sempre preferida à da de gestores profissionais. A divisão do património pelos filhos, por ex, gera não um enfraquecimento da organização mas um nível de diversificação mais elevado uma vez que as diferentes unidades continuam a operar de acordo com a lógica de grupo.

- (iv) Financiamento e responsabilização familiar: o financiamento é predominantemente garantido no seio da família, reforçando os mesmos laços familiares. Por outro lado, as pessoas são avaliadas informalmente e a sua reputação pessoal é mais importante do que a performance.

	Ocidental	Chinesa
Objectivo dominante empresa	Maximização do valor accionistas	Servir os interesses da família
Transparência financeira	Relatórios Financeiros públicos	Informação financeira é mantida secreta
Fontes financiamento	Mercado formal	Família e amigos da família
Transferência da propriedade	Fusões e aquisições	Empresas não são vendidas devido às obrigações familiares
Publicidade	Marketing e publicidade são essenciais para promover a marca e garantir vendas	Pouca relevância, vendas são feitas através do network familiar
Gestão	Gestão profissional, recrutamento com base nas qualificações	Gestores seniores são recrutados exclusivamente no circulo familiar
Horizonte temporal	Enfase no curto prazo e nos lucros	Enfase no longo prazo, com especial atenção ao prestígio familiar.

Fonte: Adaptado a partir de Inside Chinese Business, a Guide for Managers Worldwide (2001)

Os “*Guanxi*”

Um dos aspectos essenciais no funcionamento das empresas familiares chinesas são os networks de “*guanxi*” em que estão envolvidas e que lhes proporcionam oportunidades de negócio, parcerias bem como ajuda em momentos difíceis. Os *guanxi* relacionam-se com ligações pessoais que envolvem “obrigações mútuas, boa vontade e afecto pessoal com particular ênfase na família e na partilha de experiências comuns”¹⁷¹. Existem três níveis diferentes de *guanxi*: (i) o primeiro e prioritário envolve a família incluindo a família alargada e os amigos próximos; (ii) o segundo envolve pessoas com partilha de experiências comuns em fases cruciais da vida como antigos colegas de escola ou companheiros no serviço militar; (iii) o terceiro envolve estranhos com os quais sejam estabelecidas relações de confiança na sequência de um processo de contactos longo e exigente.

A relação de *guanxi* pressupõe um sistema complexo de troca de favores e informações, através do qual a prestação de um favor cria a expectativa de reciprocidade embora sem uma data precisa, sendo que algumas dívidas se prolongam durante gerações e são efectivamente reciprocadas muitos anos mais tarde. O princípio essencial é que o favor deve ser pago através de favores ligeiramente maiores por forma a alimentar a sustentabilidade da relação.

É importante salientar que os *guanxi* se estabelecem entre pessoas e não entre as empresas, embora possam servir os interesses da empresa. Uma das consequências essenciais é que quando alguém abandona a empresa o substituto não herda a rede de relações, nem beneficia do mesmo crédito e nível de confiança pessoal na medida em que na lógica chinesa os contactos com a pessoa que lidera o processo são mais importantes do que as relações institucionais. Assim, a saída de alguém com quem existia uma relação de confiança pessoal numa empresa afecta as relações institucionais entre as empresas.

¹⁷¹ Ming-Jer Chen, 2001, Inside Chinese Business – a guide for managers worldwide, Harvard Business School Press.

No contexto da cultura de negócios chinesa os *guanxi* são um mecanismo central na cooperação inter-empresarial encarado como um mecanismo alternativo aos contratos e à lei. Para o empresário chinês o contrato escrito que define os direitos e obrigações das partes tem um valor limitado, mais relevante é a relação pessoal de confiança e lealdade com a outra parte, encarada como a principal garantia do cumprimento dos termos acordados. Por outro lado, embora a construção e manutenção dos *guanxi* impliquem custos significativos, estes acabam também por proporcionar redução de custos de transacção, quer com a negociação quer com o *enforcement* dos contratos, bem como redução dos riscos.

O modelo empresarial predominante nas famílias de *Overseas Chinese*, mesmo no caso dos grandes magnatas, é marcado por duas características fundamentais: (i) o predomínio das PME's e de redes de pequenas unidades empresariais e a inexistência de grandes conglomerados, (ii) dispersão física dos investimentos e das unidades empresariais por diversos países. Estas características são explicadas por duas ordens de razões, uma de natureza social e outra de natureza histórico-política¹⁷².

Um factor de natureza sociológica relaciona-se com a organização interna da família chinesa, marcada pela ausência de um regime de primogenitura no seu seio, resultado do facto de todos os filhos terem uma posição de paridade, o que levanta problemas sérios ao nível da sucessão. Neste contexto, o processo de partilha de uma grande empresa entre vários filhos envolve uma complexidade e um nível potencial de conflitualidade que cria um risco elevado de dissolução e ruptura do núcleo empresarial. Pelo contrário a partilha entre os vários sucessores de um conjunto de PME's autónomas que integram o network familiar é mais fácil e garante a continuidade e estabilidade do negócio familiar.

O factor histórico-político decorre da longa experiência de perseguição a que as comunidades de negócios chinesas têm estado sujeitas em vários momentos históricos,

¹⁷² Cfr. George Haley, Husha Haley e Chin Tiong Tan, 1998, New Asian Emperors – The Overseas Chinese, their strategies and competitive advantages, Butterworth Heinemann (ch. 3)

particularmente no Sudeste Asiático, envolvendo massacres bem como o confisco e a destruição física dos seus bens. Neste contexto a estratégia de resposta foi a preferência por pequenas empresas, que têm menos visibilidade, a diversificação sectorial e a dispersão física das unidades empresariais por diferentes países de modo a reduzir os riscos políticos, mas também comerciais, e minimizar as consequências de ataques às comunidades chinesas. A operação num contexto hostil exacerbou também a importância dos laços de confiança pessoal, de lealdade e de interdependência mútua com os parceiros do network, único mecanismo de protecção em momentos de perigo para uma comunidade que não podia contar com a protecção dos poderes públicos. Por outro lado, a formação de networks familiares e a sua coesão foi também reforçada pela própria dispersão geográfica dos negócios que exigiam uma coordenação complexa assente em gestores locais de absoluta confiança.

As empresas familiares de *Overseas Chinese* também são caracterizadas por um elevado nível de centralização na decisão e por uma concentração significativa de poder e autoridade no topo. O sistema de recompensa é baseado não tanto na performance e nos resultados mas mais na lealdade e senioridade¹⁷³. Estas características levaram alguns especialistas a considerarem que o modelo empresarial apresenta algumas limitações, em especial uma relativa rigidez a qual reduz a flexibilidade e capacidade de adaptação rápida às alterações de mercado e ao incentivo ao desenvolvimento do *intrapreneurship* no seio das organizações.

CLUSTERS DE EMPRESAS E EMPRESÁRIOS CHINESES

Os *clusters* têm sido encarados como aglomerados de empresas concentradas numa área geográfica que operam no mesmo sector ou subsector, ligadas entre si por fortes relações de interdependência numa cadeia de valor acrescentado e que desenvolvem relações de cooperação inter-empresarial, partilhando custos e riscos, bem como com instituições de

¹⁷³ Irene Chow et al, 1997, Business Strategy – an Asia-Pacific Focus, Prentice Hall, pgs. 49-53

investigação, universidades e governos locais¹⁷⁴. O processo de *networking* e o binómio concorrência sublimada-cooperação são duas características marcantes dos clusters.

Estes têm a capacidade de contribuir para o reforço das vantagens competitivas das PME envolvidas as quais resultam de diversos mecanismos.

Em primeiro lugar, através da redução de custos directos de *inputs* em resultado de processos de negociação colectiva que reforçam a capacidade negocial do conjunto das empresas nas suas aquisições de *inputs* permitindo obter preços mais baixos e condições de pagamento mais vantajosas (central de compras). Da mesma forma é possível reduzir custos indirectos através da redução dos custos unitários de diversos serviços de apoio à gestão empresarial (contabilidade, consultadoria jurídica e fiscal) decorrentes da organização de serviços colectivos com economias de escala, libertando também a gestão das PME de alguma carga administrativa e burocrática para o exercício de funções essenciais como o planeamento estratégico.

Em segundo lugar, os *clusters* poderão reduzir significativamente os custos de transacção (custos com a obtenção de informação, com a negociação de contratos e com a gestão dos conflitos contratuais e inerentes processos judiciais), a que as PME são particularmente vulneráveis, em consequência das relações de confiança que se desenvolvem entre as empresas e do seu elevado nível de interdependência. Estas relações permitem reduzir os custos com a negociação de contratos através da adopção de contratos *standard*, bem como os custos de *enforcement*, na medida em que existem mecanismos de dissuasão de comportamentos oportunistas de incumprimento das obrigações contratuais que têm custos imediatos proibitivos para o faltoso.

Em terceiro lugar, os *clusters* permitem reforçar a capacidade de acesso ao crédito bancário por parte das PME, em condições mais favoráveis e com taxas de juro mais reduzidas, através de mecanismos de crédito colectivo, bem como recorrer ao *venture capital* essencial para o financiamento dos *start-ups*.

¹⁷⁴ OCDE, 2001, Innovative Clusters – Drivers of national innovation systems, Paris.

Em quarto lugar, os *clusters* possibilitam ainda a obtenção de economias de escala típicas das grandes empresas mantendo as economias de gama associadas às pequenas empresas, através da fragmentação do processo produtivo e padrões de especialização no seu seio, aspectos que ganharam novamente relevância no contexto da economia global.

Em quinto lugar, os *clusters* facilitam o envolvimento activo das empresas participantes no processo de inovação e níveis mais elevados de inovação através da: (i) dinamização das redes entre as empresas, institutos de investigação, universidades, instituições de ensino e formação; (ii) partilha de custos e riscos em actividades de I&D e criação de centros tecnológicos especializados por sectores como no caso de Emilia Romagna; (iii) iniciativas colectivas de formação de recursos humanos e atracção de técnicos altamente qualificados para o *cluster*; (iv) um elevado nível de circulação e rotatividade de quadros qualificados entre diferentes empresas e uma interacção intensa entre diferentes produtores, o que aumenta a velocidade de difusão da inovação; (v) uma taxa mais elevada de empreendedorismo dentro do *cluster* do que fora do *cluster*, associado a um elevado número de *start-ups*, agentes estratégicos para a dinamização do processo de inovação.

Importa salientar que a capacidade para os *clusters* promoverem o empreendedorismo e o aumento do número de *start-ups*, decorre de três mecanismos estruturais relacionados com: (i) a fragmentação do processo produtivo a qual reduz as barreiras à entrada ao permitir que uma nova empresa entre numa fase limitada do processo, associada a uma menor complexidade tecnológica e a uma menor exigência de investimento inicial; (ii) maior nível de inovação no seio dos *clusters* criam mais oportunidades para que novas empresas se lancem explorando as oportunidades ligadas a novos produtos e serviços ou processos tecnológicos; (iii) maior mobilidade e facilidade de trabalhadores de empresas do *cluster* criarem as suas próprias empresas adoptando uma lógica complementar, registando-se no contexto dos *clusters* uma elevada percentagem de transformação de trabalhadores em empresários como é ilustrado pela experiência de Sakaki (Japão).

Finalmente, importa referir que os *clusters* contribuem para o reforço da competitividade das PME na medida em que constituem uma plataforma indispensável e um mecanismo decisivo para a internacionalização bem sucedida das PME, quer na vertente do comércio externo quer do investimento directo, através da redução dos níveis de risco relativamente a empresas que têm por definição uma maior aversão ao risco, da criação de uma dimensão adequada que reforça a capacidade negocial com agentes externos e pelo facto de os *clusters* constituírem por si só pólos de atracção para PME ou até para grandes empresas estrangeiras.

A experiência da empresa familiar chinesa tem paralelos interessantes com a estratégia de clusterização. Embora o conceito de clusterização implique uma concentração geográfica numa determinada região de um conjunto de empresas interdependentes que cooperam entre si no âmbito de uma mesma cadeia de valor, as empresas familiares chinesas funcionam de acordo com um modelo de cooperação inter-empresarial activa com alguns ingredientes da lógica de clusters mesmo na ausência de proximidade física. Por outras palavras, as empresas chinesas do network familiar quando operam em países diferentes funcionam até certo ponto quase como “*clusters* informais à distância”. Com efeito, os *guanxi* e relações de confiança existentes permitem uma redução dos custos de transacção, à semelhança dos clusters formais, assim como obter condições mais favoráveis na aquisição de *inputs* e no acesso a serviços de apoio à gestão, funcionando o grupo familiar igualmente como um mecanismo de apoio à internacionalização.

Importa notar, contudo, que a experiência de clusters formais não é totalmente alheia aos empresários chineses. O “modelo de Wenzhou” baseia-se exactamente na concentração geográfica de empresas de empresários que têm entre si laços familiares e que operam numa lógica de cooperação e complementaridade em que os laços familiares e a proximidade se conjugam para criar uma estrutura produtiva particularmente sólida. No contexto europeu, a importância do elemento “laços familiares” como base do relacionamento nos clusters regionais tem vindo a decair e tem hoje reduzida relevância, surgindo as relações de longo prazo e as coligações temporárias como elementos

dominantes¹⁷⁵. Em todo o caso a análise do funcionamento dos clusters formais demonstra a crescente importância dos factores “não-económicos”, particularmente sociais associados às instituições que promovem a cooperação informal e densa entre os actores locais essencial para o desenvolvimento dos clusters e a sua performance económica. Este dado que emerge da análise da experiência dos clusters permite compreender melhor as vantagens competitivas das empresas familiares chinesas cuja filosofia de funcionamento se baseia desde há muito numa síntese entre o social e o económico e na promoção de uma rede densa de laços informais.

Existem, como é evidente, limitações do modelo chinês da empresa familiar, vantagens competitivas que terá maior dificuldade em realizar na ausência da proximidade geográfica. Todo o processo de geração e troca de conhecimento exige interacção directa, “face-to-face”, e a transição dos clusters regionais para um nível mais complexo de funcionamento, os “sistema regionais de inovação”, implica o desenvolvimento de uma rede interactiva de cooperação entre empresas, universidades, centros de investigação, associações empresariais e governos regionais ou locais. Por outro, o modelo da empresa familiar chinesa na medida em que tenda a restringir a cooperação ao grupo familiar e resistir ao desenvolvimento de laços externos pode gerar limitações em termos do seu envolvimento no processo de inovação e em sistemas de inovação regionais hoje encarados como a chave para a inovação e a competitividade sistémica.

A capacidade de integração em clusters locais nas economias de destino e de expandir a rede de relações a terceiros constitui, sem dúvida, um dos grandes desafios que se coloca ao empresário chinês quando se envolve num processo de internacionalização. Está aqui em causa a dinamização do terceiro nível de *guanxi* o qual é o mais complexo, exigente e demorado. O segundo desafio fundamental é de ordem interna e relaciona-se com a capacidade de a empresa familiar chinesa adoptar uma estrutura empresarial menos hierarquizada e mais flexível, com maior descentralização do poder de decisão,

¹⁷⁵ Regional Clusters in Europe, Observatory of European SMEs 2002/nº 3, European Commission pg.35-37

permitindo assim uma evolução para um modelo de “organização inteligente” que promove o *intrapreneurship*.

4. A COMUNIDADE DE NEGÓCIOS CHINESA EM PORTUGAL ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO

Com vista a estudar a comunidade de negócios chinesa em Portugal, foi elaborado um questionário em duas versões, uma chinesa e outra bilingue (chinês e português), o qual foi aplicado directamente pelos membros da equipa a um conjunto de empresários e indirectamente através das associações de empresários. Foram ainda realizadas um conjunto de entrevistas semi-directivas cujos resultados qualitativos foram analisados de forma integrada com os resultados do questionário.

O questionário inclui oito grupos de questões, na sua grande maioria questões fechadas embora existam algumas questões específicas de natureza aberta. O primeiro grupo incide sobre o **perfil do empresário**, a sua origem, tempo de permanência em Portugal e razões da escolha do país. O segundo grupo de questões são relativas ao **negócio** incluindo a localização da empresa, o sector de actividade, a dimensão da empresa, a origem dos trabalhadores e a avaliação que o empresário faz dos resultados obtidos até ao momento e as suas expectativas em relação aos resultados futuros.

O terceiro grupo incide sobre a questão do **associativismo** procurando determinar se o empresário é membro ou não de uma associação de empresários chineses, há quanto tempo está envolvido no associativismo e que vantagens retira da acção da associação.

Os grupos 4, 5 e 6 olham para as **relações da empresa com o mercado** procurando determinar o padrão e intensidade do relacionamento com outras empresas de diferentes naturezas. O quarto grupo incide sobre as **relações com outras empresas chinesas** a operar em Portugal, incluindo questões sobre a intensidade do relacionamento e a qualidade que assumem essas empresas (clientes, fornecedores ou parceiros de negócio).

O quinto grupo aborda as **relações entre a empresa e outras empresas chinesas a operar noutros países da UE**, procurando investigar a posição em relação ao conceito de mercado único e a estrutura das redes empresariais chinesas na Europa. O sexto grupo trata das **relações com empresas portuguesas**, procurando determinar qual a natureza e intensidade de relacionamento com a classe empresarial portuguesa, bem como identificar as principais dificuldades no relacionamento com as empresas portuguesas.

O sétimo grupo aborda as **relações da empresa com o Estado** e pretende determinar os principais problemas no relacionamento com as autoridades portuguesas. Finalmente o oitavo grupo incide sobre as **relações com a China** procurando determinar se o empresário tem relações com a China e em caso afirmativo qual o tipo de relacionamento quer no plano económico (investimento ou import-export) quer pessoal ou institucional.

O questionário foi aplicado a um grupo de 200 empresas em diversas zonas do país, com especial incidência na zonas da Grande Lisboa, Grande Porto e Algarve. Foram efectivamente recebidos e validados 129 questionários os quais constituem a amostra relevante para a análise realizada.

4.1. O Empresário e o seu perfil

Origem do Empresário

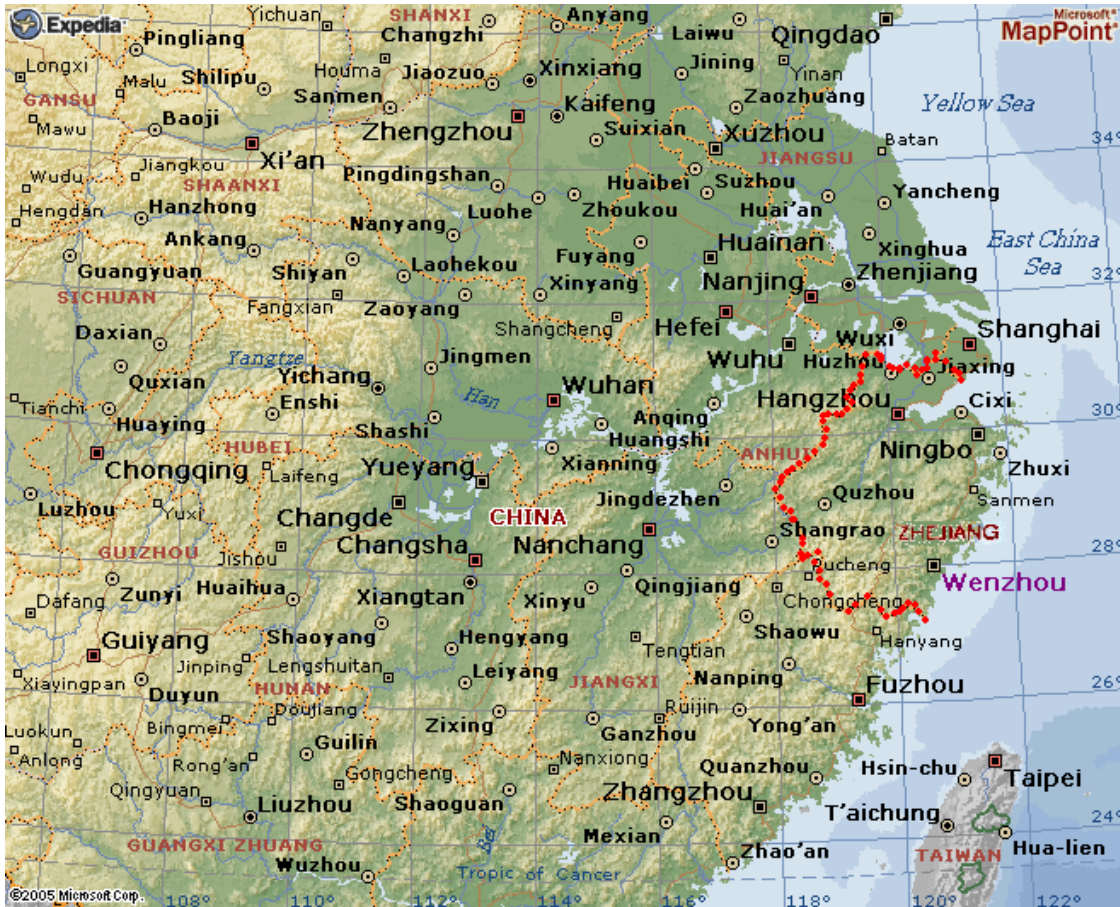
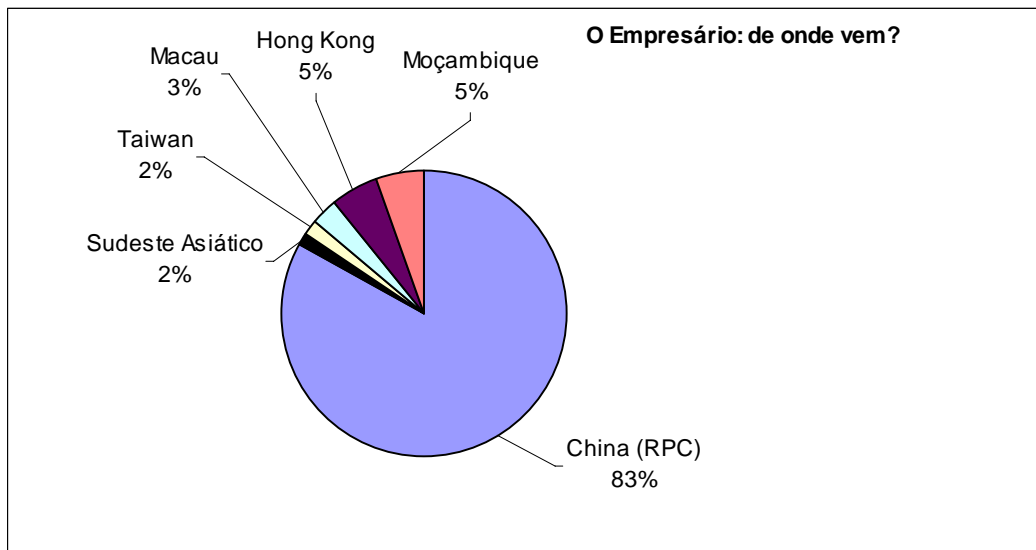


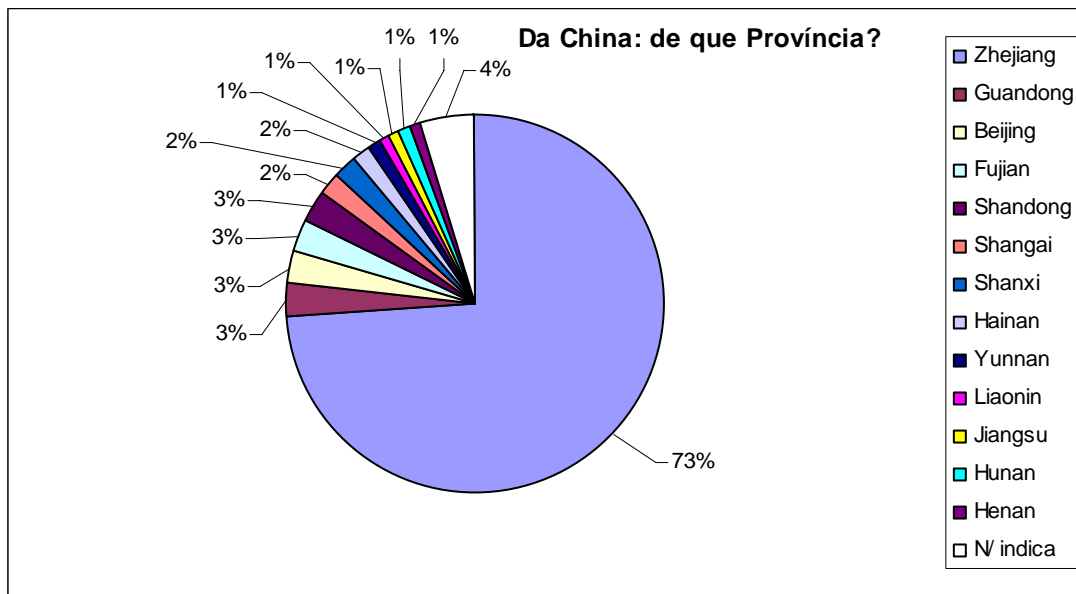
Gráfico 1. Origem do empresário



A análise do inquérito permite concluir que relativamente ao universo da amostra a grande maioria dos empresários chineses, mais de 4/5, provém da República Popular da China (83 %), surgindo em segundo lugar os empresários provenientes de Hong Kong (5%) e de Moçambique (5%) e em terceiro lugar os empresários provenientes de Macau (3%). Existem ainda duas outras proveniências assinaladas, Taiwan e o Sudeste Asiático mas sem significado.

Neste contexto é possível identificar 3 sub-grupos distintos no seio da comunidade de negócios chinesa: (i) empresários da RPC (ii) empresários chineses de Moçambique (iii) empresários provenientes de Macau e Hong Kong.

Gráfico 2. Província de origem na RPC



Relativamente aos empresários com origem na RPC a grande maioria é proveniente da província de Zhejiang (ver mapa e caixa), localizada a sul de Shanghai, a qual representa 74%, quase $\frac{3}{4}$, do total dos empresários da RPC e 61% do total dos inquiridos. No seio da província de Zhejiang existem duas cidades/regiões dominantes, em primeiro lugar a cidade portuária de Wenzhou, que representa 35% do total de empresários provenientes

de Zhejiang, e em segundo lugar a zona rural de Qingtian (ver caixa), com 22%. No entanto, o peso das duas regiões deverá ainda ser superior se considerarmos que do total de empresários que indicaram ser provenientes de Zhejiang, 26 fazem apenas uma referência global à província mas não indicam a cidade ou região de origem dentro da província. Assim, se considerarmos apenas o universo dos inquiridos que indicaram a cidade ou zona específica dentro da província então Wenzhou representa 50% e Qingtian 32% dos empresários provenientes de Zhejiang, sendo razoável presumir que se registaria uma tendência semelhante no grupo de empresários que não indicaram a região específica. Estas constituem, aliás, de acordo com diversos estudos realizados noutros países europeus, duas zonas tradicionais de emigração para a Europa.

Caixa ZHEJIANG

A Província de Zhejiang está localizada na costa sudeste da China, a sul do Delta do Rio Yangtzé, cobrindo uma área de 101 800 km², dos quais 70,4% são terrenos acidentados. É delimitada a norte pela província de Jiangsu e pela municipalidade de Shanghai, a noroeste pela província de Anhui, a oeste pela província de Jiangxi e a sul pela província de Fujian. A população total da província é de 46 milhões de habitantes, dos quais 300 mil pertencentes a 47 minorias étnicas.

Administrativamente, Zhejiang, cuja capital é a cidade de Hangzhou, está dividida em 10 cidades e uma prefeitura a nível provincial e 39 comarcas, 25 cidades e 24 distritos a nível local.

A área cultivada atinge os 1 613 milhões de hectares e os terrenos cobertos por floresta cobrem 6 397 milhões de hectares. As disponibilidades em água são enormes: 224 mil hectares de água doce com um volume total de 93,7 mil milhões de m³, ocupando o 4º lugar do país. A extensa linha de costa de 6 486 km, a maior da China, tornam a província um grande potencial em termos piscícolas.

Zhejiang possui enormes recursos minerais, com algumas das principais reservas do país: antracite em blocos, alunite, pensilstónio e turfa (1º lugar); fluorina (2º lugar); diatomite (3º lugar); perlite, granito, zeolite, zinco, vanádio e cádmio (entre os dez primeiros lugares). A plataforma continental possui um grande potencial em termos de petróleo e gás natural.

No seguimento das reformas e das políticas de abertura da RPC empreendidas a partir de 1978, Zhejiang conheceu enormes progressos económicos, científicos, tecnológicos e sociais. Entre 1978 e 1998, a taxa de crescimento do PIB da província progrediu a uma média anual de 13,5%, 3,8% mais alta do que a média nacional.

As indústrias-líder do desenvolvimento económico de Zhejiang são: a produção de máquinas, a electrónica, a química e a farmacêutica. Outras indústrias tradicionais vêm conhecendo uma profunda modernização nos últimos tempos, nomeadamente a produção de tecidos de algodão e de seda e os cimentos.

O nível de desenvolvimento social e económico de Zhejiang coloca-a em 4º lugar entre as províncias, regiões autónomas e municipalidades directamente dependentes do governo central, a seguir a Shanghai, Beijing e Tianjin. Em 2004, o seu rendimento per capita atingiu os 15 300 yuans (cerca de 2 mil USD), anuncia o "Relatório Sobre o Desenvolvimento Económico e Social de Zhejiang", primeiro relatório sobre o desenvolvimento de uma província publicado por um departamento governamental na RPC, recentemente publicado. Dos 100 distritos mais ricos do país, 22 situam-se em Zhejiang.

Com efeito, nos últimos anos, Zhejiang conheceu uma prosperidade generalizada nos domínios científico, educativo, sanitário, cultural e desportivo. Ocupa o 6º lugar do país no que concerne a capacidade de

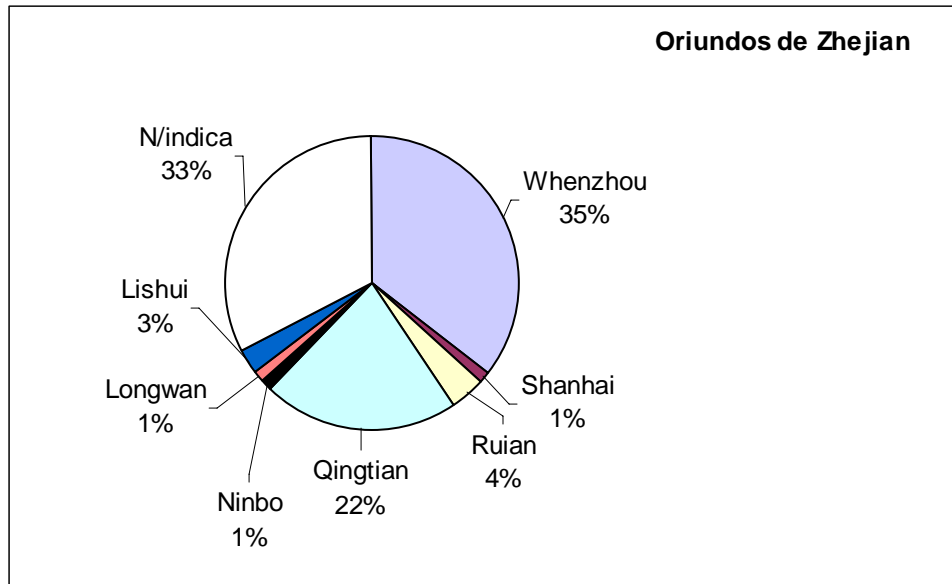
inovação científica e técnica e é a primeira província a introduzir o ensino obrigatório de 15 anos. A protecção social foi reforçada, estabelecendo-se um sistema de segurança social em relação ao trabalho, assistência e reforma pioneiro entre todas as províncias, tendo sido criados 520 000 novos postos de trabalho nas cidades e a taxa de desemprego mantém-se nos 4,2%.

Todo o desenvolvimento económico e social da província tem-se processado de forma harmoniosa e no seu todo, passando de um crescimento lento e um crescimento rápido sem criar grandes desequilíbrios. A estrutura social de tipo agrícola passou para uma estrutura de tipo industrial orientando-se para o período pós-industrialização. A vida social de penúria transitou para uma fase de relativo bem-estar. Todos os empreendimentos sociais de relevo têm sido edificados em conjunto pelo governo e pela sociedade civil.

Em 2004, o valor total da produção de Zhejiang atingiu os 1,13 biliões de yuans (cerca de 140 mil milhões de USD), representando um aumento de 14,5% comparativamente ao ano anterior, o investimento foi de 599 mil milhões de yuans (cerca de 75 mil milhões USD), crescendo 20% e o volume de exportações chegou aos 58 mil milhões de dólares norte-americanos, uma subida de 39%.

Porém, no que respeita ao desenvolvimento social o caminho a percorrer ainda é longo. Na realidade, as marcas deixadas pelo sistema de economia planificada subsistem, sendo a transformação da estrutura social mais lenta do que a da estrutura económica. O sistema de gestão e o mecanismo de funcionamento no domínio do desenvolvimento social permanecem ainda relativamente atrasados. Problemas a nível da saúde e da educação continuam ainda por resolver. Existe uma grande contradição entre as necessidades crescentes da população e a capacidade das infraestruturas sociais existentes para satisfazer essas necessidades. Um dos grandes problemas que se tem agravado nos últimos tempos é o do nível de desigualdade entre o campo e a cidade: o coeficiente de GINI campo-cidade passou de 0,3754 para 0,4188.

Gráfico 3. Regiões de origem na Província de Zhejiang



Estes resultados confirmam e estão em consonância com os dados disponíveis relativamente ao resto da Europa que revelam que Zhejiang é uma das origens dominantes dos imigrantes chineses, embora na maioria dos restantes países europeus exista uma maior diversificação e equilíbrio entre diversas regiões de origem na China, figurando Guangdong e Fujian também como regiões de peso significativo. No caso de Portugal existe um peso mais significativo de Zhejiang o que pode ser explicado por dois factores. Em primeiro lugar pelo facto de o fenómeno da “emigração colonial”, de chineses provenientes das ex-colónias na sequência do processo de descolonização, contrariamente ao que sucedeu em países como a Holanda (Indonésia) e a França (Vietname), ter tido uma expressão reduzida em Portugal quer relativamente a Moçambique nos anos 70 quer mais tarde relativamente a Macau na década de 90, dado que apenas um número reduzido imigrantes chineses provenientes das ex-colónias vieram para Portugal tendo a maioria escolhido outros destinos como o Brasil, EUA e Canadá.

Em segundo lugar, este predomínio de Zhejiang é explicado pelo facto de o fenómeno da imigração chinesa proveniente da RPC ser recente em Portugal, essencialmente concentrada a partir da segunda metade dos anos 90, e em boa parte o resultado de re-emigração dentro da Europa de países com comunidades chinesas mais significativas para Portugal, assim como para outros países do Sul da Europa como Itália e Espanha. Ora, após o início das reformas na China e sobretudo após 1985 com a promulgação da nova lei chinesa sobre a emigração, verifica-se um renascimento da emigração a partir das regiões chinesas tradicionais, em que se inclui Zhejiang, a qual havia estagnado após 1949. A razão essencial que explica que as zonas tradicionais voltassem a ter um predomínio nos novos fluxos de imigração para a Europa é o facto de as mesmas terem sido a origem de fluxos migratórios anteriores durante a primeira metade do século XX pelo que os cidadãos chineses provenientes de Zhejiang tinham já familiares na Europa que eram *Overseas Chinese*. Ora os familiares de *Overseas Chinese* têm mais facilidade em deixar a China e condições mais favoráveis e apoio na sua integração no país de destino.

Por outro lado, estas regiões, nomeadamente Wenzhou e Qingtian têm uma estratégia de “especialização na emigração” e uma política activa de apoio e estímulo à emigração na

medida em que o papel dos Overseas Chinese é essencial no desenvolvimento das mesmas quer em termos comerciais e expansão das exportações destas regiões quer em termos de investimento directo estrangeiro já que os emigrantes são uma fonte crucial como investidores e factores de mobilização de investimentos de investidores estrangeiros não chineses. Neste sentido as autoridades locais criaram políticas públicas relativamente sofisticadas de apoio que envolve nomeadamente formação específica de candidatos à emigração, com cursos de formação na língua e cultura do país de destino bem como na área da gestão e do empreendedorismo. A emigração é claramente encarada como um investimento da região¹⁷⁶.

A presença anterior de algumas famílias provenientes de Zhejiang em Portugal terá facilitado a vinda de imigrantes provenientes daquela provincia, tendo em conta a relevância dos laços familiares como motivo de escolha de Portugal como adiante se referirá. A lógica familiar e os laços de solidariedade e especial proximidade existentes entre pessoas da mesma região as quais partilham referências culturais e dialectos específicos, tende a reforçar em termos cumulativos a dominância deste grupo no quadro dos empresários chineses em Portugal.

5 O papel dos governos provinciais e locais na promoção activa da emigração é claramente identificado por Frank Pieke Chinese Globalization and Migration to Europe Working Paper nº 94, March 2004, University of California, San Diego , pg.4. No âmbito da sua investigação sobre a emigração da provincia de Fujian, especialmente nos casos do county de Mingxi , integrado na prefeitura de Sanming, e Fuqing, Pieke identificou diversas acções concretas de apoio que envolvem a formação profissional a candidatos à emigração, aulas sobre os países de destino abrangendo questões como o sistema legal, cultura e costumes locais, e formação nas áreas da culinária e comércio.

Merece ainda referência a circunstância de a comunidade de emigrantes chineses em Espanha, à semelhança de Portugal, ser maioritariamente proveniente de Zhejiang embora com uma diferença interessante relacionada com o facto de no caso espanhol a origem dentro da província ser predominantemente de Qingtian e não de Wenzhou. Existem claros indícios de uma circulação significativa entre as comunidades de empresários chineses em Espanha e em Portugal em parte explicada pela crescente integração entre as duas economias ibéricas mas igualmente pelo facto de as comunidades serem originárias da mesma região da China.

Caixa WENZHOU

A cidade de Wenzhou, localizada na província de Zhejiang, é o centro económico, político, cultural e de comunicações da parte sul da província. A zona metropolitana de Wenzhou tem uma população total de 7,04 milhões de habitantes, dos quais 1,06 milhões vivem permanentemente no interior da própria cidade.

Actualmente, 1,6 milhões de indivíduos originários de Wenzhou dedicam-se ao comércio e indústria em diferentes regiões da China e 500 mil no estrangeiro, em Hong Kong, Macau e Taiwan. Câmaras de Comércio de originários de Wenzhou foram criadas em mais de 70 cidades chinesas. Um número cada vez maior destes empresários regressam à terra para investir em sectores que vão da produção de vestuário, calçado e couro, vidro, perfumes até à de lâmpadas e aparelhos eléctricos de baixa voltagem. Algumas das marcas destas empresas estão registadas em França e Itália.

Wenzhou é conhecida pela prosperidade da sua economia privada. As suas empresas privadas são famosas por uma rica variedade de produtos da indústria ligeira, nomeadamente calçado (com uma produção anual no valor de 7 mil milhões de yuans, 843 milhões de USD), vestuário (mais de 2 mil empresas), lâmpadas (mais de 400 fábricas com um volume de exportação anual da ordem dos 10 milhões de dólares americanos), cerâmica, indústria de papel, brinquedos, que proliferam nos mercados europeus. A estrutura industrial de Wenzhou tem conhecido nos últimos tempos uma rápida diversificação e modernização, desenvolvendo-se também sectores da indústria pesada, nomeadamente maquinaria, química, metalurgia, construção naval e produção de energia eléctrica. O dinamismo empresarial é de tal forma intenso que nos últimos anos se tem falado do “Modelo Económico de Wenzhou”, associado ao funcionamento de clusters de empresas familiares concentradas geograficamente que procedem à fragmentação do processo produtivo especializando-se em diferentes fases numa logica complementar o que permite ganhos significativos de produtividade. Esta experiência tem sido recomendada pelo Governo Central como modelo a nível nacional que deve ser replicado noutras zonas do país para o desenvolvimento das PME's privadas familiares.

Segundo o Gabinete de Estatística de Wenzhou, o PIB da cidade ultrapassou pela primeira vez, em 2003, os 100 mil milhões de yuans, atingindo os 105 500 milhões de yuans (cerca de 13 mil milhões de USD), representando um crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Por sua vez, o PIB per capita chegou aos 14 217 yuans (mais de 1700 USD), um crescimento de 12,5% em relação ao ano anterior. O crescimento anual da economia local tem-se mantido acima dos 12% desde 1998.

Caixa QINGTIAN

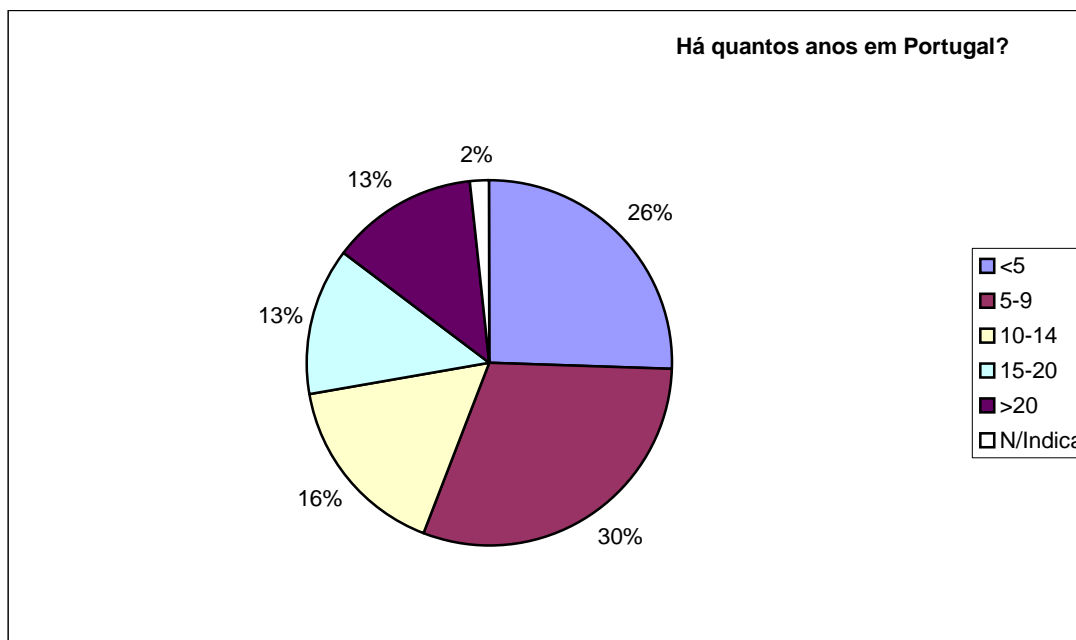
A comarca de Qingtian está localizada no sudeste da província de Zhejiang ao longo do curso médio e baixo do Rio Oujiang, cobrindo uma área de 2 493 km², dos quais 90% são zonas montanhosas, e com uma população de 487 000 habitantes.

Qingtian é conhecida como local de origem de cerca de 180 000 *Chinese Overseas* espalhados por mais de setenta países. A emigração sempre constituiu uma estratégia de sobrevivência na zona como forma de garantir o frágil equilíbrio do sistema económico caracterizado por uma população basicamente agrícola, com grandes défices de produção alimentar, dada a escassez de terrenos para cultivo, e pelo escasso desenvolvimento industrial, sendo um dos distritos qualificados de pobres pelo governo chinês na rica província de Zhejiang.

Uma parte considerável da população de Qingtian depende economicamente das remessas de divisas dos seus parentes emigrados, gerando uma crescente polarização social no seu interior que divide a população entre os que têm familiares no estrangeiro e os que não têm. É deste modo uma comarca especializada na emigração internacional. Outra parte da população é obrigada a deslocar-se temporariamente, nos momentos de menor actividade agrícola, para outras regiões da China fazendo todo o tipo de trabalhos para conseguir os rendimentos mínimos que lhes permitam comprar a comida que a sua terra não produz.

Nos últimos anos, o comércio internacional em Qingtian tem conhecido uma enorme expansão, com o volume de exportações anuais a atingir os 3 000 milhões de USD em 2000. As remessas dos emigrantes originários da comarca atingiam nesse mesmo ano os 300 milhões de USD, uma contribuição importante para o seu desenvolvimento.

Gráfico 4. Tempo de permanência em Portugal



Relativamente ao tempo de permanência em Portugal a análise dos inquiridos revela que das categorias consideradas a dominante é a categoria entre 5-9 anos que representa 30% do total, seguida da categoria menos de 5 anos com 26% e da categoria 10-14 anos com

16%. Assim, é possível concluir que a maioria dos empresários chineses, 56%, está em Portugal há menos de 9 anos tendo chegado a Portugal durante a segunda metade da década de 90. Se considerarmos ainda a categoria 10-14 anos, podemos concluir que quase $\frac{3}{4}$ dos empresários (72%) se radicaram em Portugal após 1990.

Se considerarmos apenas os empresários provenientes da RPC, o carácter recente da sua chegada a Portugal é ainda mais acentuado, uma vez que o número de empresários que se encontra em Portugal há menos de 9 anos sobe para 59%. Se considerarmos também a categoria 10-14, podemos concluir que quase $\frac{4}{5}$ (78%) dos empresários provenientes da RPC se radicaram em Portugal após 1990.

Contudo, um dado interessante relaciona-se com o facto de existir um grupo de empresários que se encontra em Portugal há mais de 15-20 anos que representa cerca de $\frac{1}{5}$ do total. Esta circunstância parece comprovar a existência de uma primeira vaga de imigração com origem na RPC na década de 80, de menor intensidade e cuja natureza e motivação é muito diferente da segunda vaga que ocorreu na década de 90 especialmente na segunda metade.

O primeiro movimento na década de 80 é fundamentalmente explicado pelo início da abertura da RPC e do seu programa de reformas das “4 modernizações” o qual determinou uma atitude mais aberta e uma nova política de relativa liberalização quanto à emigração traduzida na lei da emigração de 1985. No entanto, estamos ainda na fase inicial das reformas em que, como resultado da estratégia de redução do risco adoptada por Deng Xiaoping, as reformas estavam geograficamente circunscritas inicialmente a Guangdong, que surge como a região de liderança do processo, e em menor escala a Fujian, pelo que a prosperidade e crescimento económico estavam concentrados na região do Sul da China, especialmente nas zonas vizinhas de Macau e Hong Kong em Guangdong e Fujian. O processo de reformas e crescimento económico só gradualmente se foi difundindo e se foi estendendo a outras regiões costeiras mais a Norte durante o final da década de 80 e a primeira metade da década de 90. As zonas de origem de imigrantes nesta primeira fase, nomeadamente Zhejiang, tal como Shangai, não

participaram nesta fase inicial de crescimento económico sendo antes regiões que durante a década de 80 se debatiam ainda com dificuldades económicas. Assim, este fluxo migratório surge essencialmente como uma resposta às dificuldades económicas e pobreza que afectavam a maioria das regiões da China, pelo que surge como uma imigração que podemos caracterizar como de “necessidade”.

Pelo contrário, o movimento iniciado na segunda metade da década de 90 pode ser caracterizado como uma “imigração de oportunidade”, na medida em que a motivação dominante é a da internacionalização e de exploração de oportunidades em mercados externos. Com efeito na segunda metade da década de 90 as zonas de origem dos empresários chineses em Portugal, em especial Zhejiang, conheciam já uma prosperidade significativa associada à emergência de Shangai como grande centro económico. Assim, como foi referido no capítulo 2, Zhejiang surgia em 2000 no 8º lugar entre as províncias chinesas em termos de índice de desenvolvimento humano e em 4º lugar em termos de PIB *per capita*. Neste contexto, as razões para os fluxos migratórios já não são as dificuldades económicas, uma vez que os imigrantes provêm dos pontos mais desenvolvidos de Zhejiang, mas sim o potencial de capital humano, a estratégia proactiva de emigração da Província e os objectivos de internacionalização económica e integração na economia mundial.

Nos anos 90 há que referenciar ainda uma outra causa específica relacionada com o processo de reunificação da China e transferência de soberania de Hong Kong e Macau para RPC e o “efeito do handover”. A crise de confiança no futuro de Hong Kong que marcou a fase final da transição e a incerteza quanto à vontade e capacidade de a China respeitar os seus compromissos e preservar o modelo “um país, dois sistemas”, originou um exodo de vários quadros e empresários de HK que procuraram centros alternativos para sediar os seus negócios como estratégia de gestão do risco. Embora a maioria destes empresários tenha escolhido o Canadá, EUA e Austrália, e em menor número o Reino Unido, existiram também fluxos para outros países europeus.

Um dos resultados surpreendentes da investigação é a constatação de que este fenómeno afectou também, ainda que marginalmente, os fluxos migratórios da China para Portugal. Alguns empresários de HK radicaram-se em Portugal, com uma especial concentração no Algarve, o que explica que os empresários com origem em HK representem 5% do universo abrangido pelo inquérito. Curiosamente, e contra as expectativas dadas a ligação especial entre Macau e Portugal, este processo parece ter sido mais significativo relativamente a HK do que a Macau sendo curioso constatar que o peso dos empresários provenientes de Macau ser quase insignificante. Tal explica-se não só pelo facto de a transição de HK ter sido anterior e mais problemática do que a de Macau, mas também pelo menor nível de internacionalização que caracteriza a comunidade empresarial de Macau.

De um modo geral, e de acordo com os dados recolhidos a partir de algumas entrevistas realizadas junto de três empresários oriundos de HK, a escolha de Portugal tem a ver com o facto de, enquanto sediados em HK, terem tido contactos com Macau ao nível de negócios ou de visitas de lazer, o que lhes proporcionou alguma informação e conhecimentos sobre Portugal. O clima e bons padrões de segurança foram outras razões apontadas para justificar a escolha de Portugal, a qual foi precedida de uma viagem exploratória de avaliação por vários países europeus.

De um modo geral estes empresários operam no sector do import-export com base no triângulo HK-China-Portugal. Num dos casos, um comerciante de malas e artigos de couro em Albufeira (Praia da Oura) adquire a mercadoria a uma fábrica chinesa perto de Shenzhen, com a qual já tinha relações de negócios quando tinha o seu negócio em HK, fazendo a importação através de Hong Kong¹⁷⁷. Neste momento importa apenas para venda a retalho na sua loja mas logo após a sua chegada tentou o sector do comércio grossista tentativa que não teve sucesso devido aos atrasos sistemático dos pagamentos e incumprimento dos contratos por parte dos comerciantes portugueses seus clientes.

¹⁷⁷ Entrevista com John Lok em 30.10.2004.

Noutro caso, um empresário oriundo de HK e que opera no sector da restauração, import-export e imobiliário, revelou que o número de empresários de HK que pretendia investir em Portugal entre 1993-1996 teve alguma expressão mas a maioria acabou por desistir por causa da complexidade institucional e excessiva burocracia que envolviam todo o sistema de investimento estrangeiro em Portugal.

Para explicar a imigração de empresários chineses para Portugal deve ainda ter-se em conta 2 factores específicos do lado da comunidade recipiente. Em primeiro lugar, o facto de a segunda metade da década de 90 ter constituído um período de crescimento económico da economia portuguesa com maiores oportunidades para o investimento. Em segundo lugar, registou-se um fenómeno de feroz concorrência, com quebra das margens de lucro, e um excesso de oferta e saturação nos países do Norte de Europa que eram os destinos tradicionais de imigrantes chineses, relativamente a alguns segmentos de mercado de especialização da comunidade de negócios chinesa, em especial a restauração e o comércio a retalho de produtos chineses. Existe pois um factor de diversificação geográfica do negócio por parte de empresários chineses que decidiram explorar outros mercados europeus do Sul da Europa, incluindo Portugal, os quais possuíam comunidades de negócios chinesas mais reduzidas e com maiores oportunidades de negócio. Isto explica que uma parte dos fluxos de empresários chineses provenientes da RPC, cujo peso quantitativo não é possível determinar, corresponda na realidade a um processo de re-emigração dentro do espaço europeu, por ex. da França e Holanda para Portugal como foi possível determinar em entrevistas realizadas a alguns empresários.

Em termos comparativos, os empresários chineses de outras proveniências que não a RPC encontram-se em Portugal há mais tempo, incluindo-se aqui, nomeadamente, o caso da comunidade chinesa de negócios de Moçambique cujo período de chegada a Portugal ocorreu durante a segunda metade da década de 70 na sequência do processo de descolonização.

A comunidade chinesa de Moçambique

Após a independência de Moçambique em 1975, parte significativa da comunidade chinesa aí existente escolheu Portugal como país de residência permanente.

Pertencentes à segunda e terceira gerações de chineses que emigraram para a costa leste africana no início do século XX, esta comunidade diferencia-se de forma evidente daquela que viria a estabelecer-se em Portugal mais tarde, já na década de noventa, proveniente directamente da China.

Tendo passado por um processo contínuo de aproximação e de identificação em relação à língua e à cultura portuguesa, acumulado durante os largos anos de permanência nesta antiga colónia portuguesa, os chineses moçambicanos não sentiram as mesmas dificuldades de integração na sociedade local que os conterrâneos dos seus antepassados vindos da *mainland*.

Dir-se-ia que essa integração acabou por se processar de forma quase natural e sem grandes sobressaltos. Facto que acabou também por influenciar grandemente a maneira de estar e por consequência as opções profissionais seguidas pela grande maioria desta comunidade.

Enquanto que o imigrante vindo da China não encara outra possibilidade senão a de criar o seu negócio próprio, em parte por necessidade de sobrevivência e em parte por convicção, já o leque de alternativas para os chineses de Moçambique é consideravelmente mais alargado, existindo até uma propensão cada vez maior - especialmente nas camadas mais jovens que concluíram os seus estudos já em Portugal - para seguir uma carreira profissional em instituições públicas ou privadas locais, em vez de que seguir o negócio dos seus pais.

A ideia de se tornar empresário por conta própria deixou de ser atractiva para os mais jovens, face à percepção que têm dos riscos inerentes à actividade e bem assim, das alternativas que se lhes apresentam no mercado do trabalho.

Não deixa no entanto de ser interessante constatar que em quase todas as (poucas) empresas criadas de raiz pelos membros desta comunidade, é possível identificar traços típicos da organização empresarial chinesa, nomeadamente no que toca à predominância da vertente familiar na condução e no controle dos negócios.

Uma característica que se por um lado garante alguma estabilidade à sua estrutura organizacional, constitui por outro lado um factor limitativo para o processo de adaptação destas empresas às cada vez mais rápidas alterações das condições de mercado. Os dois exemplos apresentados a seguir em formato de *case studies* reflectem bem esta realidade.

Um outro aspecto que distingue estas duas comunidades prende-se com a prática do associativismo. Pratica essa que, tal como foi analisado noutro capítulo deste trabalho, o imigrante da China tanto preza, enquanto veículo importante que ajuda a sua integração na sociedade local. O aparecimento de inúmeras associações de carácter empresarial e cultural nos últimos anos comprova esta necessidade.

Já os chineses moçambicanos, pela sua facilidade de adaptação à envolvente social, não terão sentido este mesmo tipo de necessidades. É tanto assim que embora tenham havido algumas tentativas nesse sentido, não é hoje conhecida nenhuma associação formada por membros desta comunidade. Facto a que não será alheio o distanciamento das gerações mais novas relativamente às práticas tradicionais comunitárias, até porque o associativismo esteve sempre muito ligado à vida e à história dos chineses em Moçambique.

As escolas chinesas de Lourenço Marques e da Beira eram no seu tempo instituições de reconhecido prestígio e que não se restringiam apenas às suas funções sociais e lúdico-desportivas, mas também à divulgação da língua chinesa. Sendo este talvez o seu desígnio principal.

A única prática ainda mantida por alguns membros mais idosos residentes na área de Lisboa é o jantar mensal de convívio, que outrora tinha como objectivo principal promover o funcionamento de um sistema de financiamento rotativo para apoiar aqueles que em determinadas alturas das suas vidas necessitavam de fundos para estabelecer o seu negócio, ou porque simplesmente enfrentavam dificuldades financeiras pontuais. Componente essa que também já desapareceu, passando o jantar a ser apenas um pretexto para rever velhos amigos numa base regular.

É assim curioso constatar que, pelas diferenças enumeradas, convivem hoje em dia em Portugal duas comunidades chinesas perfeitamente distintas na sua forma de estar, ao ponto não haver praticamente hábitos de convívio entre ambas, exceptuando alguns casos onde existem interesses comerciais específicos.

Numa perspectiva mais alargada no tempo, poder-se-ia dizer que se tratam ambas de comunidades originárias da mesma mãe-pátria, só que com tempos de permanência além fronteiras muito diferentes. Enquanto que do lado dos chineses moçambicanos se podem contabilizar já quatro gerações a viver fora da China, do lado dos imigrantes chineses mais recentes, essa contabilização ainda mal começou. Daí que talvez não seja tão difícil prever que essas diferenças apontadas se venham a esbater com o passar do tempo e que as gerações vindouras, caso continuem a optar por viver em Portugal, venham a adoptar um estilo de vida muito semelhante em ambas as comunidades e muito provavelmente mais próximas dos valores culturais do país de acolhimento do que propriamente dos seus ancestrais.

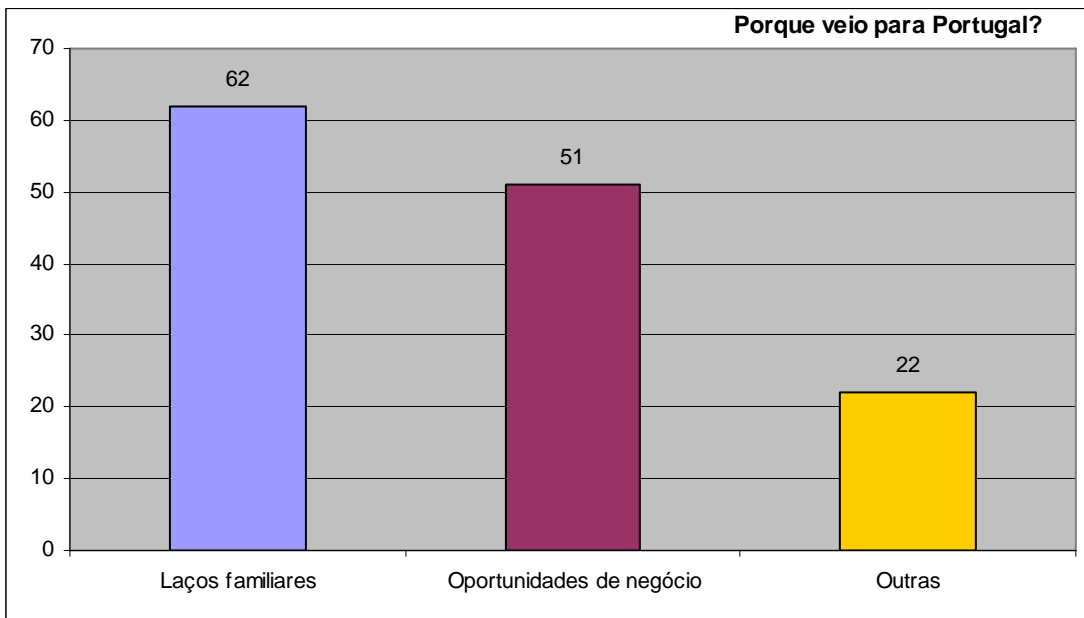
Finalmente os dados dos inquéritos não permitem captar um fenómeno que é extremamente importante da imigração chinesa e que não é geralmente referenciado, a imigração sazonal. No entanto, as entrevistas realizadas permitiram concluir que o fenómeno da imigração sazonal tem um crescente significado. Com efeito, existe uma mobilidade muito significativa dos empresários chineses dentro do espaço europeu pelo que alguns estão em Portugal apenas durante alguns períodos do ano, operando nos restantes meses em outros países europeus de acordo com as oportunidades que surgem. Por exemplo, existe um conjunto de empresários que estão radicados noutro país europeu e que vêm para Portugal, nomeadamente no sector do comércio a retalho, exclusivamente para o período de Natal que se inicia no final de Novembro, aproveitando as oportunidades das vendas de Natal e o aumento do consumo característico deste período, findo o qual regressam ao país de origem. Sucede também que empresários chineses radicados em Portugal, particularmente em períodos de maiores dificuldades económicas, saem do país para aproveitar uma oportunidade de negócio noutro país europeu regressando mais tarde a Portugal. Este sistema de imigração sazonal tem alguma expressão por exemplo, no conjunto dos empresários chineses ligados ao turismo algarvio incluindo a restauração os quais fecham os seus estabelecimentos durante a época baixa e saem de Portugal durante alguns meses para desenvolver a sua actividade noutro país, muitas vezes num sector diferente, com uma conjuntura económica mais favorável.

Assim, a comunidade de negócios chinesa foge aos padrões tradicionais de fixação e operação exclusiva no mercado de destino que caracteriza as comunidades de imigrantes. Pelo contrário, existe uma abordagem diferente que encara naturalmente a circulação e transferência flexível entre diferentes mercados no contexto regional europeu tornada possível pelo funcionamento dos laços familiares e de proximidade com outras

comunidades de negócios chinesas na Europa, as quais fornecem não só a informação de qualidade e no momento oportuno sobre as oportunidades como prestam também apoio local ao desenvolvimento do negócio. Este fenómeno corresponde a uma estratégia de maximização das oportunidades e traduz um nível invulgar de flexibilidade do empresário visando garantir o aproveitamento de oportunidades de negócios, ainda que transitórias, numa lógica quase de “just in time”, e a redução do risco seguindo a estratégia tradicional chinesa da diversificação geográfica dos negócios.

Neste contexto, os dados relativos à permanência em Portugal devem ser qualificados tendo em conta o facto de em vários casos o empresário não exercer actividade empresarial em Portugal durante todo o ano pelo que o período é na realidade inferior. Por outro lado, o número de empresários chineses que operam em Portugal é tendencialmente superior aos que estão radicados em Portugal e que resultam das estatísticas oficiais uma vez que não são incluídos os empresários que estando radicados noutra país europeu exercem sazonalmente uma actividade empresarial em Portugal.

Gráfico 5. Razões da escolha de Portugal



Relativamente às razões que fundamentam a escolha de Portugal foram colocadas três opções, laços familiares, oportunidades de negócio ou outras. De notar que o inquirido podia seleccionar mais do que uma razão. A maioria dos inquiridos seleccionou apenas uma razão mas em alguns casos foram seleccionados duas razões distintas, em regra “laços familiares” e “oportunidades de negócios”. A análise dos resultados revela um predomínio do factor “laços familiares” para justificar a escolha de Portugal, invocado por 62 empresários, surgindo em segundo lugar as “oportunidades de negócios” referenciado por 51 empresários.

Assim, os “laços familiares” e os *guanxi* são o factor mais significativo que está na base da escolha de Portugal o que está em consonância com o predomínio de imigrantes de Zhejiang. Um dos mecanismos essenciais é o chamamento por parte de imigrantes já radicados em Portugal de familiares seus ou amigos da mesma região da China para trabalharem por conta de outrem nos seus negócios. Em regra estes novos imigrantes numa primeira fase trabalham durante algum tempo por conta de outrem nas empresas dos familiares mas numa segunda fase abrem o seu próprio negócio usando em parte capitais próprios resultantes da poupança realizada durante a primeira fase e em parte a ajuda financeira de familiares em Portugal e na China.

As “oportunidades de negócios”, contrariamente ao que era expectável tendo em conta que estão em causa projectos empresariais, surgem apenas como a segunda motivação embora com um peso significativo. No entanto uma análise mais desagregada e aprofundada revela uma situação diferente da sugerida pela análise dos dados globais e um claro contraste entre o primeiro e o segundo fluxos migratórios. O cruzamento dos dados sobre as razões de escolha de Portugal com os dados relativos ao tempo de permanência em Portugal permite concluir que para o conjunto de empresários com menor tempo de permanência, menos de 9 anos, aqueles que estão envolvidos no segundo ciclo de imigração chinesa para Portugal, as oportunidades de negócio surgem como a razão dominante representando mais de metade das respostas (56%). Diversamente e em claro contraste, no conjunto dos empresários com mais tempo de permanência, mais de

dez anos mas a maioria com 15-20 anos, envolvidos no primeiro ciclo de imigração, a razão predominante são os laços familiares, de forma mais acentuada do que em termos globais, representando mais de 2/3 das respostas (71%). Por outras palavras, a relevância das oportunidades de negócios cresce à medida que diminui o tempo de permanência, atingindo a máxima expressão no grupo de menos de 5 anos, enquanto a relevância dos *guanxi* como razão de escolha diminui com a redução do tempo de permanência.

Esta diferença é explicada por diversos factores. Em primeiro lugar o crescimento da economia portuguesa nos 90 foi mais acentuado e prolongado e o quadro macroeconómico relativamente estável favoreceu o aumento das oportunidades de investimento. Em segundo lugar, neste período as oportunidades decorrentes da integração europeia de Portugal e da criação do mercado único tornaram-se mais evidentes para potenciais investidores contrariamente ao que acontecia na década anterior em que o processo de integração estava ainda no seu início. Em terceiro lugar, o maior peso do factor “oportunidades de negócio” é também explicado pelo facto de o fenómeno da re-emigração dentro da Europa (empresários que tendo entrado no espaço da UE e estabelecido num primeiro momento noutro país da UE se transferem posteriormente para Portugal) ser essencialmente um fenómeno da década de 90. Com efeito, enquanto o factor “ligações familiares” terá tido um peso maior na escolha do primeiro país de imigração na Europa, a re-emigração no espaço europeu para Portugal foi já mais determinada pelas oportunidades identificadas. Finalmente, a natureza dos dois fluxos emigratórios da China é diferente como foi atrás referido, o que contribui para reforçar a relevância da motivação oportunidades de negócio.

O grupo “outras” razões foi escolhido apenas por 22 empresários e inclui diferentes factores: políticos, como a descolonização e os laços políticos invocados pelos membros da comunidade chinesa originária de Moçambique ou o caso de uma refugiada política chinesa de Shangai que em consequência dos eventos de Tiananmen de 1989 se refugiou em Macau fazendo posteriormente o circuito para Portugal¹⁷⁸; culturais, relacionados com a realização de estudos em Portugal, empresários que vieram inicialmente como

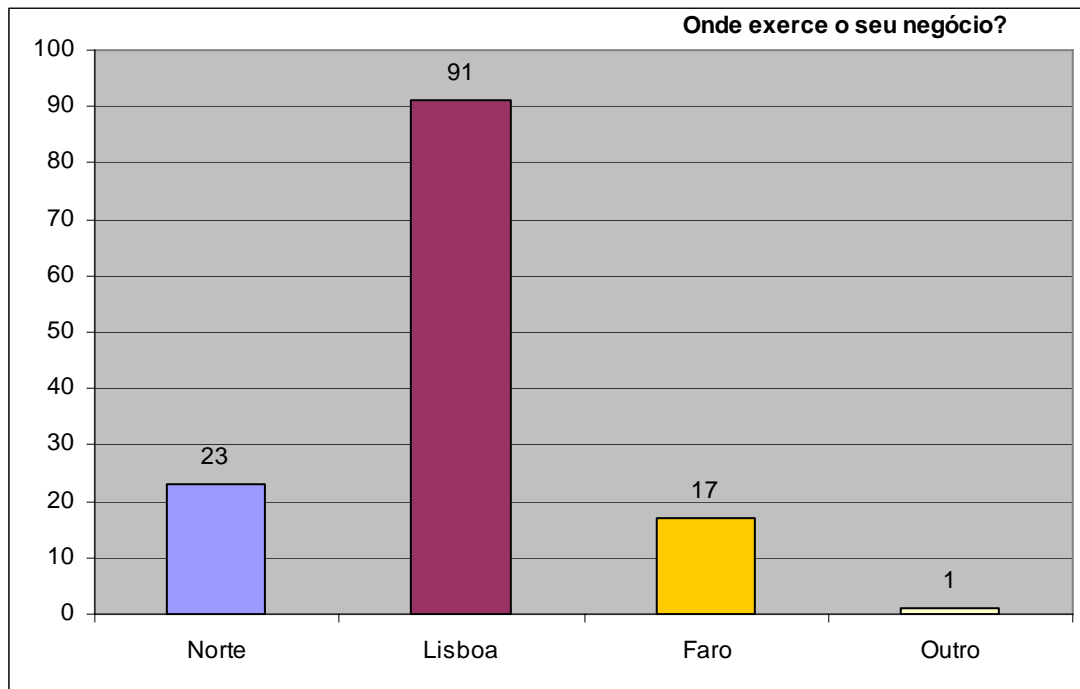
¹⁷⁸ Empresária do sector de restauração no Algarve (Vilamoura) entrevista em 30.10.2004

estudantes-bolseiros e que posteriormente decidiram ficar e abrir o seu próprio negócio; e factores “ad hoc” relacionados com o clima ameno de Portugal, baixo custo de vida ou os bons padrões de segurança.

4.2. O NEGÓCIO: CARACTERÍSTICAS E DIMENSÃO

A pergunta foi formulada de modo a permitir a investigação sobre os aspectos que caracterizam o negócio, a saber localização geográfica (do centro do negócio), sector de actividade, dimensão da empresa e avaliação da parte do empresário dos resultados da empresa e da natureza das dificuldades encontradas bem como a perspectiva acerca da evolução futura do negócio.

Gráfico 6. Localização geográfica da empresa

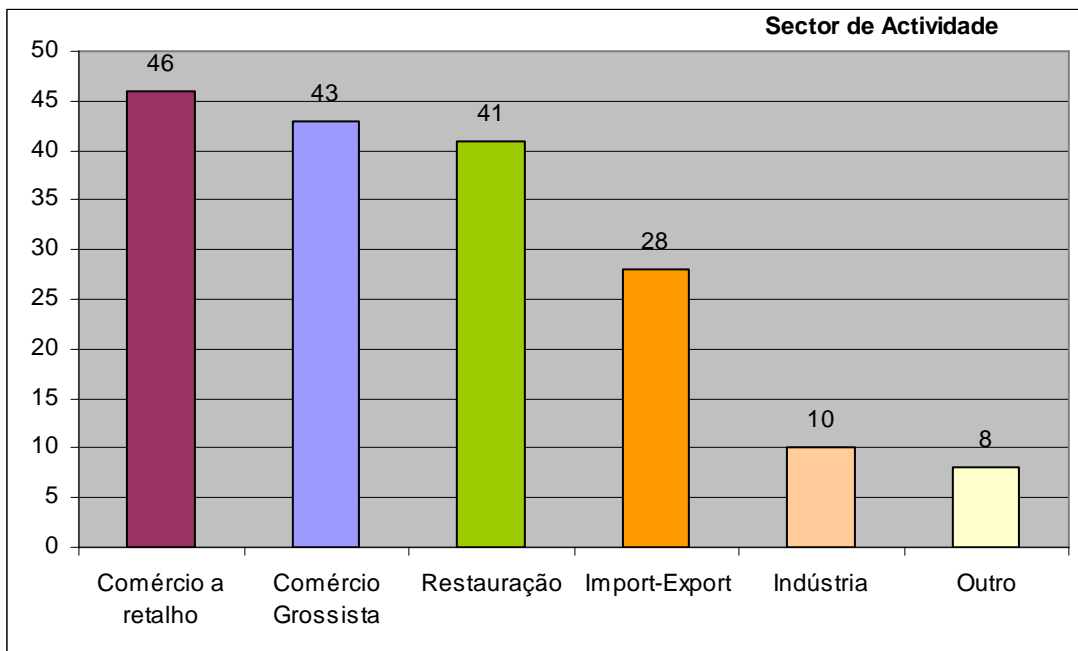


Relativamente à **localização geográfica**, o critério considerado foi o da localização do centro de negócio e não a localização do estabelecimento. Isso implica que nos casos em que existem vários estabelecimentos localizados em diferentes regiões (como sucede com

vários empresários do sector da restauração do Algarve os quais para além de restaurantes têm também restaurantes na grande Lisboa) só há uma contagem que diz respeito àquele que foi considerado o centro de negócio pelo empresário. Os inquéritos foram aplicados em três grandes zonas em Portugal, na região Norte, na região da Grande Lisboa e no Algarve / região Sul.

Conclui-se que a grande maioria dos empresários que responderam ao inquérito tem o seu centro de negócios na área da Grande Lisboa, cerca de 70%, surgindo em segundo lugar a zona Norte (especialmente Grande Porto e Braga) com 18% e, em último lugar, o Algarve com 13%. Esta distribuição está relativamente em consonância com a distribuição geográfica geral dos imigrantes chineses residentes de acordo com as estatísticas oficiais dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras que em relação ao ano de 2003 apontavam para uma forte concentração no distrito de Lisboa onde se localizavam quase metade dos residentes chineses (RPC, HK, Macau e Taiwan) 48,9%, seguido dos distritos de Faro (13,9%) e Porto (13,3%,) numa posição de quase paridade. Relativamente à região Norte se considerarmos também o distrito de Braga com 2,7% o peso da região aumenta para 16%.

Gráfico 7. Sectores de Actividade



Relativamente aos **sectores de actividade** mais importantes, os resultados do inquérito confirmam o claro predomínio do sector terciário como sector por excelência da actividade dos empresários chineses. Com efeito, 94% dos empresários estão envolvidos nos serviços (incluindo as “outras actividades”). Detectam-se no entanto mudanças nos sub-sectores dominantes dentro dos serviços. Existe, contudo, um novo dado particularmente significativo e que importa realçar: a emergência pela primeira vez de investimento e entrada de empresários chineses no sector secundário, particularmente na indústria transformadora em Portugal, representando 6% do total.

Surtem como sectores de actividade dominantes o comércio a retalho, o comércio grossista e a restauração, seguidos da actividade de import-export e, em último lugar, da indústria (e de outros).

Uma das conclusões mais interessantes é que o sector da restauração, dominante durante a década de 80 e de 90, foi ultrapassado pelo comércio a retalho e grossista, registando-se uma diversificação de actividades dos empresários chineses. Para este facto terá contribuído, conforme informação obtida nas entrevistas, a saturação do sector da restauração, caracterizado por uma crescente concorrência e redução drástica das margens de lucro. Com efeito, este sector foi aquele que atraiu a maioria dos investimentos dos empresários chineses vindos de Moçambique na década de 70 bem como dos empresários provenientes da China na década de 80. Estamos portanto perante um novo padrão de investimento que emerge com a terceira vaga de imigração chinesa. As entrevistas realizadas indicam ainda que se registou um processo de saída da restauração, quer da parte da primeira quer da segunda vaga de imigração chinesa, em benefício de outros sectores, nomeadamente o comércio grossista e import-export. O crescimento do peso do comércio a retalho deve-se fundamentalmente aos fluxos mais recentes de imigrantes (terceira vaga), fundamentalmente provenientes da província de Zhejiang, associado a proliferação das lojas chinesas por várias cidades do país que se especializaram na venda de produtos de baixo preço e consumo corrente. Nessa medida a estratégia destes empresários foi aproveitar as oportunidades geradas pelo ciclo económico, na medida em que a recessão e o decréscimo no rendimento disponível

levaram à procura de produtos com aquelas características. Contrariamente à percepção dominante, os dados do inquérito demonstram que a diversificação não está apenas associada à expansão do comércio a retalho mas também ao crescimento significativo do comércio grossista.

Case study I : O grupo Man Kay

A experiência deste grupo empresarial constitui um bom exemplo do funcionamento do conceito de *guanxi* no quadro das relações entre membros da comunidade chinesa, que se traduziram neste caso numa espécie de união de esforços entre famílias e amigos, conjugada com interesses económicos comuns, para ultrapassar em conjunto uma situação particularmente difícil das suas vidas.

Estabelecida inicialmente como loja de acessórios de moda em Lourenço Marques (Moçambique) na década de cinquenta, a Man Kay (nome do fundador) viria a conhecer um processo rápido de crescimento na década subsequente, marcada pela progressiva diversificação das suas áreas de negócio, tendo atingido o seu apogeu no início dos anos setenta, já com os filhos do fundador no comando dos destinos da empresa.

Apostando fortemente no desenvolvimento das relações comerciais com a China, numa altura em que este país se encontrava praticamente fechado ao mundo ocidental, a empresa foi-se impondo rapidamente como um dos principais importadores de artigos de arte e decoração chinesas (principalmente porcelana e móveis) desta antiga colónia portuguesa.

O sucesso nesta área de negócio criou bases suficientes para que o grupo comesse a diversificar os seus interesses para outras áreas, quer no sector do comércio, quer no sector da indústria.

O grupo viria no entanto a atingir a proeminência no meio empresarial moçambicano no negócio retalhista, com a criação do maior centro comercial (*department store*) da então província ultramarina portuguesa em 1971, destacando-se como o maior e o mais próspero grupo empresarial da comunidade chinesa da altura.

Porém, em 1975, na sequência do processo de nacionalização iniciado logo após a independência de Moçambique, em que o grupo se viu expropriado da totalidade dos seus bens e activos, os sócios tomaram a decisão de abandonar o país juntamente com as suas famílias, rumando em direcção a Portugal. Uma opção que se afigurava natural dada a identificação plena desta segunda geração de emigrantes chineses com a língua portuguesa.

Tratava-se de um recomeço a partir do zero, num ambiente completamente desconhecido.

Apesar das adversidades, a prioridade nunca foi posta em causa: Havia que reconstruir uma estrutura empresarial que garantisse o emprego a todos os membros da família no mais curto espaço de tempo possível.

Porém, a limitação ao nível dos recursos financeiros e o desconhecimento do mercado ditaram a necessidade de procurarem parcerias junto de outros membros da comunidade de chineses recém emigrados de Moçambique para Portugal.

O recurso à sua rede de *guanxi* surgiu então como a opção mais natural, tendo-se conseguido juntar para o efeito um grupo de dez famílias, entre familiares (no sentido alargado) e amigos próximos.

Escolhida a área de negócio – a dos supermercados, a estratégia deste grupo privilegiou desde o primeiro dia o estabelecimento de uma rede de lojas com dimensão suficiente para garantir o sustento a todos quantos lhe estavam ligados.

Com efeito, num espaço de poucos anos, já o grupo tinha conseguido criar uma rede de supermercados composta por cinco unidades espalhadas pela cidade de Lisboa, cumprindo com relativo sucesso, por assim dizer, a sua função social, independentemente dos resultados do próprio negócio.

Alcançada a estabilidade mínima nas condições de vida dos membros desta pequena comunidade e numa altura em que as preocupações se começaram a virar para a rentabilidade deste projecto empresarial, surgiram as primeiras divergências relativamente à forma de conduzir os negócios.

Divergências essas que se foram acentuando com o tempo, agravadas pelo grande número de sócios directamente envolvidos no negócio e pelas diferenças significativas ao nível da experiência e do *background* empresarial de cada um.

Perante a impossibilidade de conciliar as posições de todas as partes, foi negociada uma solução amigável no sentido da divisão do activo acumulado de uma forma tanto quanto possível equitativa e justa entre as várias famílias.

Feita a divisão, na qual lhe coube dois supermercados, a Man Kay procurou a partir de meados da década de oitenta enveredar pelo mesmo caminho que outrora tinha trilhado – o da diversificação, tendo inclusivamente reatado as suas relações comerciais com a China, com o intuito de tirar partido das vantagens competitivas que retirava dessas ligações, numa época em que eram poucos os empresários portugueses que se aventuravam em fazer negócios com este país.

Neste sentido, o grupo voltou a apostar no que sempre soube fazer melhor: Importar produtos da China para colocar no mercado local através da revenda e da venda a retalho, ramo de negócio onde possui actualmente uma rede de seis lojas repartidas entre as cidades de Lisboa e do Porto.

Com um leque já relativamente diversificado de negócios e empregando mais de trinta trabalhadores no seu conjunto, a Man Kay preserva ainda hoje uma estrutura de sócios predominantemente familiar e mantém um modelo de gestão claramente inspirado nos valores tradicionais chineses e no pragmatismo consolidado através da experiência adquirida ao longo dos anos.

O advento da globalização e a abertura do mercado chinês ao mundo fez com que o grupo perdesse nos últimos anos grande parte das suas vantagens face à sua concorrência mais directa, nomeadamente as suas relações até então privilegiadas com a China. De facto, o acesso ao mercado chinês tornou-se cada vez mais facilitado para qualquer importador nacional.

Paralelamente, à rápida afirmação da China como potência industrial à escala mundial, respondeu as comunidades de *overseas Chinese* espalhadas pelo globo com a massificação de todo o tipo de produtos de consumo «*made in China*», à qual Portugal não escapou, sendo a face mais visível o recente fenómeno da proliferação das lojas de retalho em praticamente todas as cidades do país, em alternativa ao negócio de restaurantes, até há bem pouco tempo a actividade por excelência dos imigrantes chineses.

Em resultado destas alterações, a Man Kay passou a sofrer um súbito aumento da sua concorrência directa nas duas frentes mais importantes do seu negócio – a importação e revenda e a venda a retalho - o que obrigou a uma redefinição da sua estratégia comercial, no sentido da procura de novas vantagens competitivas e de um novo posicionamento no mercado, apostando não tanto na especialização da mercadoria comercializada, onde a margem de manobra é cada vez mais pequena, mas no design, na imagem e nas técnicas modernas de comercialização.

Internamente, o grupo passa também por uma fase de grandes transformações ao nível dos seus quadros, numa altura em que a geração dos filhos dos sócios se prepara para assumir o controle dos seus negócios, com uma visão necessariamente distinta da dos seus pais e por vezes difíceis de compatibilizar.

Da capacidade de adaptação a todas essas mudanças dependerá a própria sobrevivência futura deste grupo empresarial. Sendo contudo quase certo que a procura de soluções para vencer estes novos desafios o levará a um afastamento progressivo e irreversível dos padrões que o caracterizam ainda como uma empresa familiar chinesa.

O comércio no seu conjunto tem um peso de 66%, tendo o comércio a retalho 26%, o comércio grossista 24,5% e actividades de import-export 16%. Estes dados revelam uma certa sofisticação desta actividade que não se limita nem ao pequeno comércio nem ao comércio nacional. Pelo contrário, as actividades de import-export reflectem relações crescentes com a China e com outros países da UE. O comércio grossista não se limita à Comunidade Chinesa mas fornece crescentemente pequenos comerciantes portugueses. Verifica-se uma forte concentração de empresas chinesas de comércio grossista na região

de Porto Alto, próximo de Lisboa, e na região do Grande Porto. Por outro lado, o comércio grossista está fortemente associado às fortes ligações com a Espanha e ao funcionamento de uma lógica de mercado ibérica, como indicam algumas entrevistas¹⁷⁹. Essa lógica passa nomeadamente por participações cruzadas entre empresas chinesas em Portugal e em Espanha, como no caso da empresa Ante, Comércio Internacional Lda, e por parcerias conjuntas entre empresários chineses em Portugal e empresários chineses em Espanha para investimento na China.

Em relação à indústria, os inquéritos revelam a concretização de investimentos em sectores trabalho-intensivos, a grande maioria localizados na zona Norte, em que os empresários chineses têm know-how e fazem uso do acesso privilegiado aos *inputs* que importam da China. No âmbito das entrevistas realizadas, foram identificados casos de investimento industrial nas áreas de têxteis e vestuário (Vila do Conde na zona Norte e Grande Lisboa, Mem Martins e Charneca da Caparica), calçado (São João da Madeira), mármore (Pero Pinheiro) e produtos alimentares (fábrica de tofu no Cacém). De notar que ocorreram fenómenos semelhantes em outros países europeus nos anos 90, nomeadamente em Itália, com particular destaque para a indústria de têxtil e vestuário em Prato, na vizinhança de Florença onde em 2003 existiam 1278 empresas chinesas na indústria de confecções e vestuário e 131 empresas na indústria têxtil as quais representam 82% do total de empresas chinesas em actividade¹⁸⁰. De um modo geral está em causa um processo de aquisição de empresas de sectores em crise na União Europeia. Por detrás desta aquisição em alternativa à criação de novas empresas pode estar o benefício de preservar o investimento que a empresa representa em *latu sensu* (por exemplo, o licenciamento – difícil e moroso para estrangeiros -, relações de fornecimento

¹⁷⁹ Entrevista com o Director Jornal Sino, Sr. Liang Zhan em 12.12.2003.

¹⁸⁰ Estatísticas do Ufficio Studi Centro Ricerca e Servizi per l'immigrazione del Comune di Prato, 2003 (www.comune.prato.it/immigra/cinesi). Em Dezembro de 2003 existia um total de 1724 empresas chinesas em actividade na Província de Prato concentradas sobretudo na Comuna de Prato (85%) e nas comunas de Montemurlo (6%) e Carmignano (5,9%). Os sectores de actividade dominantes são a indústria, representando o vestuário e confecções cerca de 74% das empresas e o têxtil 7,6%, assumindo o sector dos serviços menor relevância embora as empresas operem nos sub-sectores tradicionais, comércio a retalho (5%) e comércio grossista (4,5%) de produtos de consumo final. Importa referir também que os dados revelam um elevado número de empresas chinesas que cessaram actividade em 2003, um total de 1.400 essencialmente nos sectores têxtil e vestuário, o que sugere a existência de uma elevada taxa de rotatividade com um ritmo intenso de entrada de novas empresas mas igualmente de saída do mercado de outras, sugerindo a existência de um elevado nível de “mortalidade”.

e distribuição já estabelecidos, marcas, *know-how* tecnológico e de mercado, etc). No entanto, a estratégia de fundo que está por detrás desta entrada em sectores em crise, que costumam ser qualificados como sectores sensíveis na União Europeia com maior propensão para níveis mais elevados de protecção ou proteccionismo, não está ainda devidamente clarificada. Uma hipótese que teria que ser objecto de investigação aprofundada, é o investimento como forma de ultrapassar barreiras comerciais, produzindo no mercado de destino. Nesse caso, à semelhança do que sucedeu em Macau e em Hong-Kong nos anos 90, os empresários importariam bens quase finais da China e limitar-se-iam a executar a última fase de etiquetagem, embalagem e comercialização em Portugal. O produto final é então qualificado como *made in EU*. Importa salientar um dado curioso relativamente aos empresários envolvidos no sector industrial, que se relaciona com o facto de nenhum deles ser originário de Zhejiang provindo antes de outras provincias da China, nomeadamente de Shanxi, Shandong e Henan, e do Sudeste Asiático e Hong Kong.

Na sequência das entrevistas realizadas, foi também referenciado um interesse recente no sector primário, a agricultura, por parte de alguns empresários chineses, tendo sido avançado o exemplo de uma empresa em Tomar de produção de hortícolas e de aves.

Procedeu-se ainda a análise do grau de diversificação de negócio, procurando determinar o número de empresários que têm actividade em simultâneo em mais do que um sector. Como resultado, verifica-se um grau razoável de diversificação, uma vez que mais que ¼ dos empresários opera em mais do que um sector. De realçar que 20% dos empresários operam em 2 sectores e 7% até em três sectores. Estes dados indicam uma diversificação de negócio pouco habitual para as micro-empresas, sendo explicada por uma característica específica de cultura de negócio dos chineses (aversão ao risco).

Case study II : A Cervejeira Lusitana

A Cervejeira Lusitana constitui um exemplo interessante de uma empresa que embora possua uma forma de estar no mercado que em nada difere de uma outra empresa portuguesa qualquer, mantém no entanto alguns traços na sua estrutura organizacional que são típicos das sociedades comerciais dos *overseas Chinese*.

Esta dualidade é explicada por um lado, pelo facto de a empresa ter sido criada pelo chefe da família – o pai, pertencente à segunda geração de chineses estabelecida em Moçambique no início do século XX, portanto próximo ainda das raízes culturais dos seus ascendentes e por outro lado, pelo facto da gestão corrente dos negócios estar entregue aos seus filhos, que cresceram e estudaram (em Moçambique e mais tarde, em Portugal) num ambiente já muito distante dos valores culturais de referência dos seus pais.

Tal como no modelo empresarial tradicional chinês, também neste caso salta à vista a direcção e o controlo dos destinos da empresa por parte da família.

Com efeito, para além do facto dos membros da família serem os únicos sócios da firma, o líder da família é ainda a pessoa que tem a última palavra nas decisões fundamentais sobre a condução dos negócios, apesar de não acompanhar de perto o dia-a-dia da firma.

Estabelecida em 1996 e com sede em Lisboa, a actividade da Cervejeira Lusitana reparte-se actualmente em duas vertentes distintas: Produção de cerveja com marca própria e restauração.

Num mercado muito concorrencial e dominado essencialmente por duas marcas nacionais - a Sagres e a Super Bock, a estratégia adoptada pela Lusitana procurou acima de tudo evitar o confronto directo com essas grandes marcas nas prateleiras dos supermercados, onde as hipóteses de sucesso seriam, à partida, algo limitadas. Daí que se tenha optado pelo desenvolvimento de uma cadeia própria de restaurantes, que funciona como veículo privilegiado para comercializar e divulgar a sua própria marca de cerveja.

Nesse sentido, a Lusitana posicionou-se no mercado com um conceito próprio de restauração, que sendo embora próximo das cervejarias tradicionais portuguesas (ex.: Portugália), tem no entanto a particularidade de servir aos seus clientes a sua própria marca de cerveja.

Criado o conceito, o desafio seguinte consistia na criação de uma rede de restaurantes com dimensão suficiente para absorver a produção cervejeira entretanto instalada.

Para tal, a empresa adoptou um plano de expansão assente em duas redes de restaurantes paralelas: uma controlada directamente pela Lusitana e uma outra gerida por parceiros externos à empresa, em regime de *franchising*.

Actualmente, a rede controlada directamente pela empresa é composta por seis restaurantes, enquanto que a rede gerida pelos *franchisados* é composta por três unidades.

Esta composição sofreu no entanto algumas alterações nos últimos anos, fruto da própria experiência adquirida no terreno e que impõe ajustamentos pontuais na estratégia de base.

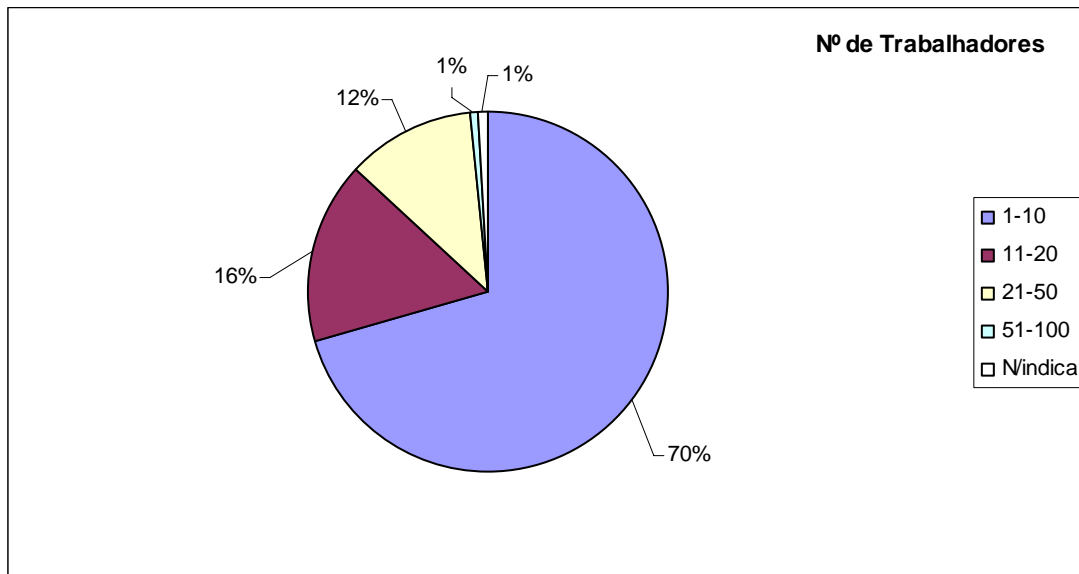
Assim, enquanto que na sua rede própria, a empresa constatou que o seu conceito funciona melhor nos grandes centros urbanos e especialmente nos grandes centros comerciais (cinco das actuais seis unidades estão localizadas em Lisboa, sendo a outra em Évora), já na rede de *franchising*, as dificuldades encontradas ao nível do relacionamento da empresa com os *franchisados* tem-se revelado com um factor limitativo ao seu próprio crescimento.

Tendo em conta todos estes factores, os sócios são unânimes em considerar quase esgotado o potencial para o desenvolvimento do conceito da Cervejaria Lusitana em território nacional. Daí a pretensão em apostar proximamente na internacionalização para garantir a continuidade do seu plano de expansão, tão importante para se alcançar a plena utilização da sua capacidade de produção cervejeira.

Embora não faça ainda parte dos seus planos mais imediatos, o mercado espanhol tem sido visto como uma hipótese muito atraente para se dar o primeiro passo na expansão além fronteiras, dadas as óbvias vantagens da proximidade geográfica e das características dos seus consumidores, muito próximas dos portugueses.

Numa perspectiva comparativa, dir-se-ia que pelo seu posicionamento no mercado e pela estratégia empresarial que adopta, a Lusitana mais facilmente se identificaria com um *player* local do que com uma empresa chinesa no sentido tradicional, pese embora o facto de existirem ainda algumas ténues reminiscências que a poderiam enquadrá-la como tal. E mesmo essas, muito provavelmente tenderão a desaparecer com o passar dos anos, em consequência do processo natural de distanciamento dos sócios e dos seus sucessores em relação aos valores culturais chineses.

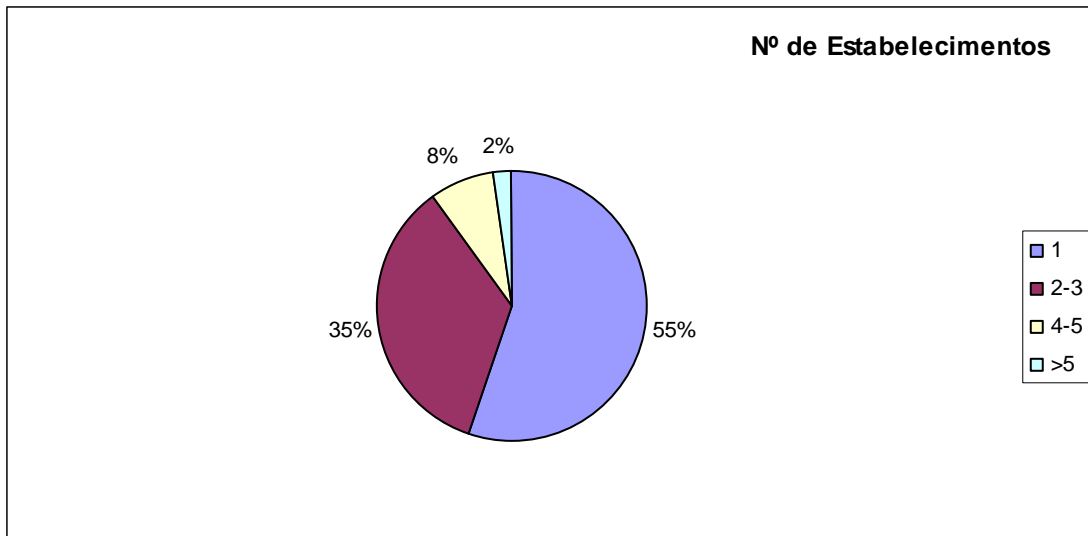
Gráfico 8. Dimensão da empresa



No que respeita à **dimensão das empresas** medida apenas em termos do número de trabalhadores uma vez que a obtenção de informação sobre o volume de negócios se revelou extremamente difícil, conclui-se que todas as empresas são PMEs, embora se distingam três grupos diferenciados. O grupo dominante são as micro-empresas, entre 1-10 trabalhadores, com 70%, figurando em segundo lugar as pequenas empresas entre 11-50 com 28% e em último lugar as médias empresas com 51-250 trabalhadores com apenas 1%. Acresce-se que se trata tipicamente de empresas familiares, não só porque o capital e a gestão são controlados por um núcleo familiar¹⁸¹, mas também porque cerca de 50% dos trabalhadores são familiares do empresário. Os que não são familiares são na sua grande maioria originários da China, pressupondo-se que pertençam ao círculo de amigos do empresário ou são originários da mesma cidade/região da China que o empresário. Assim, no caso dos empresários chineses em Portugal, confirma-se a importância que tradicionalmente os *guanxi* têm para a estruturação da empresa e o seu negócio.

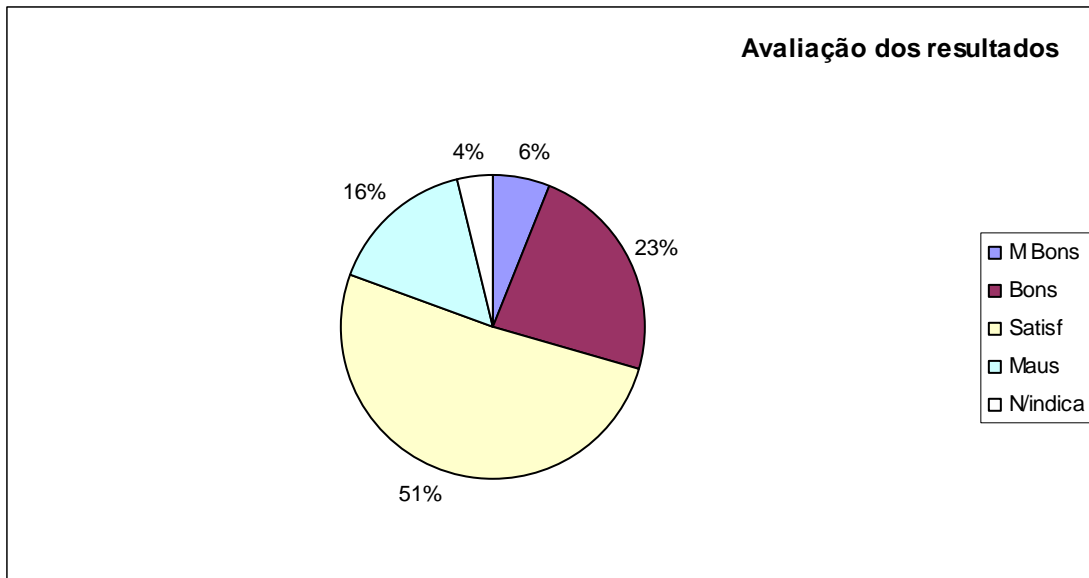
¹⁸¹ O critério determinante para a classificação de uma empresa como familiar é que exista conjuntamente o controlo do capital social e o controlo da gestão nas mãos de um núcleo familiar ou de duas famílias.

Gráfico 9. Número de estabelecimentos



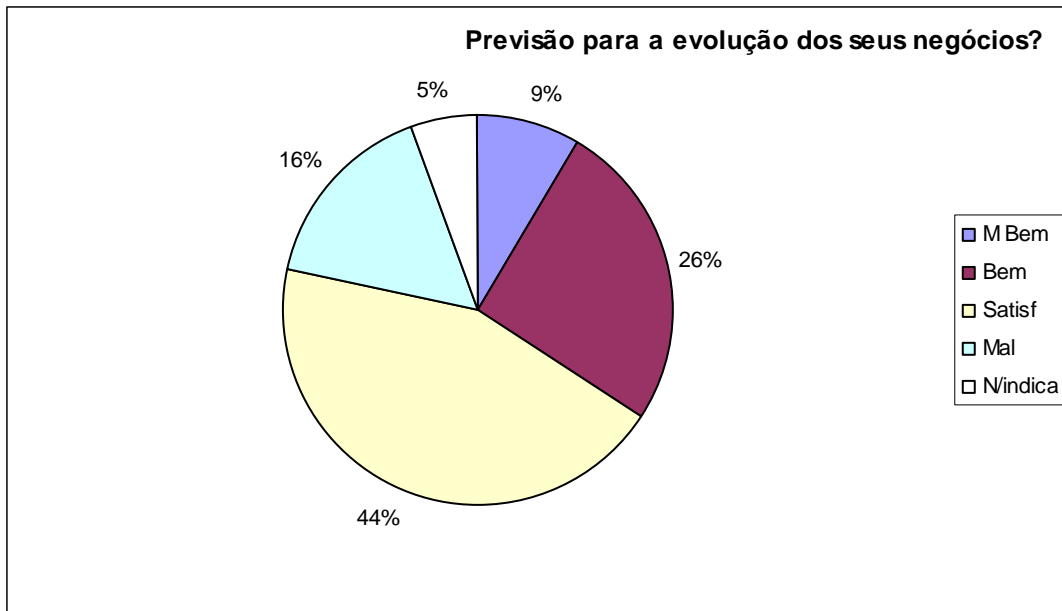
Deste conjunto, mais do que metade (55%) das empresas têm apenas um estabelecimento, 35% dispõem de 2-3 estabelecimentos, 8% têm 4-5 estabelecimento e 2% mais que 5 estabelecimentos. O grande peso das micro-empresas sugeriria à partida um maior predomínio das empresas com só um estabelecimento. No entanto, há uma percentagem significativa de empresas com 2 ou mais estabelecimentos (45% no total). De notar a existência de um número significativo de micro-empresas com mais de um estabelecimento, situação que podemos considerar fora do comum. Uma explicação possível prende-se com a diversificação geográfica e sectorial (conforme referido acima) da actividade empresarial, estratégia tradicionalmente utilizada pelos empresários chineses para controlar o risco.

Gráfico 10. Avaliação de resultados



Em relação à **avaliação dos resultados**, a grande maioria dos empresários chineses faz um balanço positivo (80%). Dentro deste grupo, a maioria considera os resultados satisfatórios (51%), surgindo em segundo lugar a apreciação dos resultados como bons (23%) e uma minoria qualifica os resultados como muito bons (6%). Apenas 16% dos empresários consideram os resultados como maus. O balanço feito parece incidir fundamentalmente sobre os últimos anos de negócio. No âmbito das entrevistas foi possível detectar que os empresários chineses têm avaliações diferentes relativos a diferentes períodos – não registadas no inquérito - , sendo mais positivas para o período até 1999-2000. Os resultados do inquérito por isso reflectem sobretudo a avaliação de resultados mais recentes referente aos últimos 2-3 anos. Esse balanço globalmente positivo é algo surpreendente e contrasta com a actual conjuntura de recessão económica em Portugal. Este aparente paradoxo é explicado pela estratégia empresarial e de negócio adoptada pelos chineses que apostam em nichos de mercado caracterizados por uma crescente procura em conjuntura adversa (bens de consumo não duradouros a preços baixos). Esta apreciação positiva dos resultados manifesta o sucesso desta estratégia.

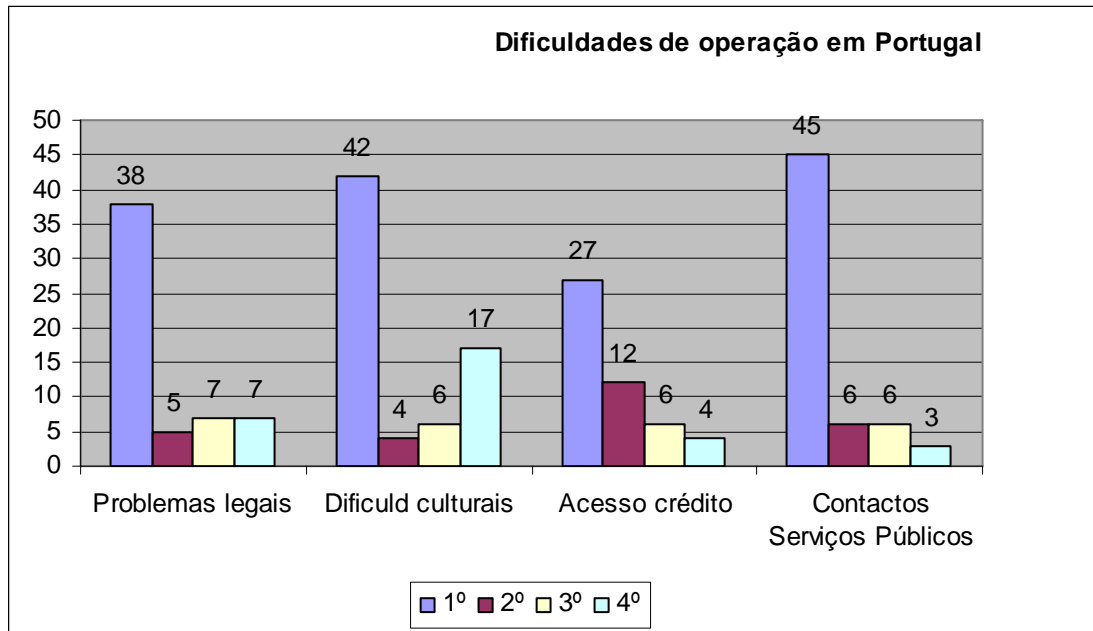
Gráfico 11. Previsão de evolução dos negócios



Em relação à evolução futura do negócio, a perspectiva dos empresários é também globalmente positiva (79%), traduzindo a convicção que os bons resultados terão continuação no futuro. Aliás, de notar que a previsão é mais positiva do que a avaliação dos resultados actuais, na medida em que aumenta o peso de previsões de resultados muito bons (para 9%) e bons (para 26%), mantendo a maioria (44%) uma previsão satisfatória. Conclui-se que a perspectiva futura, segundo os empresários chineses, é mais favorável que o presente. Uma vez que o inquérito não nos permite averiguar as razões desta apreciação positiva, podemos no entanto avançar algumas possíveis razões: Por um lado, a liberalização crescente das trocas comerciais da UE no âmbito da OMC (nomeadamente com a China) e o fim das quotas às importações de têxteis e vestuário (fim do acordo multi-fibras); por outro lado, o mercado único favorece não só as trocas intra-comunitárias (também dos chineses) como também estratégias empresariais que apostam numa lógica de mercado integrado (nomeadamente mercado ibérico). Por último, é de salientar ainda um factor não relacionado com o mercado Português que, contudo, pode levar a uma perspectiva de negócio global mais positiva: Trata-se da tendência de crescente internacionalização dos negócios dos empresários chineses, envolvendo nomeadamente o investimento directo na China, muitas vezes em sectores

diversos de que operam em Portugal (permitindo para a diversificação do negócio), associada às excelentes perspectivas de evolução do mercado chinês.

Gráfico 12. Dificuldades de operação em Portugal



Relativamente às **dificuldades de operar em Portugal**, o inquérito apresentou um leque de opções, solicitando a indicação de uma hierarquia (numeração) em função da importância atribuída pelo empresário, numa escala decrescente de 1 a 4. Nesta perspectiva, surgem como dificuldades principais os contactos com os serviços públicos e as dificuldades culturais (envolvendo sobretudo a questão da língua), seguida de problemas legais (relacionados com o desconhecimentos das normas em vigor) e, em último lugar, dificuldades de acesso ao crédito. O primeiro lugar atribuído aos contactos com os serviços públicos confirma as dificuldades práticas e complexidade do cumprimento das formalidades para início de actividade e a carga administrativa que representa para as pequenas empresas o cumprimento dos regulamentos administrativos. As dificuldades culturais ocupam o segundo lugar o que não é de estranhar considerando que se tratam de empresários chineses cuja língua e referências culturais são muito distintas da cultura e realidade portuguesas. Enquanto a primeira vaga de imigração chinesa tinha essa exposição à cultura portuguesa através de Moçambique, a segunda e a

terceira vagas – provenientes directamente da China - não experimentaram um processo de adaptação prévio. Neste contexto explica-se também as dificuldades sentidas relativamente ao sistema legal português. Contrariamente ao que seria de esperar, o acesso ao crédito ocupa o último lugar em termos de relevância. Com base nas entrevistas realizadas, podemos afirmar que esta dificuldade tem menor peso por causa da importância decisiva que a família e os amigos têm como fontes de financiamento quer em Portugal quer a partir da China. Foram ainda identificados casos em que o empresário utiliza capitais próprios obtidos a partir da venda de bens de património que possuía na China para financiar o seu projecto empreendedor.

Contributos para a economia portuguesa

Importa referir neste contexto que, contrariamente à percepção dominante que tende a realçar os aspectos negativos associados à uma pretensa concorrência desleal, existe um contributo positivo da comunidade empresarial chinesa para a economia portuguesa que normalmente passa despercebido. Esse contributo tem manifestações a diferentes níveis. Em primeiro lugar, os empresários chineses contribuem para a criação de emprego em Portugal. O inquérito evidencia a criação de postos de trabalho ocupados por portugueses e não o uso exclusivo de mão de obra chinesa. Em segundo lugar, contribuíram para o acréscimo de concorrência, com efeitos positivos para os consumidores. Em terceiro lugar, verificou-se investimento chinês em sectores em declínio em Portugal, adquirindo e viabilizando empresas à beira da falência, mantendo a capacidade produtiva e uma parte dos postos de trabalho na região.

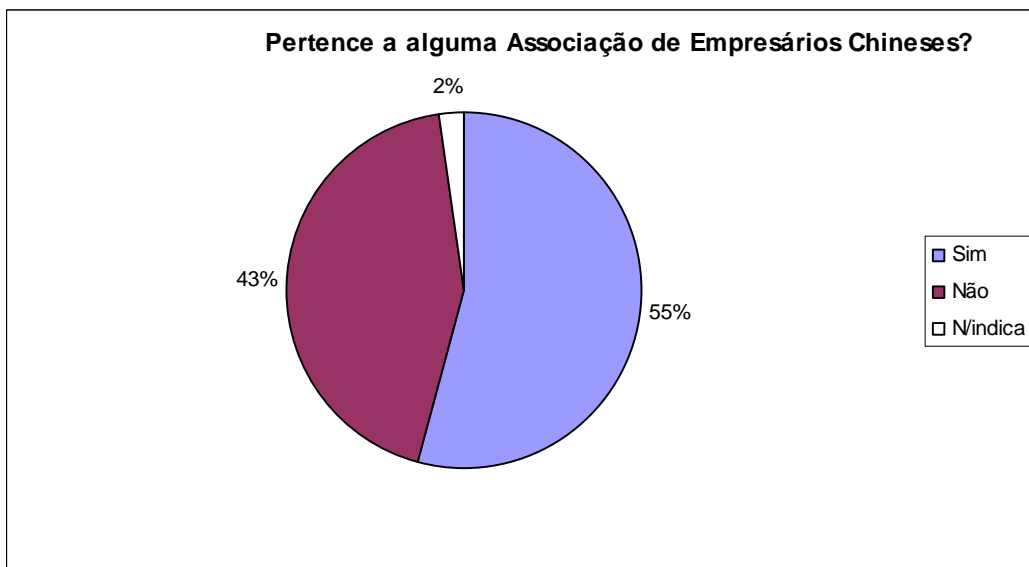
As recentes polémicas envolvendo comerciantes portugueses e chineses no Norte do país são ilustrativas de um desconhecimento da base da competitividade das empresas chinesas em Portugal: *guanxi*, uma visão integrada do mercado europeu, e uma aposta estratégica virada para um segmento de mercado em crescimento, mesmo em alturas de recessão, e caracterizado por uma grande flexibilidade de resposta ao mercado. Os *guanxi* e as relações de confiança subjacentes contribuem para reduzir o risco bem como os custos de transacção e desta forma os preços praticados, na medida em que os contactos sociais garantem o cumprimento das obrigações. Por outro lado, também facilitam a

concessão do crédito comercial contribuindo para a redução dos custos financeiros, de grande benefício para os grossistas chineses em Portugal relativamente a grossistas de maior dimensão em outros países europeus e dos retalhistas em relação aos grossistas em Portugal. Da mesma forma, a visão integrada do mercado europeu permite não só usufruir de fontes de *inputs* mais baratas fora do mercado português, caracterizado por significativas restrições da concorrência, como também aproveitar economias de escala de operadores de maior dimensão em outros países. A aposta estratégica é caracterizada por uma grande flexibilidade que visa acompanhar oportunidades de negócio que se abrem através da diversificação. Além disso, a aposta num segmento de mercado de consumo de massa de bens não duradouros relativamente baratos é uma estratégia particularmente adequada à actual conjuntura económica portuguesa.

4.3. ASSOCIATIVISMO

Um dos objectivos do inquérito era a análise do grau de envolvimento e significado do fenómeno do associativismo para os empresários chineses. Foram, assim, incluídas três questões: a primeira “pertence a alguma associação de empresários chineses?”; a segunda “há quanto tempo pertence a uma associação de empresários” ; a terceira “que vantagens retira da participação”.

Gráfico 13. Envolvimento numa Associação de empresários chineses



Relativamente à primeira questão os dados do inquérito revelam que a maioria dos empresários, 55%, pertence a uma associação empresarial chinesa mas um grupo ainda significativo de empresários, 43%, não está envolvido no associativismo. Se considerarmos apenas os empresários provenientes da China, as proporções são semelhantes com uma ligeira redução dos que pertencem a uma associação para 53%, o que parece sugerir que o nível de envolvimento no associativismo seja ligeiramente superior nos empresários com outras origens que não a RPC. O nível de participação em associações empresariais chinesas está relativamente abaixo das expectativas iniciais.

Um dos factores que potencialmente pode influenciar a pertença ou não a uma associação é obviamente o tempo de permanência em Portugal. Este factor foi testado tendo-se concluído não existir uma correlação forte entre as duas variáveis. Em todo o caso é possível afirmar que existe uma tendência para uma menor propensão para pertencer a uma associação no grupo de menor tempo de permanência, menos de 5 anos, em que aproximadamente só 1/3 pertence e 2/3 não pertencem, e uma maior propensão para o associativismo em empresários que estão há mais anos em Portugal nos grupos 5-9, 15-20 e mais de 20 anos, em que a proporção é exactamente a inversa 2/3 pertencem e 1/3 não pertence, existindo uma relativa paridade no grupo 10-14 anos.

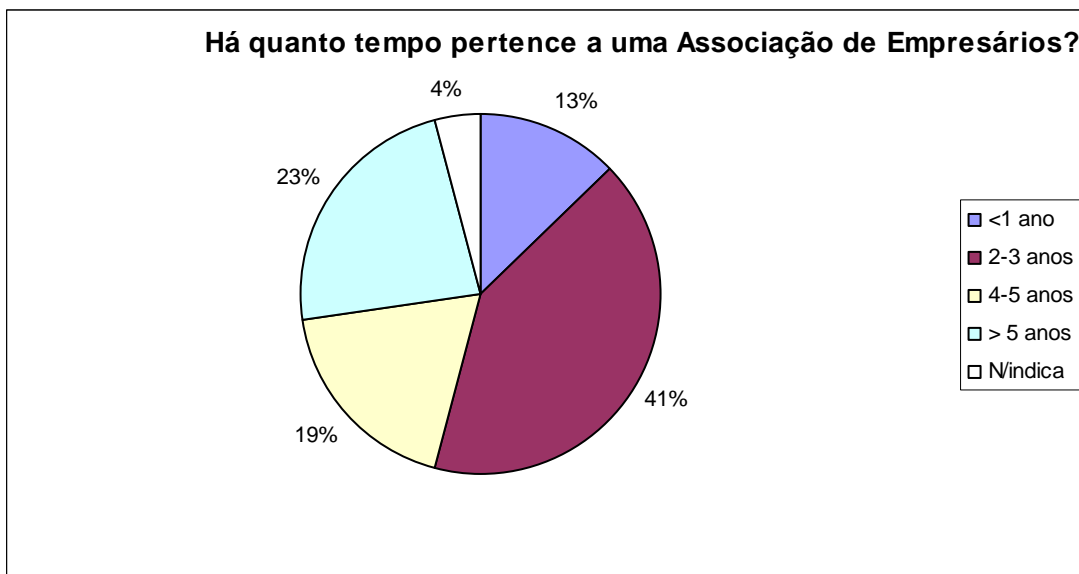
Importa referir que embora não tenha sido uma questão tratada no inquérito, as entrevistas realizadas com alguns empresários revelaram um dado interessante, o de que alguns empresários chineses pertencem também em simultâneo a associações empresariais portuguesas. Esta situação foi detectada essencialmente no grupo dos empresários chineses ligados à restauração e sector do turismo no Algarve, sobretudo em relação a empresários com maior tempo de permanência em Portugal¹⁸², os quais pertencem à AIHSA, Associação dos Industriais de Hotelaria e Similares do Algarve. Este envolvimento em associações empresariais portuguesas é justificado fundamentalmente pelos benefícios práticos que tiram para o exercício da sua

¹⁸² Uma das empresárias entrevistadas com negócios nos sectores da restauração e comércio a retalho em Albufeira, pertencente à AIHSA há cerca de 16 anos tendo a sua participação numa associação empresarial portuguesa precedido a participação numa associação empresarial chinesa que era mais recente – entrevista 29.10.2004.

actividade empresarial especialmente ao nível do apoio técnico para cumprimento dos regulamentos sanitários e normas de qualidade e ao nível do apoio legal, envolvendo a informação sobre entrada em vigor de nova legislação específica para o sector.

A explicação do relativamente elevado índice de não participação não pode residir no tempo de permanência em Portugal, assumindo que os empresários com menor tempo de permanência têm menor propensão para se envolverem no associativismo, uma vez que cerca de 42% dos empresários se encontra em Portugal há mais de 10 anos e 72% há mais de 5 anos. Por isso, é necessário encontrar outras causas. Uma hipótese

Gráfico 14. Número de anos de pertença a uma Associação de Empresários



Relativamente aos empresários que pertencem a uma associação empresarial chinesa, a análise dos dados relativos ao tempo de pertença revelam que o período de 2-3 anos surge em primeiro lugar numa posição dominante com 41%, seguido do período de mais de 5 anos com 23% e do período de 4-5 anos com 19%. Em termos globais podemos concluir que quase $\frac{3}{4}$ dos empresários chineses pertence a uma associação empresarial há menos de 5 anos (73%) e mais de metade (54%) há menos de 3 anos. Assim, para a grande maioria dos empresários o associativismo é uma experiência recente, que data sobretudo

do início desta década (2001-2002) apesar de a génese do associativismo datar dos anos 90.

Com efeito, a criação de associações chinesas de empresários e de outra natureza é um fenómeno relativamente recente que se iniciou em Portugal na década de 90 liderado não por imigrantes que tivessem acabado de chegar a Portugal mas sim, como seria de esperar, por aqueles que se encontravam há mais tempo no país. A primeira Associação a ser criada e que marcou o arranque do novo fenómeno do associativismo chinês em Portugal foi a “Associação Luso Chinesa em Portugal”, com sede no Algarve (Albufeira) constituída em 1990¹⁸³. Embora tivesse sido constituída por empresários curiosamente os seus objectivos dominantes não eram de natureza económico-empresarial mas sim culturais e sociais, envolvendo a promoção e divulgação da cultura chinesa, actividades desportivas e recreativas e o ensino da língua chinesa. Este último objectivo constitui, aliás, uma das motivações centrais relacionada com a criação de condições para o ensino do chinês aos filhos e novas gerações da comunidade chinesa. Com efeito, uma das preocupações recorrentes mencionadas por diversos empresários nas entrevistas realizadas tem a ver com o facto de a maioria das crianças e jovens da 2ª geração não saberem chinês ou terem um baixo nível de competência linguística, na medida em que a língua é um dos elementos fundamentais da identidade da comunidade e de coesão da mesma. Neste sentido as associações criaram duas escolas para o ensino do chinês a crianças e jovens da comunidade, uma em Lisboa, a funcionar desde 2000 nas instalações do Ateneu Comercial de Lisboa e que tem cerca de 120 alunos¹⁸⁴, e outra no Porto, em instalações cedidas pela Câmara Municipal do Porto, e que foi criada em 1998-99 sob o impulso da Liga dos Chineses em Portugal entretanto descontinuada.

¹⁸³ Esta Associação foi constituída em 6.3.1990 por 4 empresários chineses radicados no Algarve, 3 originários da RPC – Zhan Yong Qiao, Li Jianning e Kuo Yung Hui – e um originário de Moçambique, José Luis Shou, ligados essencialmente ao sector da restauração.

¹⁸⁴ Entrevista com Directora da escola, Srª Chen Xiaohong em 25.3.2004. A escola iniciou as suas actividades em 2000. Em 2003 teve um total de 126 alunos, entre os 5 e os 15 anos, distribuídos por 7 turmas que funcionam exclusivamente aos sábados. As aulas de chinês são asseguradas por 6 professores com formação adequada cujos salários são pagos pelas contribuições dos pais dos alunos. O Governo Chinês apoia também o processo fornecendo os livros e outro material didáctico. De acordo com a directora o projecto a prazo passa pela criação de uma escola privada normal com ensino em português em que seja igualmente ensinada a língua chinesa desde os primeiros anos de escolaridade.

Durante a década de 90 o número de Associações cresceu rapidamente atingindo hoje cerca de 13 organizações. Existem contudo 3 Associações principais, com maior influência e nível de participação com áreas geográficas de actuação diferenciadas:

- a) Associação Luso-Chinesa em Portugal, criada em 1990, com cerca de 60-80 associados, que opera no Algarve e região sul do país, actualmente com sede em Almada¹⁸⁵. A Associação tem fundamentalmente objectivos socio-culturais, em primeiro lugar organizar o ensino da língua chinesa e em segundo a organização das festividades do Ano Novo Chinês, mas progressivamente começou também a prosseguir objectivos empresariais que envolve mecanismos de ajuda e apoio a empresários com dificuldades económicas, organização de visitas de negócios de empresários chineses a Portugal, organização e participação em visitas de empresários chineses de Portugal e outros países europeus à China, envolvimento nos programas das viagens oficiais de membros do Governo chinês a Portugal e do Governo português à China.

- b) Associação de Comerciantes e Industriais Luso-Chinesa, criada em 1997, com sede em Lisboa (Algés), e cuja área de operação é essencialmente a Grande Lisboa que representa quase 90% dos associados, Setúbal e parte da zona Centro¹⁸⁶. A Associação, com um total de 110 associados, tem essencialmente objectivos empresariais em 2 áreas prioritárias (i) apoio ao estabelecimento de empresas chinesas em Portugal e apoio em matéria de legislação sobre imigração que afecta a possibilidade de contratação de trabalhadores da China (ii) promoção de contactos e intercâmbio entre os associados e empresários da RPC com vista à concretização de negócios particularmente na RPC. No entanto também tem algumas actividades culturais relacionada com a organização de eventos particularmente

¹⁸⁵ Entrevista com o Presidente Sr. Kuo Yung Hui em 30.10.2004.

¹⁸⁶ Entrevistas com Director Executivo, Sr. Zhu Chang Long, em 4.3.2004 e com o Presidente da Associação Sr. Choi em 25.3.2003.

significativos para a comunidade chinesa como as festividades do ano Novo Chinês.

- c) Liga dos Chineses em Portugal, criada em 1997, que corresponde a uma mini-federação de associações de natureza distinta, com sede no Porto, cuja área de intervenção é fundamentalmente a zona Norte¹⁸⁷. Integram a Liga para além de sócios individuais 3 associações : uma de natureza económico-empresarial, a Associação Comercial e Industrial dos Chineses em Portugal ; outra de natureza cultural, a Associação dos Artistas Chineses; e uma terceira de natureza política, a Associação para a Promoção da Paz e a China Única, com 5 membros, cujo objectivo essencial é a promoção e apoio político à reunificação da RPC com Taiwan. A Associação Comercial e Industrial envolve 8 sócios e um total de 22 empresas e as suas funções envolvem essencialmente a promoção de contactos com empresários da RPC, a organização de visitas de negócios e a recepção a delegações provenientes da RPC.

As entrevistas realizadas com diferentes dirigentes de Associações chinesas permite identificar três características fundamentais das Associações que marcam a natureza da sua acção.

Em primeiro lugar, relativamente aos objectivos e motivação fundamental na criação das Associações, a característica central extremamente interessante e que não confirmou as hipóteses inicialmente formuladas, é a de que as Associações têm mais um objectivo e motivação externos do que internos envolvendo as relações com a China e a facilitação das relações com as autoridades chinesas. Com efeito, a criação das Associações visa antes de mais a obtenção de um estatuto especial junto do Governo Chinês o que confere aos dirigentes associativos um conjunto de vantagens. Com efeito, no âmbito das políticas de tratamento preferencial atribuído aos *Overseas Chinese* pela China, os presidentes e vice-presidentes das Associações chinesas no estrangeiro têm um estatuto

¹⁸⁷ Entrevistas com o Presidente, Sr. Y Ping Chow, em 6.12.2003 e 4.11.2004.

protocolar especial, tendo acesso facilitado aos circuitos políticos chineses sendo frequentemente convidados oficialmente para visitar a China, para além de terem acesso a um tratamento diferenciado em termos empresariais, beneficiando de facilidades e condições mais favoráveis para investimento na China, nomeadamente ao nível do acesso ao crédito e da obtenção de terrenos a custos mais baixos. Assim, o estatuto de presidente ou vice-presidente de uma associação é um objectivo de muitos empresários na medida em que constitui um passaporte para um estatuto especial na China com interesse para o desenvolvimento dos seus negócios. Tal explica a proliferação de associações assim como o facto de a grande maioria das associações terem um número muito reduzido de associados, por vezes quase limitado aos seus dirigentes.

Por outro lado esta característica explica a existência de dois processos de criação e registo paralelos, um informal e outro formal. O primeiro e prioritário, envolve a criação e registo junto da Embaixada da China em Lisboa, na medida em que constitui condição indispensável para acesso ao estatuto de tratamento preferencial nas relações com a China. O segundo, é o processo legal de constituição e registo de acordo com a legislação portuguesa. Ora não só o primeiro processo precede sempre o segundo, como em alguns casos se chega ao ponto de existirem associações que estando registadas junto da Embaixada e sendo reconhecidas pelo Governo Chinês, não têm existência legal como associações em Portugal porque nunca chegaram a ser constituídas como tal nos termos da lei portuguesa, facto bem revelador de qual é a motivação central da sua criação.

Em segundo lugar, o associativismo é marcado por um baixo nível de participação, caracterizando-se a maioria das associações por um número relativamente baixo de associados. Esta característica parece resultar da interacção entre dois factores. Por um lado, tendo em linha de conta os objectivos políticos externos prosseguidos pelas associações como atrás se referiu, os empresários que constituem o núcleo duro que esteve na base da criação de uma determinada associação têm interesse em manter o número de associados restrito por forma a garantir a manutenção do controlo da associação e a preservação de lugares de direcção instrumentais para as ligações oficiais com as autoridades chinesas. Aliás, existe alguma tendência para os dirigentes se

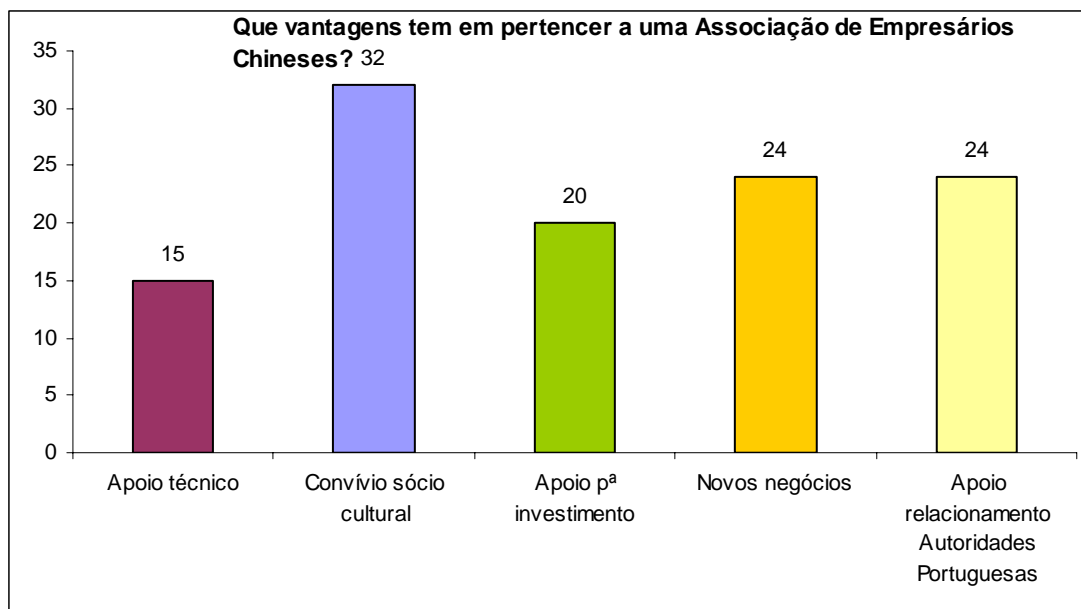
perpetuarem à frente das associações o que é em alguns casos facilitado pela pouca frequência das eleições e pela falta de cumprimento integral dos estatutos. Na maioria dos casos a única lógica para a expansão e aprovação da entrada de novos associados e o alargamento dos corpos dirigentes é a necessidade de aumentar os recursos financeiros e aliviar o esforço dos actuais dirigentes. Com efeito, os dirigentes têm obrigações pessoais de custearem as actividades e realizarem contribuições mais significativas para a associação pelo que cada novo membro da direcção tem de suportar despesas mais pesadas e garantir contribuições financeiras mais significativas.

Por outro lado, os empresários que estão fora do associativismo e que seriam potenciais candidatos não encontram incentivos suficientes nem vantagens concretas visíveis para aderirem e assumirem alguns encargos financeiros, uma vez que o objectivo prioritário das associações não é nem a prestação de serviços aos associados nem a defesa dos seus interesses junto das autoridades portuguesas, o que não significa que não o façam pontualmente.

Assim, quando os empresários entram na fase de consolidação e expansão dos seus interesses empresariais é mais provável que procedam à constituição de uma nova associação do que se integrem numa já existente. Neste contexto, tem vindo a emergir, e continuará provavelmente a intensificar-se, uma tendência para a proliferação de associações chinesas não tanto em resultado do aumento no número de imigrantes chineses em Portugal mas em resultado do aumento das ligações económicas com a China e o reforço da robustez da economia chinesa e do sua capacidade de ser um polo de atracção de investimento a nível mundial.

Em terceiro lugar, o associativismo caracteriza-se por uma relativa descoordenação existindo uma clara tendência de competição entre as principais associações e registando-se a ausência de uma agenda comum para actuação junto das autoridades portuguesas na prossecução de interesses comuns.

Gráfico 15. Vantagens em ser membro de uma associação de empresários chineses



O inquérito continha também uma questão sobre o tipo de vantagens que os empresários chineses retiravam da sua participação em associações chinesas. A análise do resultados revela que de entre o grupo de empresários que pertence a uma associação de empresários chineses, a vantagem mais significativa e que surge em primeiro lugar é o convívio sócio-cultural, demonstrando a importância do papel das associações como espaços de encontro para os membros da comunidade e de expressão da sua identidade e valores culturais, traduzido nomeadamente o papel central das associações na organização das celebrações do Ano Novo Chinês que se estendem e envolvem a comunidade portuguesa. Embora a selecção das vantagens não seja exclusiva mas antes múltipla, esta vantagem foi indicada por 45% dos empresários que declararam pertencer a uma associação.

Em segundo lugar, surgem como vantagens mais importantes em posição de paridade, a oportunidade para a realização de novos negócios - que se refere essencialmente aos negócios que se desenvolvem com outros membros da associação, não necessariamente como parceiros de negócios mas como clientes ou fornecedores, uma vez que a pertença à mesma associação reforça as relações de confiança entre empresários que não têm

relações familiares entre si¹⁸⁸ e o apoio no relacionamento com as autoridades portuguesas, qualquer delas referenciada apenas por apenas cerca de 1/3 dos empresários que declararam pertencer a uma associação.

Surge em terceiro lugar o apoio ao investimento, referenciado apenas por cerca de ¼ dos empresários que declararam pertencer a uma associação, e que traduz essencialmente o apoio com uma expressão limitada que a associação poderá dar relativamente à concessão de crédito informal, sem juros, num sistema colectivo e rotativo em que os membros mais recentes beneficiam de um apoio inicial tendo também de contribuir mais tarde para o apoio a outros membros.

Finalmente surge a vantagem apoio técnico, referenciada por cerca de 20% dos empresários que pertencem a uma associação chinesa, e que se refere fundamentalmente ao apoio em termos legais ou de esclarecimento relativamente a aspectos relacionados com a contabilidade e as relações com o fisco. A referência ao apoio técnico envolve essencialmente apoio na explicitação de regulamentos técnicos relativos a determinados sectores de actividade e algum apoio no plano jurídico relativamente à difusão de informação sobre novas leis com relevância para a actividade empresarial.

Em conclusão, embora alguns empresários reconheçam que as associações não deixam de prestar alguns serviços aos associados, esta não é uma actividade sistemática tendo antes claramente um carácter pontual. O traço forte é claramente o de associações que funcionam essencialmente como um espaço de encontro e não uma estrutura organizadora de interesses comuns, o que está plenamente em sintonia com a conclusão

¹⁸⁸ No âmbito da entrevista realizada em 2.4.2004 ao sócio gerente da empresa RVA Seguros, cujo empresário é membro da comunidade de empresários chineses de Moçambique, a entrada da Associação Luso-Chinesa de Comerciantes e Industriais de Lisboa teve como principal objectivo expandir a carteira de clientes no mercado dos empresários chineses da RPC. É interessante notar que estes foram vistos no passado essencialmente como uma ameaça pela comunidade moçambicana porque entraram nos sectores ocupados por esta em concorrência directa, mas agora começam a ser vistos como uma oportunidade e potenciais clientes. Apesar de serem chineses os laços entre os empresários chineses de Moçambique e os empresários chineses da RPC têm sido quase inexistentes, o que em parte se explica pela diferença de referências culturais e pela própria diferença de dialectos, uma vez que os empresários de Moçambique são originários da Guangdong e falam o cantonense enquanto a maioria dos empresários da RPC provêm de Zhejiang e falam um dialecto completamente diferente, o que dificulta a comunicação.

acima referida sobre o facto de as associações terem um objectivo prioritário externo e de ligação com a China mais do que interno e de actuação no contexto português.

Um dos fenómenos mais interessantes que se desenvolveu na União Europeia no decurso da década de 90 foi a emergência de um Associativismo chinês pan-europeu que denota já um grau significativo de sofisticação e que tem estado envolvido quer em contactos com as autoridades da UE quer na realização de estudos sobre as próprias comunidades chinesas na Europa. Este é, aliás, um fenómeno relativamente estudado com diversas referências a este novo fenómeno em diferentes estudos elaborados sobre as comunidades chinesas na Europa. O que não era conhecido era até que ponto existia participação das Associações Chinesas em Portugal neste processo e qual era o grau de envolvimento no mesmo. A investigação realizada, em particular as entrevistas com dirigentes associativos, permitiram concluir que as Associações em Portugal participam nesta Associação Pan-Europeia desde o início dos anos 90, embora não exista uma plataforma ou estrutura única nacional para esse efeito mas antes uma participação autónoma e descoordenada de várias associações isoladamente.

A Associação Luso-Chinesa, a primeira a ser constituída em Portugal foi também a primeira a participar através do envolvimento do seu Presidente Sr. Kuo Yung Hui , cujo envolvimento foi facilitado pelo facto de a sua família originária de Zhejiang e que imigrou para a Europa na década de 20, estar espalhada por diversos países europeus, nomeadamente na Holanda, França e Alemanha. Neste contexto, o Sr. Kuo tem sido durante vários anos e continua a ser um dos Vice-Presidentes da Associação Chinesa Pan-Europeia, mantendo neste âmbito relações próximas com Associações da Holanda, Reino Unido, Itália, Alemanha, Bélgica, França.

Os objectivos fundamentais desta organização à escala europeia são fundamentalmente três : apoio cruzado aos sócios das diferentes associações europeias ; pressão política coordenada sobre a UE e as autoridades comunitárias sobre matérias relacionadas com a política de imigração ou sobre as políticas comerciais; troca de informações sobre a situação das comunidades chinesas nos diversos países. Relativamente a este último

aspecto, nas diversas reuniões de coordenação realizadas anualmente, as associações nacionais informam as restantes sobre a dimensão e as características das comunidades chinesas nos respectivos países, o estado da economia, incluindo a situação macroeconómica e a situação de sectores específicos, trocando igualmente informações sobre os sectores com maior potencial e as oportunidades de negócio e investimento quer a curto quer a médio prazo. A Associação garante assim um verdadeiro sistema de “inteligência económica” e a disponibilidade de informação actualizada sobre os diversos mercados e as suas especificidades prestada por empresários com presença e experiência directa de terreno.

4.4. RELACIONAMENTO COM EMPRESAS CHINESAS EM PORTUGAL, EMPRESAS CHINESAS NA EUROPA E EMPRESAS PORTUGUESAS

Gráfico 16. Relacionamento com empresas chinesas a operar em Portugal

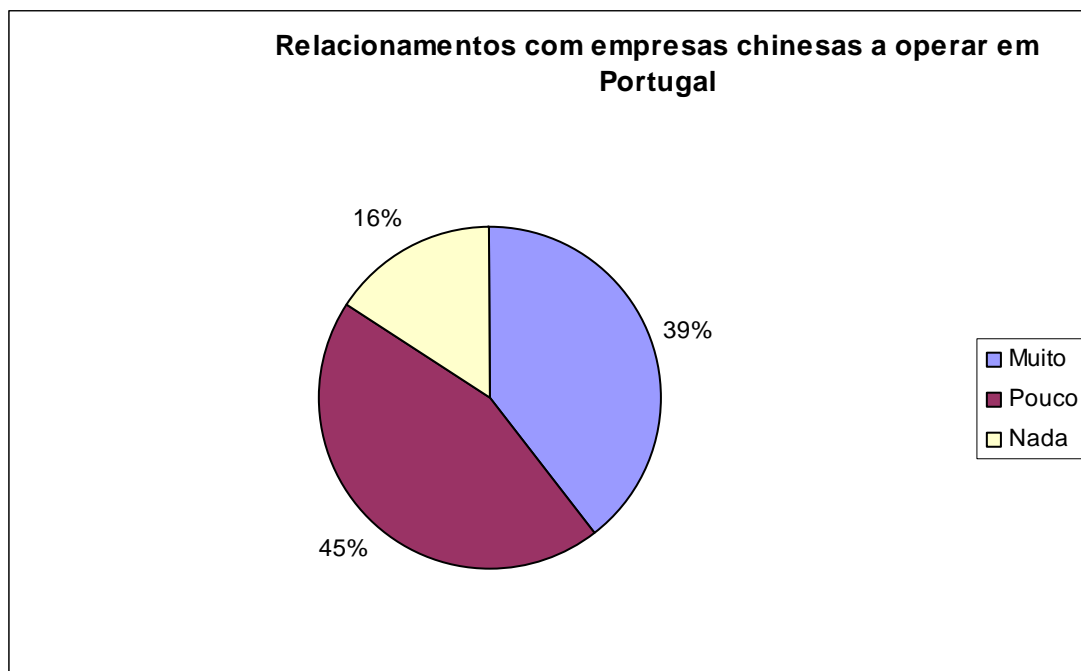
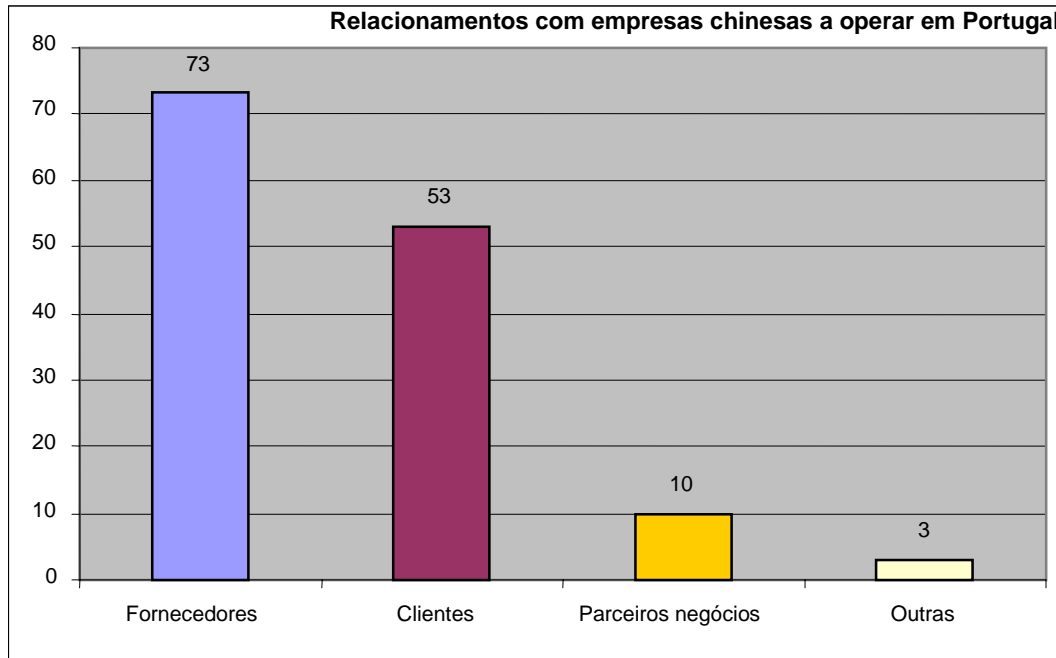


Gráfico 17. Modalidade de relacionamento com empresas chinesas a operar em Portugal



Em relação à pergunta se o empresário mantém relações com empresas chinesas a operar em Portugal (questão 4.), constata-se que apenas 16 % dos empresários não têm relações com outras empresas chinesas. Assim, mais do que 4/5 dos empresários têm relações regulares com outras empresas chinesas em Portugal, embora a intensidade dessas relações varie. Com efeito, 39% qualificam as relações como muito intensas e 45% como pouco intensas. O inquérito também procura identificar o tipo de relacionamento mantido entre as empresas chinesas em Portugal. A grande maioria com empresas com que se relacionam são tipicamente fornecedores, surgindo em segundo lugar as empresas que têm um relacionamento como clientes, e em último lugar, com uma menor expressão, empresas que são parceiros de negócios. Esse último facto é notável tendo em conta que a cooperação como parceiros de negócio é pouco habitual entre micro-empresas em Portugal. O maior nível de cooperação entre empresas chinesas é fundamentalmente explicado pelos “guanxi” e relações de confiança.

Gráfico 18. Nível de relacionamento com empresas portuguesas

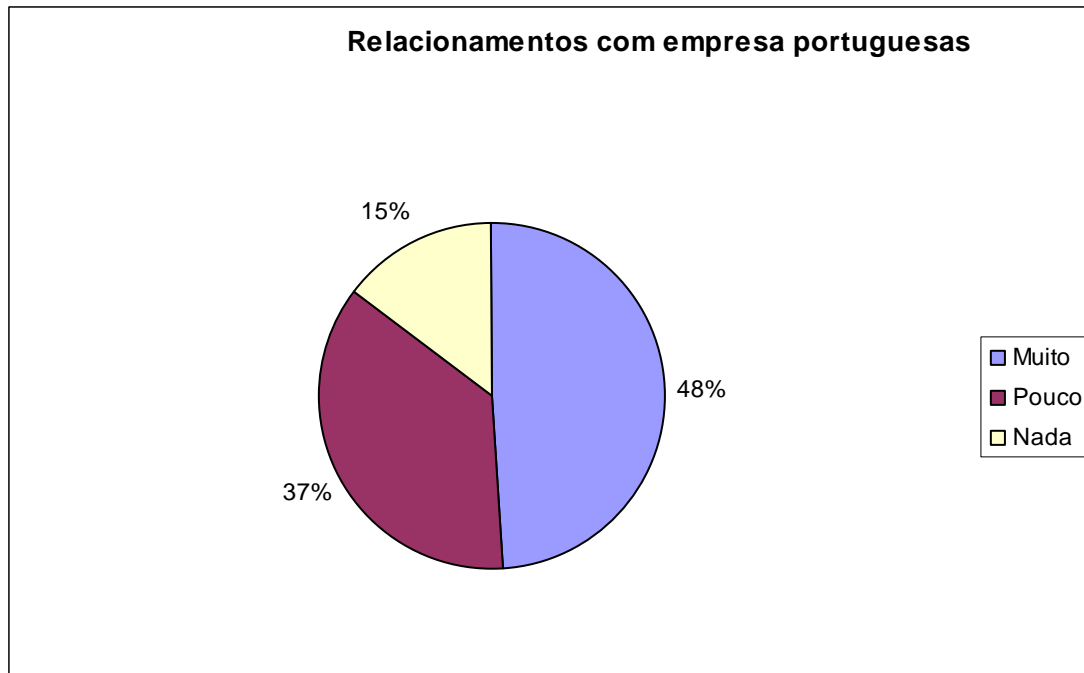
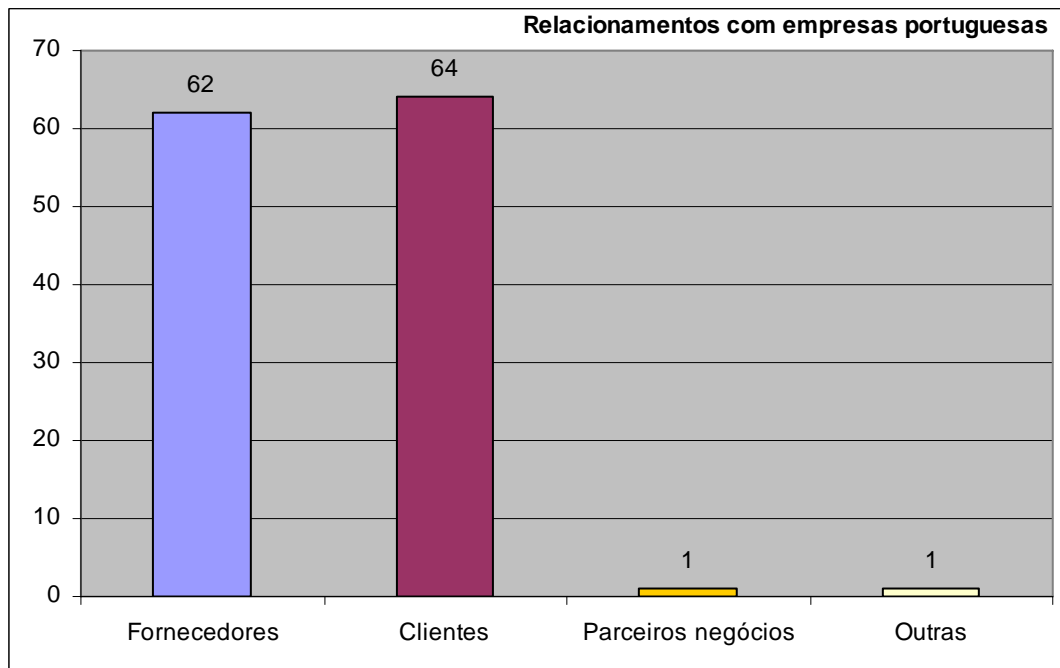


Gráfico 19. Tipos de relacionamento com empresas portuguesas



Os dados do inquérito acerca do relacionamento com empresas portuguesas indicam uma boa integração das empresas chinesas com as portuguesas. Com efeito, 85% os empresários mantêm relações com empresas portuguesas, sendo que quase metade do total declarou ter um relacionamento muito intenso. Em termos comparativos, constata-se que enquanto as empresas chinesas foram mais importantes como fornecedores do que como clientes, a situação em relação às empresas portuguesas é inversa. As empresas portuguesas são, na sua (ligeira) maioria, mais clientes do que fornecedores para as empresas chinesas. No entanto, existe uma diferença essencial, na medida em que as empresas portuguesas, regra geral, não são parceiros de negócios. Em tudo o caso, no âmbito das entrevistas, surgiram exemplos de projectos de parceria / investimentos em curso embora ainda não concretizados, os quais foram justificados pelos empresários chineses com base nos benefícios que a associação com um empresário português pode trazer (maior facilidade de acesso ao crédito e ao mercado português / acesso à distribuição), e mesmo, em alguns casos, a possibilidade de explorar ligações dos empresários portugueses ao Brasil, Angola, Moçambique. Começa a emergir uma tendência de alguns empresários chineses de olharem para Portugal como placa giratória para exportação para mercados lusófonos. Um caso concreto de uma parceria em fase de arranque em Portugal é de uma empresa de produção de moldes para material para esgotos e saneamento básico no Algarve, envolvendo dois sócios portugueses e dois chineses, que procedem à produção e importação à partir de uma fábrica de Zheijang e que desta forma pretendem entrar no mercado dominado pelos fornecedores alemães e espanhóis.

Em alguns casos, as relações com concorrentes portugueses têm como objectivo facilitar a integração e reduzir o nível de hostilidade, como no caso da empresa Fei-Long (mármore), que vende o mármore chinês mais barato aos concorrentes de Pero Pinheiro permitindo que estes o revendam também.

Gráfico 20. Nível de relacionamento com empresas chinesas a operar na Europa

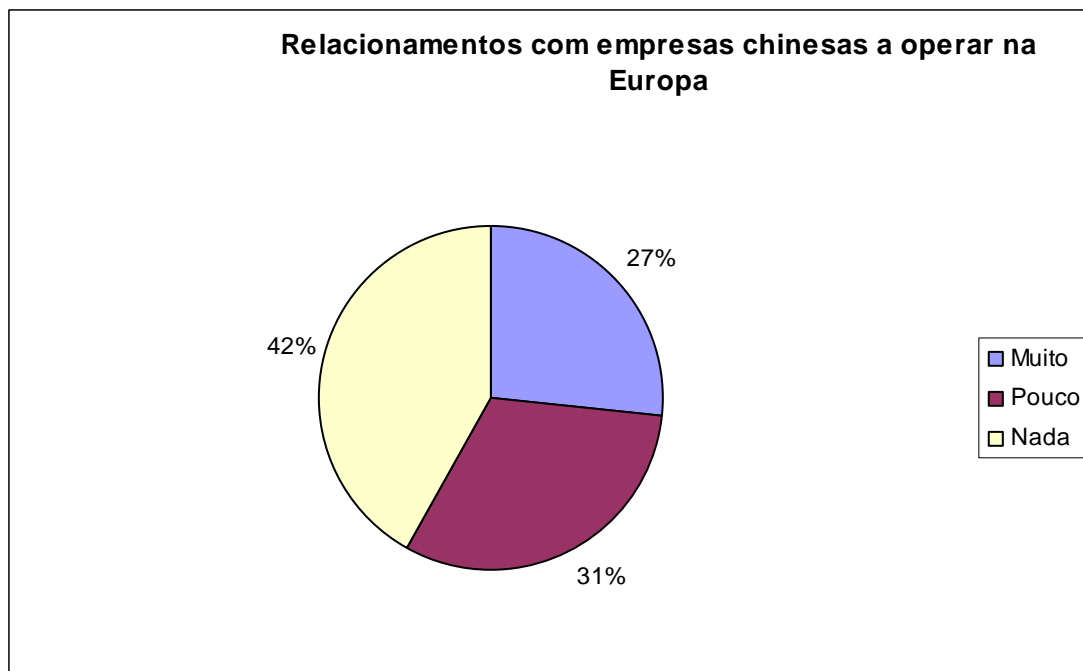
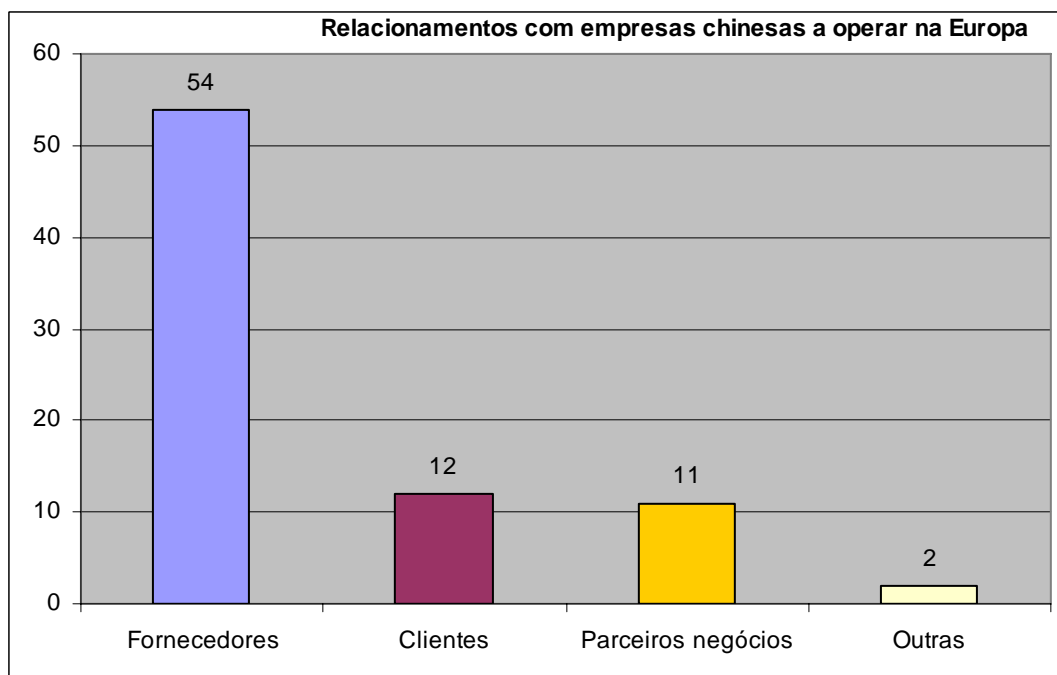


Gráfico 21. Tipos de relacionamento com empresas chinesas a operar na Europa



Um dos dados interessantes que resultam do inquérito (pergunta 5.) é o nível considerável de relações que os empresários têm com outras empresas chinesas na Europa. Mais de metade (58%) têm relações com empresas chinesas de outros países da UE, sendo que 27% relacionam-se muito e 31% pouco com essas empresas. Este facto indicia que muitos empresários chineses têm uma abordagem integrada do mercado único e não limitada ao mercado português. Consta ainda que as empresas chinesas na Europa são sobretudo fornecedores das empresas chinesas em Portugal. Como dado relevante é de notar ainda que se registam alguns casos de parcerias de negócios a nível intra-comunitário. À semelhança de que se passa em Portugal, as empresas chinesas têm uma clara preferência por fornecedores chineses, em boa medida pelas vantagens especiais de que beneficiam em termos de condições de pagamento e preços mais favoráveis (traduzindo o menor risco) e mesmo com concessão de crédito comercial. Quer a redução do risco quer o financiamento são fruto das relações de *guanxi*. Estas condições traduzem-se em condições competitivas vantajosas para os empresários chineses em Portugal e não são necessariamente a manifestação de práticas ilícitas como muitas vezes é referido de uma forma simplista.

No âmbito das entrevistas foi possível consubstanciar essas informações, revelando que a maioria dessas parcerias se referem a empresas chinesas em Espanha (através de participações cruzadas, por exemplo a empresa Ante Internacional, ligada à produção de pilhas, que recentemente assistiu à entrada de um novo sócio chinês sediado em Espanha; ou de projectos de investimento em conjunto na China, traduzindo uma abordagem ibérica do mercado chinês na óptica de uma escala mínima). Ainda em relação à Espanha, há indícios que vários emigrantes mais recentes vieram para Portugal a partir de Espanha e que as actividades empresariais em Portugal representam uma extensão de actividades empresariais de empresários ou grupos de empresários chineses com alguma dimensão já existentes em Espanha.

Resultou ainda do conjunto de entrevistas realizadas que as relações das empresas chinesas em Portugal se concentram na Europa fundamentalmente em três países, França, Espanha e Itália, onde empresas chinesas agem como fornecedores grossistas

para um conjunto de bens para o qual o nível de consumo em Portugal não atinge a escala suficiente para viabilizar a importação directa a partir da China. Há o caso da França para a importação de produtos alimentares, para supermercados e restaurantes (por exemplo Tang Frères, enorme hipermercado de produtos alimentares chineses e orientais que fornece diversos países europeus), o caso da Espanha, mais precisamente Madrid, também para produtos alimentares, de Florença, para os têxteis e de Bolonha, para malas. Os dados obtidos na entrevista realizada com a agência de viagens¹⁸⁹ Orientur (agência de viagens com uma posição dominante neste segmento de mercado) permitem traçar o mapa das viagens de negócios de diversos empresários chineses em Portugal, confirmando a importância destes três países europeus: em 2003 registaram-se cerca de 400 viagens a Paris, 200 a Itália, 100 a Espanha, bem como 50 a Holanda e 50 a Bruxelas.

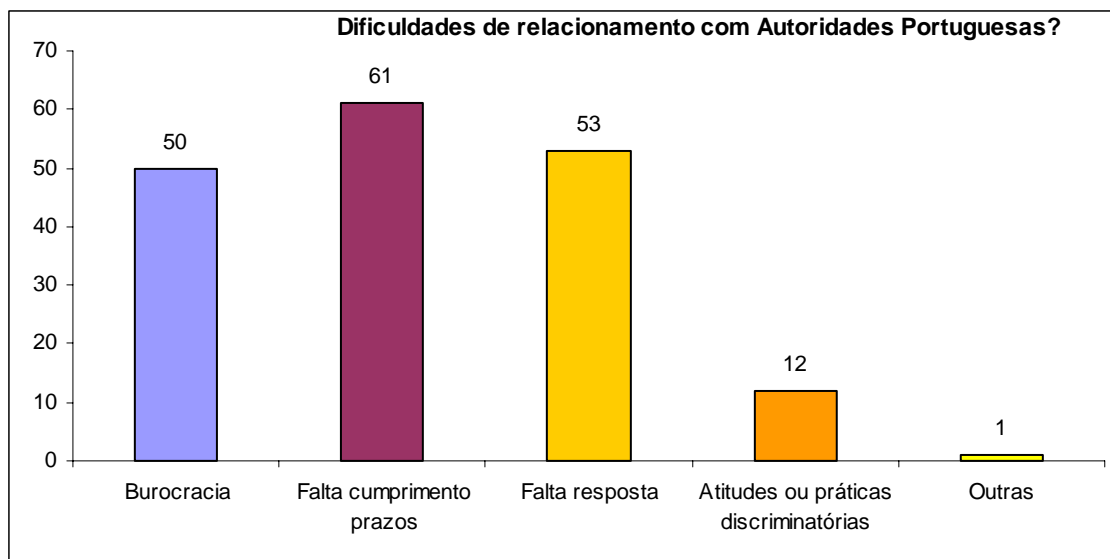
No que respeita às ligações destes empresários com a China, as viagens de negócio são frequentes, realizando alguns empresários entre 2 a 3 viagens por ano, quer no período do ano novo chinês quer noutras épocas do ano. Em 2003 a agência Orientur vendeu 1500 viagens à China, com predomínio de Shangai. Conclui-se que há um grau significativo de interligação comercial e produtivo entre as empresas chinesas que operam nos diversos países europeus. A existência de uma organização pan-europeia (referida acima) de associações empresariais chinesas contribui para o reforço das ligações intra-comunitárias.

4.5. RELAÇÕES COM AUTORIDADES PORTUGUESAS

Essa pergunta tinha como objectivo esclarecer quais são, do ponto de vista dos empresários chineses, as principais dificuldades no relacionamento com as autoridades portuguesas e a administração pública com impacto no desenvolvimento dos seus negócios.

¹⁸⁹ Entrevista com Luisa Pon, sócia-gerente da Agência de Viagens Orientur, em Lisboa, em 14.2.2004.

Gráfico 22. Dificuldades de relacionamento com autoridades portuguesas



Os resultados do inquérito apontam para o facto que a maioria dos empresários considera existirem dificuldades no relacionamento com impacto negativo nos seus negócios. O tipo de dificuldades identificado considerado mais importante relaciona-se com a ineficiência da administração pública portuguesa, nomeadamente, em primeiro lugar a falta de cumprimento de prazos seguida da falta de resposta da administração e do excesso de burocracia, e não tanto com uma atitude discriminatória em relação aos chineses. Com efeito, só em 12 casos foi indicado a existência de atitudes ou práticas discriminatórias. As entrevistas realizadas evidenciam como dificuldades práticas relevantes a excessiva demora dos processos de licenciamento dos estabelecimentos e a dificuldade na obtenção de informações claras e correctas sobre as regulamentação específica. Um dos aspectos realçados foi a excessiva demora nos processos de concessão de vistos e de autorização de residência que prejudica particularmente a vinda de alguns recursos humanos especializados. Um dos casos mais referenciados pelos empresários ligados à restauração foi a enorme dificuldade em contratar cozinheiros chineses especializados, geralmente só disponíveis na China ou em Taiwan, por causa da lentidão e da política restritiva das autoridades portuguesas.

Estas dificuldades têm levado a um aumento da procura de serviços especializados nas áreas da contabilidade, fiscalidade e questões jurídicas. Com o objectivo de dar resposta foram criadas recentemente algumas empresas chinesas em Portugal de contabilidade e consultadoria¹⁹⁰. De notar que essas iniciativas não têm partido das associações empresariais na perspectiva de organização de serviços colectivos mas de dirigentes associativos que constituem as suas próprias empresas para prestar aqueles serviços. Podemos concluir que o aumento das empresas chinesas em Portugal têm desta forma gerado ela própria novas oportunidades de negócio para empresas chinesas de apoio, embora condicionado em algumas áreas pela existência de barreiras à entrada. É o caso do sector das viagens e turismo em que a dificuldade de obtenção do alvará para a criação de uma agência de viagens tem impedido a entrada de empresários chineses neste sector, contribuindo para manter a posição forte que a Orientur tem neste segmento de mercado. Esta preferência por serviços de apoio prestados por empresas chinesas prende-se não só com questões de língua e de cultura como também com as relações de confiança entre membros da mesma comunidade, necessárias para garantir a confidencialidade.

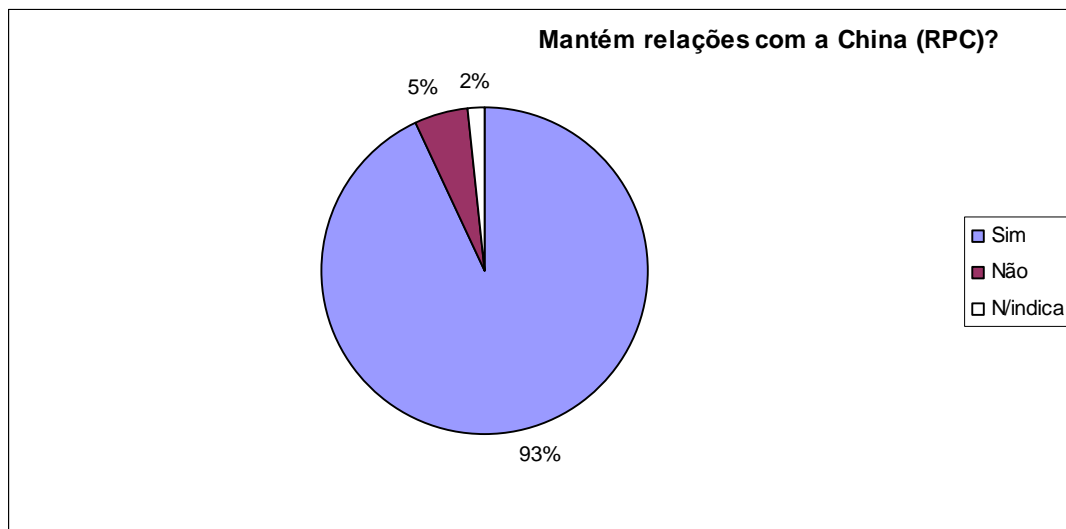
Acrescenta-se com base nas entrevistas realizadas que para além das relações com o Estado se registam também dificuldades no relacionamento com a banca em Portugal e no acesso ao crédito por esta via devido à falta de informação da banca relativamente à comunidade de negócio chinesa por um lado, e à falta de procedimentos contabilísticos normalizados por parte das empresas chinesas, por outro. Embora na fase da criação de um negócio o crédito bancário tenha um papel menos importante que o financiamento através de familiares, amigos e outros empresários da comunidade, o mesmo não se passa numa fase de expansão do negócio em que a dificuldade no acesso ao crédito bancário funciona como factor de estrangulamento. Aqui só podemos especular se esta situação não leva a um disincentivo a um maior investimento dos empresários chineses na economia portuguesa em benefício de investimentos na China onde o acesso ao crédito está facilitado como já foi referido.

¹⁹⁰ Alguns exemplos mais significativos são os casos da empresa Guo Contabilidade, Lda, entrevista em 6.11.2004 e da KMR, Empresa de Contabilidade e Consultadoria.

4.6. LAÇOS COM A CHINA

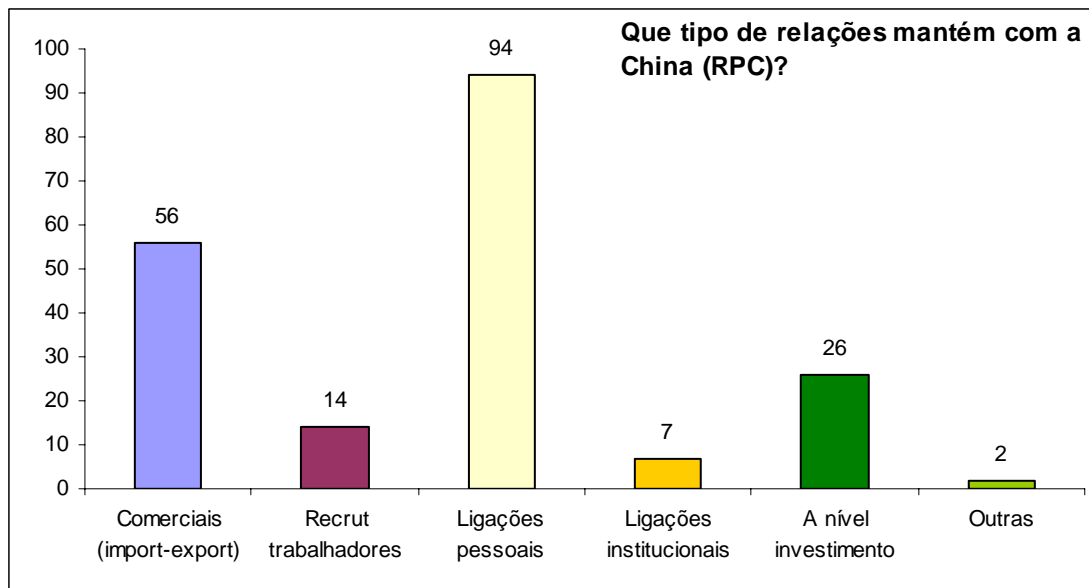
A natureza e intensidade dos laços que os empresários chineses em Portugal mantêm com a China é um dos aspectos de particular relevo e interesse na investigação, uma vez que se trata de uma questão quase não tratada na maioria dos estudos sobre as comunidades chinesas na Europa que tendem a centrar-se sobretudo sobre a sua estrutura, integração e interação no país de acolhimento.

Gráfico 23. Existência de laços dos empresários chineses em Portugal com a RPC



Os dados do inquérito revelam desde logo que a esmagadora maioria correspondendo a 93% dos empresários mantêm relações com a China registando-se apenas uma pequena minoria, 5%, que não tem quaisquer relações com o país de origem. O elevado nível de relacionamento não é explicado apenas pelo carácter recente da comunidade de imigrantes chinesa, o que tende a implicar ligações mais fortes, mas também pelo dinamismo da economia chinesa e as oportunidades associadas ao mercado chinês.

Gráfico 24. Tipo de relações dos empresários chineses em Portugal com a China



Relativamente ao tipo de relações a conclusão mais interessante e até certo ponto surpreendente é que o quadro de relações com a China é mais complexo e sofisticado do que poderíamos supor inicialmente. Com efeito se é verdade que como seria de esperar as ligações pessoais são as dominantes, reflectindo os contactos com os familiares na China e com a região de origem em períodos como o Ano Novo Chinês e o Verão traduzindo-se em viagens relativamente frequentes pelo menos uma vez por ano, surge um conjunto de outras ligações de natureza económica com algum significado cuja dimensão é menos conhecida.

Com maior expressão surgem as ligações comerciais referenciadas por mais de 40% dos empresários que envolvem não apenas a importação a partir da China de produtos para venda no mercado português mas também operações de exportação para a China. Um dos casos mais significativos identificado no âmbito das entrevistas é o da empresa Fei Long e o da crescente exportação de blocos de mármore português para a China atingindo em 2003 cerca de 70 contentores uma vez que a procura da côr e tipo de mármore aumentou na China, sendo a expectativa que as exportações para a China possam dentro de 2 a 3

anos a vir a ser superiores às importações de mármore da China¹⁹¹. De um modo geral a importação é de produtos finais, manufacturados e as exportações são de matérias-primas com interesse para a China.

O dado mais significativo no entanto, é a dimensão do novo fenómeno do investimento directo dos empresários chineses em Portugal na China. Os dados do inquérito revelam que cerca de 20% dos empresários têm já projectos de investimento na China. No âmbito das entrevistas concluiu-se que existem ainda vários empresários com a intenção de vir a realizar investimentos a médio prazo na China o que demonstra ser uma tendência que tenderá a reforçar-se nos próximos anos.

Das entrevistas resulta ainda que os investimentos têm duas lógicas distintas. Em primeiro lugar, há investimentos nos mesmos sectores em que os empresários operam em Portugal, numa lógica de expansão do negócio que explora os contactos criados na Europa e o *know-how* acumulado em conjunto com as ligações à China. Um exemplo deste é o investimento que a empresa Fei Long está neste momento a realizar em Shangai com a construção de uma unidade de transformação de mármore com tecnologia de ponta e uma dimensão significativa, virado simultaneamente para a produção para o mercado local e exportação. Este investimento é feito com o parceiro local por forma a facilitar a inserção no mercado chinês. Em segundo lugar, uma lógica observada é os investimentos na China terem como objectivo não apenas a exploração das oportunidades locais mas também a diversificação do negócio, investindo em sectores diferentes em que operam em Portugal. Registam-se alguns casos de investimento no sector imobiliário nas zonas de origem dos empresários bem como em pequenas unidades industriais.

Este fenómeno do crescimento do investimento dos empresários chineses na China é explicado não só pelas oportunidades de negócio num mercado em expansão como também pelo tratamento mais favorável e a política de acolhimento activa que as autoridades chinesas, especialmente a nível regional e local, oferecem aos *overseas chinese*. Estas vantagens traduzem-se em condições mais favoráveis de acesso ao crédito

¹⁹¹ Entrevista com empresário Zhu Long, 4.3.2004.

local, ao acesso à terrenos para construção a preços mais baixos e a simplificação e redução da burocracia nos processos administrativos de aprovação.

De realçar neste contexto a importância do associativismo por um lado (como foi atrás salientado) e das ligações institucionais, também evidenciadas no inquérito nas respostas à pergunta 8, com governos provinciais e municipais na China, por outro. Com efeito, diversos empresários chineses em Portugal desempenham cargos formais nos Conselhos Consultivos Provinciais e Municipais, tendo sido indicado no âmbito das entrevistas realizadas que neste momento existem três conselheiros políticos provinciais e um conselheiro municipal¹⁹². Este facto traduz a estratégia de dos governos provinciais e municipais mais activos internacionalmente na promoção dos seus interesses económicos específicos das suas regiões, utilizando como instrumento essencial destas acções de “paradiplomacia” as redes de empresários chineses originários destas regiões. Em Portugal, alguns empresários chineses foram nomeados “embaixadores económicos informais” de cidades chinesas como é o caso do Presidente da Liga dos Chineses em Portugal que foi designado como “Embaixador para a captação de investimento estrangeiro” pela cidade de Qingdao, provincia de Zhejiang.

A função destes embaixadores em particular e das redes em geral inclui também a angariação de investimento estrangeiro de empresários europeus, particularmente de PME's. Contudo, nos inquéritos bem como nas entrevistas realizadas não se detectou nenhum caso de concretização de investimentos de empresários portugueses na China – isoladamente ou em parceria com empresários chineses – através destes canais. Este facto pode ser explicado pela atitude de aversão ao risco das PME's portuguesas embora o inquérito sugira também que existem dificuldades de relacionamento entre os empresários chineses e os portugueses decorrentes, em primeiro lugar, das diferenças sobre a forma de fazer negócio, bem como dificuldades de comunicação decorrentes da língua (resposta à pergunta 6). As entrevistas indicam ainda que os empresários chineses têm uma certa abertura relativamente à possibilidade de constituírem parcerias com

¹⁹² Entrevista com Sr. Y Ping Chow 6.12.2003 e comunicação do Presidente da Liga dos Chineses em Portugal no “Forum Viver a Europa” organizado pelo IEEI em 4.11.2004.

PMEs portuguesas para investimento no mercado chinês mas que não tem existido uma resposta da parte portuguesa. Deve notar-se que do lado das empresas portuguesas existe à partida uma atitude de pouca abertura relativamente à cooperação inter-empresarial e uma reduzida propensão para o envolvimento em processos de cooperação como demonstra um recente estudo do *Observatory of European SMEs* envolvendo 19 países europeus. Uma das conclusões do estudo é a de que as PMEs portuguesas são aquelas que registam o nível mais baixo de cooperação, por um lado, e que mesmo as poucas que apostam nesta estratégia de reforço da competitividade têm preferência por mecanismos de cooperação formal o que reflecte um nível significativo de desconfiança¹⁹³.

No entanto, estas parcerias são um instrumento potencial de grande interesse numa estratégia de internacionalização na medida em que as PMEs possam tirar partido dos *guanxi* dos parceiros chineses e assim baixar o risco e melhorar o conhecimento e acesso ao mercado. Os obstáculos à cooperação inter-empresarial merecem, por isso, uma investigação mais aprofundada.

As ligações dos empresários chineses com a China são fortes e acima de tudo activamente aproveitadas e promovidas pelo Governo Central mas também pelas autoridades provinciais e locais chinesas. Perfila-se cada vez mais uma política estruturada da China relativamente aos empresários chineses no estrangeiro, nomeadamente na Europa, que faz parte integrante da estratégia do desenvolvimento da China e da sua integração da economia global. Em particular – mas não só – no contexto da dinâmica da globalização das trocas comerciais e dos investimentos os empresários chineses na Europa, e em particular em Portugal, desempenham um papel estratégico fundamental a três níveis distintos: (i) como porta de entrada das exportações chinesas, (ii) financiadores do investimento na China através do reinvestimento dos lucros obtidos na Europa, (iii) e como facilitadores do processo de investimento directo chinês na Europa e no espaço lusófono, funcionando nalguns casos como parceiros das empresas chinesas para esse fim.

¹⁹³ SMEs and Cooperation, Observatory of European SMEs, 2003, nº5, European Commission

Em relação à função dos empresários chineses como porta de entrada das exportações chinesas podemos afirmar que eles abriram um canal significativo e adicional de entrada de bens chineses no mercado europeu e que alguns investimentos feitos em Portugal permitem ultrapassar barreiras comerciais. Relativamente ao investimento na China, a função dos empresários chineses ultrapassa os investimentos directos feitos por eles com base nos lucros realizados nos seus negócios na Europa, na medida em que funcionam como factores mobilizadores de capitais de empresários europeus e acrescentam o seu *know-how* em termos de gestão contribuindo para o crescimento da economia chinesa através dos seus conhecimentos específicos e experiência dos diferentes mercados na UE. Essa lógica é bidireccional na medida em que os empresários chineses também são vistos como facilitadores e potenciais parceiros de investimento directo chinês na Europa e fora dela, explorando as ligações que os empresários europeus têm com outras regiões do mundo, disponibilizando o seu *know-how* de mercado e os seus contactos (*business intelligence*). No caso português, o interesse centra-se nos mercados brasileiro e angolano.

Os dados do inquérito permitem ainda concluir que o nível de internacionalização das PME's chinesas em Portugal é elevado para os padrões das pequenas e médias empresas europeias. Com efeito, considerando as diversas formas de internacionalização da empresa (importação, exportação, parcerias com empresas estrangeiras nomeadamente no plano da comercialização, IDE) conclui-se que cerca de 50% das empresas (64 empresas) praticam uma ou várias formas combinadas de internacionalização, considerando-se que a percentagem possa ser superior se tivermos em conta as relações com empresas europeias. Assim, o nível de internacionalização das empresas chinesas (na sua maioria microempresas) é claramente superior ao nível de internacionalização médio das empresas da UE que se situa à volta de 36% para as microempresas segundo os resultados de um estudo do Observatory of European SMEs¹⁹⁴, e bastante superior ao nível de internacionalização das PME's no seu conjunto em Portugal (incluindo as

¹⁹⁴ Internationalisation of SMEs 2003/4, ENSR Enterprise Survey 2003, Observatory of European SMEs, European Commission, 2003, pg.18.

pequenas e as médias empresas) que é inferior à média comunitária, e que rondará os 20% sendo apenas de 11% se considerarmos apenas as PME's que exportam¹⁹⁵.

4.7. CONCLUSÕES DO INQUÉRITO

As conclusões mais importantes decorrentes da análise dos resultados do inquérito em articulação com os resultados das entrevistas são as seguintes:

(i) O inquérito demonstrou a existência de três sub-grupos de **empresários** chineses em Portugal: os empresários oriundos de Moçambique que chegaram a Portugal na década de 1970 (vd. caixa); os empresários chineses da RPC que constitui o grupo dominante e que consiste na sua maioria de originários da província de Zhejiang (tal como noutros países europeus, em especial na Europa do Sul), cuja imigração se iniciou na década de 1980 com duas vagas distintas; e os empresários provenientes do triângulo do Sul da China na década de 1990 (Macau, Hong Kong e Taiwan).

Estes três grupos diferenciam-se não apenas pela origem geográfica mas sobretudo pela língua, referências culturais e pela amplitude da sua rede de contactos internacionais. Em resultado, constata-se que estes grupos têm identidades diferentes e funcionam de forma separada com um baixo nível de interacção entre si. Por exemplo, existem barreiras culturais e linguísticas entre as comunidades moçambicana e da RPC, uma vez que a primeira fala cantonense e a segunda um dialecto de Zhejiang bem como a existência de referências culturais distintas que se traduzem num grau diferente de integração na cultura ocidental. Este facto bem como a concorrência directa em termos de negócios explicam a quase ausência de contactos e de parcerias entre as comunidades apesar do facto de o *know-how* dos empresários chineses de Moçambique sobre o mercado e o

¹⁹⁵ Idem. Segundo o estudo, apenas 11% das PME's estão envolvidas em actividades de exportação, o que é a percentagem mais baixa do grupo dos pequenos países estando mesmo atrás dos grandes países envolvidos no estudo e que tipicamente têm um nível inferior de internacionalização das suas PME's do que as pequenas economias, e cerca de 27% realizam importações e têm um fornecedor estrangeiro. Estas não são categorias mutuamente exclusivas pelo que várias empresas combinam as duas formas.

contexto cultural português parecer ser à partida uma mais valia para uma integração com sucesso dos empresários da RPC.

(ii) As **motivações** destes sub-grupos também são distintas. O grupo oriundo de Moçambique deixou o país no meio de um processo de descolonização e escolheu Portugal por razões políticas. Este facto levou a uma redução dos contactos internacionais (intensos com a China durante o período colonial) e uma concentração das actividades no mercado português numa conjuntura desfavorável e num contexto na altura mais limitador. O grupo oriundo de Hong Kong e Macau (Taiwan na prática tem pouca expressão) imigrou por razões ligados ao processo de transição da soberania para a China, sobretudo nos anos 90, como resposta à incerteza sobre o futuro político e económico das duas regiões administrativas. Trouxeram consigo não só os contactos internacionais com clientes e fornecedores como também, como valor acrescentado, a sua integração nas redes de *overseas chinese*. O último grupo, constituído por empresários da RPC, representa uma emigração em duas fases distintas. O primeiro sub-grupo, que imigrou nos anos 80, enquadra-se numa "imigração de necessidade" motivada pelas dificuldades económicas na RPC que escolheu Portugal fundamentalmente pela existência de laços familiares com emigrantes já radicados. O segundo sub-grupo, que imigrou a partir da segunda metade da década de 90, enquadra-se numa "imigração de oportunidade" tirando partido do processo de integração da economia chinesa na economia mundial e que escolheu Portugal com base nas oportunidades de negócio. Neste último sub-grupo realça-se que não encararam Portugal de forma isolada mas como parte integrante do mercado europeu.

(iii) Relativamente às características do **negócio** podemos afirmar que as empresas chinesas são tipicamente microempresas e pequenas empresas (com uma estrutura de decisão centralizada) de cariz familiar. Contudo, isto não implica que não existam empresários com alguma dimensão até internacional. Estes empresários, na linha do modelo de organização empresarial chinesa, optam por uma conjunto de PME's em vez de uma grande empresa o que reduz a visibilidade e permite uma melhor gestão do risco. Este objectivo é conseguido através de dois mecanismos distintos: dispersão geográfica

do negócio envolvendo diferentes estabelecimentos em diferentes zonas do país; e diversificação sectorial com diferentes empresas a operar de forma articulada em sectores diferenciados. Verifica-se uma flexibilidade elevada que se traduz na rapidez de entrada e saída num determinado negócio e segmento de mercado. A resposta às mudanças está mais associada à saída de um sector para outro do que a adaptação às mudanças de mercado no mesmo sector, dificultada pela natureza centralizadora dos processos de decisão controlados pelo líder do grupo familiar.

(iv) Quanto ao **sector de actividade**, as empresas chinesas operam predominantemente no sector dos serviços, com particular incidência no comércio quer de retalho quer grossista, bem como no import-export. Este facto traduz uma evolução na medida em que o peso do tradicional sector da restauração diminuiu. Além disso, verifica-se que em regra as empresas chinesas funcionam numa escala mais alargada que o mercado nacional, nomeadamente ibérica e europeia, e que atingiram um certo grau de sofisticação na medida em que adoptam uma perspectiva de cadeia de valor já alargada que também já começa a incluir o sector secundário. De notar que uma das tendências inovadoras consiste na emergência do investimento chinês na indústria, sobretudo no sector têxtil e vestuário, repetindo-se assim em Portugal um fenómeno já verificado anteriormente noutros países europeus como a Itália e a Espanha.

(v) As empresas chinesas relacionam-se sobretudo com outras empresas chinesas em Portugal enquanto clientes e fornecedores, mas contrariamente às expectativas têm um **relacionamento** com outras empresas chinesas mais complexo e abrangente. Um dos traços mais notáveis é o número de empresas com relações com empresas chinesas que operam em outros países da União Europeia (o estudo identificou Espanha, França e Itália como os mais importantes) essencialmente como fornecedores, o que sugere a existência de uma rede à escala europeia relativamente desenvolvida. Esta rede traduz relações privilegiadas de *guanxi* que por sua vez permitem aos empresários chineses em Portugal reforçar a sua competitividade através da obtenção de crédito comercial e de preços e condições de pagamento mais favoráveis. A abordagem europeia também se manifesta através da prática de aproveitamento de oportunidades de negócio noutros

países europeus. Neste contexto salienta-se que sobretudo o grupo dos imigrantes mais recentes tem grande mobilidade no espaço europeu, tendo mesmo em alguns casos a sua entrada em Portugal resultado de uma re-emigração a partir de outro país europeu. Conclui-se, portanto, que os empresários chineses têm uma visão à escala europeia muito mais pronunciada e que aproveitam as oportunidades nesta lógica, mais de que muitos empresários portugueses à nível de PME's cuja focagem ainda está muito restrita ao mercado nacional ou mesmo local.

O nível de relacionamento com empresas portuguesas é significativo, embora seja menos densa, enquadrando-se sobretudo numa lógica de cliente e menos de fornecedor. No entanto, é claro que não existem relações de parceria apesar das potenciais vantagens que uma tal relação poderia trazer quer no plano interno quer na abordagem do mercado chinês ou até europeu.

(vi) O nível de **relacionamento dos empresários chineses com a RPC** é intenso, privilegiando as zonas de origem dos emigrantes. O resultado mais significativo é que essas relações não se limitam a um plano social mas têm cada vez mais uma dimensão económica quer ao nível comercial quer, ainda mais relevante, ao nível do investimento directo na China. Com efeito, cerca de 1/5 dos empresários chineses têm investimentos na China, motivados pelas oportunidades de negócio associadas ao crescimento da economia e pela diversificação num sector de negócio diferente daquele em que operam em Portugal. Esta intensificação dos laços económicos com a China traduz uma convergência de interesses dos empresários chineses em Portugal e das autoridades regionais na China, uma vez que aqueles desempenham funções estratégicas como portas de entrada de exportações da RPC na Europa e como angariadores de investimento estrangeiro. O associativismo chinês tem uma ligação muito estreita e uma função instrumental para a dinamização das relações económicas entre os empresários chineses em Portugal e a China. É interessante notar que o associativismo chinês em Portugal tem objectivos essencialmente externos e não tanto internos, servindo fundamentalmente para fortalecer as relações privilegiadas com o governo chinês e as autoridades regionais, concedendo aos dirigentes um estatuto especial e um tratamento mais favorável. Em

consequência, o associativismo em Portugal não tem sido tanto utilizado como instrumento perante o país de acolhimento para expressar interesses comuns junto das autoridades portuguesas ou para organizar serviços para os associados, o que gera em casos extremos o reconhecimento da associação junto do governo chinês sem que a mesma tenha uma existência legal em Portugal.

5. A COMUNIDADE DE NEGÓCIOS CHINESA EM PORTUGAL E AS RELAÇÕES PORTUGAL-CHINA.

Relações Portugal-China e o quadro da relação UE-China

As relações entre Portugal e China foram historicamente dominadas e condicionadas pela questão de Macau. O relacionamento directo bilateral foi sempre subordinado aos interesses de Lisboa relativamente a Macau. Portugal olhou para a China à luz da questão de Macau e podemos mesmo afirmar que até 1999 Portugal tinha uma política para Macau mas não tinha uma política externa estruturada e autónoma relativamente à China¹⁹⁶.

Após a transferência da administração de Macau em Dezembro de 1999 registou-se um *vacuo*, uma alteração fundamental no quadro de referência que requer do lado português um repensar do relacionamento com a China e a construção de um nova base de relacionamento. A presença de uma crescente comunidade chinesa em Portugal constitui uma oportunidade para o reforço das relações bilaterais.

No quadro da UE as relações com a China são dominadas pela dimensão económica existindo um relativo deficit no plano político e um significativo deficit no plano estratégico e da segurança.

No plano comercial o comércio bilateral aumentou exponencialmente atingindo em 2004 o valor global de 174.776 milhões de euros, e registando um forte desequilíbrio com um acentuado deficit da balança comercial para a UE de cerca de 78,5 milhares de milhões de Euros. A China tornou-se no 2º maior parceiro comercial da UE, representando em 2004 cerca de 8,8% do comércio externo total da EU, logo a seguir aos EUA com 19,7%. A China surge também como o 2º maior fornecedor de importações da UE com 12,3%,

¹⁹⁶ Miguel Neves “Portugal, China and Macau: building a new triangular relationship at a moment of change” in *Europe, China, and the two SARs : towards a new era*, 2000, Palgrave, Macmillan.

muito próximo dos EUA com 15,3%. As importações provenientes da China são dominadas por produtos relativamente sofisticados, máquinas e equipamento e material eléctrico que representaram em 2004 quase 50% das importações totais da China, surgindo os têxteis e vestuário em segundo lugar com apenas 12%. Na perspectiva da China a UE emergiu em 2003 como o 1º parceiro comercial da China, a par do Japão, representando o comércio bilateral UE-China 16,8% do comércio total da China, e à frente dos EUA com 16%¹⁹⁷.

5.1. A Comunidade de negócios chinesa e as implicações para as relações Portugal-China.

Uma das conclusões fundamentais da investigação é que os empresários chineses em Portugal mantêm relações significativas com a China não apenas nos planos social e institucional mas crescentemente no plano económico. Os resultados da análise dos questionários e dos dados qualitativos obtidos a partir das entrevistas revelam que cerca de 50% dos empresários têm negócios com a China (import-export ou investimento) e destes cerca de 20% já realizaram investimento directo na China. Estas circunstâncias constituem bases sólidas para que estes empresários sejam agentes potenciais da promoção das relações económicas bilaterais com a China.

Neste contexto os empresários chineses em Portugal podem e devem ser encarados como um factor a incluir na formulação de uma estratégia portuguesa coerente de longo prazo de relacionamento com a China. Existem diversos domínios em que o papel da comunidade de negócios chinesa poderia ser considerado, mas destacam-se especialmente os seguintes:

(i) Promoção de cooperação entre os empresários chineses e as PMEs portuguesas na perspectiva da constituição de parcerias para a realização de investimentos conjuntos na China. O envolvimento dos parceiros chineses permite reduzir os riscos

¹⁹⁷ Eurostat, Statistics (Comext) 2005 e IMF <http://europa.eu.int/comm/trade>

políticos e os custos de transacção na abordagem do mercado chinês. O maior desafio que se coloca à competitividade da economia portuguesa é a internacionalização das PMEs, processo que enfrenta diversos obstáculos desde as limitações de estrutura e de recursos até a uma atitude de maior aversão ao risco. Os dados disponíveis revelam que as PMEs portuguesas são aquelas que apresentam níveis mais baixos de internacionalização no contexto da UE-15. Ora, a comunidade de negócios chinesa deve ser encarada precisamente como um potencial facilitador da internacionalização das PMEs portuguesas relativamente ao mercado chinês mas também a outros mercados na Ásia atentas as ligações com as redes de *Overseas Chinese*, mercados que apresentam o maior potencial de crescimento quer presente quer futuro.

(ii) Política activa de atracção de investimento chinês para os sectores industriais em declínio e sob grande pressão da concorrência chinesa (têxteis, vestuário, brinquedos e a curto prazo o calçado e os produtos electrónicos e eléctricos) como alternativa à atitude passiva e a uma lógica puramente proteccionista que têm predominado. A procura de alianças e parcerias com os concorrentes é uma lógica a que tem sido atribuída pouca atenção mas que merece maior ponderação. Existem indícios do interesse de empresários chineses nos sectores têxtil e do calçado em Portugal, demonstrado pela concretização de alguns investimentos, o que permitiria evitar a falência de empresas e a eliminação da capacidade produtiva mas também a recuperação parcial dos sectores em dificuldade. Assim, faria sentido criar condições mais favoráveis para este tipo de investimentos simplificando procedimentos e acelerando processos de decisão.

(iii) Atracção de investimento directo chinês em Portugal numa lógica de longo prazo em sectores de futuro em que existam interesses complementares acompanhando assim uma tendência que já se iniciou, e que se irá acentuar significativamente na próxima década : o aumento exponencial do investimento chinês no exterior. A China não é apenas um grande recipiente de IDE mas começa também a ser um exportador de capitais sendo expectável a sua emergência como um dos grandes investidores a nível mundial. Portugal pode captar uma parte deste investimento chinês envolvendo os empresários chineses em Portugal como “embaixadores informais” junto das suas regiões na China

procurando desta forma perceber quais os sectores prioritários para a China e divulgando as informações sobre o pacote de incentivos oferecidos por Portugal. Dado o papel estratégico do turismo para Portugal e o facto de a China ser o mercado de origem de turistas com maior potencial de crescimento nas próximas décadas, este poderia ser considerado como um sector particularmente interessante¹⁹⁸.

(iv) Ao nível institucional, existe uma **oportunidade de descentralização e diversificação das relações com a China, promovendo ligações mais regulares e directas entre regiões ou municípios (enquanto governos locais) de Portugal com províncias e sub-regiões na China**, aproveitando as ligações privilegiadas que muitos empresários chineses mantêm com as suas zonas de origem. Desta forma seria possível ultrapassar a situação actual de uma relação fortemente centralizada, dominada pelas relações entre governos centrais Lisboa-Pequim, na qual Portugal tem um peso comparativamente limitado, menor agora do que até 1999, e carece de ganhar dimensão. A abordagem portuguesa não deverá ser no plano das relações económicas uma abordagem global com base numa perspectiva integrada do mercado chinês mas sim uma abordagem mais desagregada, selectiva e especializada, promovendo a concentração num número reduzido de províncias, sub-regiões e mesmo de *counties* e cidades, numa escala mais adequada à escala da economia portuguesa e das empresas portuguesas.

Neste contexto, os empresários chineses em Portugal, podem contribuir através dos seus contactos para o desenvolvimento de acções de “paradiplomacia” por parte de entidades sub-nacionais portuguesas, com especial atenção às zonas do interior da China menos desenvolvidas, onde as oportunidades são maiores para as PME. Estas ligações institucionais descentralizadas são importantes na facilitação do acesso ao mercado por parte de empresas portuguesas e na redução dos custos de transacção e redução das práticas discriminatórias *de facto*. As relações económicas têm de ter uma cobertura institucional, mais relevante no contexto da economia chinesa que ainda está a completar

¹⁹⁸ A expansão do investimento chinês no exterior é um novo fenómeno com tendência para se intensificar existindo neste momento já um stock de investimento chinês global que atinge 36 mil milhões de USD e que está repartido pelos diversos continentes, incluindo a Ásia, EUA, UE, África e América Latina- cf. World Investment Report 2004, UNCTAD.

a transição plena para uma economia de mercado na qual o Estado exerce uma forte influência sobre a economia e controla aspectos estratégicos. As ligações com Zhejiang , em especial com Wenzhou e Qintiang, são as mais óbvias dado o peso dominante dos empresários provenientes desta região, mas existem muitas outras possibilidades dado que a diversidade de locais de origem na China dos empresários chineses em Portugal é considerável.

(v) O **reforço do conhecimento sobre a cultura de negócios chinesa** é essencial para a abordagem do mercado chinês por parte de empresários portugueses dada a distância cultural entre os dois países e o grande deficit de conhecimento sobre a China prevalecente em Portugal. Esta situação pode ser ultrapassada pela acção da comunidade de negócios chinesa. A interacção com os empresários chineses em Portugal proporciona uma excelente oportunidade para um conhecimento da cultura de negócios chinesa assim como de aspectos mais gerais da cultura chinesa e das especificidades regionais.

A este propósito teria especial interesse o maior envolvimento das autoridades portuguesas e da própria sociedade civil na organização conjunta com a comunidade chinesa de iniciativas em Portugal para divulgação da cultura chinesa, da realidade e oportunidades dos “mercados chineses” assim como ensino da língua chinesa.

5.2. Implicações para a política de imigração portuguesa

Os resultados do projecto apontam para um conjunto de reflexões importantes sobre as características dos fluxos migratórios chineses e a natureza das comunidades de negócios em Portugal:

- Os fluxos de imigração da China têm vindo a aumentar significativamente desde finais dos anos 90, registando das taxas anuais de crescimento mais elevadas entre as diferentes comunidades de imigrantes em Portugal, e é expectável que venham a intensificar-se significativamente na próxima década.
- A última vaga de emigração chinesa é fundamentalmente caracterizada como uma “emigração de oportunidade” e reflecte a nova dinâmica da globalização

e a crescente inserção da China na economia global, envolvendo pessoas com níveis educacionais relativamente mais elevados e com alguma experiência internacional ou por terem estado anteriormente noutros países europeus ou nos EUA ou pelo facto de a respectiva família ter uma longa experiência de emigração.

- Os imigrantes chineses caracterizam-se por uma elevada mobilidade internacional, não tendo uma lógica de fixação e residência permanente num determinado país, mas antes transitando entre vários países europeus à procura dos empregos mais bem remunerados, das leis de imigração mais favoráveis ou das melhores oportunidades de investimento. Vários empresários chineses em Portugal estiveram anteriormente noutros países europeus como a Holanda, França ou Espanha e têm relações intensas com as redes de *guanxi* na UE.
- Esta mobilidade significa que existe um fenómeno social que deverá ser significativo de permanência temporária e sazonal em Portugal de empresários chineses sediados noutros países europeus para aproveitamento de oportunidades de negócio específicas (ex., vendas de Natal ou restauração na época alta do turismo no Algarve). Em geral têm uma visão integrada do espaço europeu e do mercado único. A UE revela-se ideal para a sua estratégia de negócios na medida em que a obtenção de um estatuto de residente num país europeu lhes permite liberdade de movimentos no espaço comunitário.
- Os imigrantes chineses em Portugal, na sua maioria originários da província de Zhejiang, têm um elevado grau de empreendedorismo superior ao de outras comunidades imigrantes, o que resulta em parte da longa tradição de especialização na emigração da província de Zhejiang e do know how acumulado bem como dos factores sociais e culturais específicos prevalentes nesta comunidade.
- As redes de *Overseas Chinese* na UE, com um grande predomínio de emigrantes provenientes de Zhejiang, e que em Portugal desempenham um papel importante de enquadramento dos novos imigrantes, em muitos casos familiares ou amigos de imigrantes já radicados neste país, ilustram a conclusão de Pieke que os emigrantes chineses não emigram para um país estrangeiro mas sim para uma extensão da sua própria comunidade que se situa no estrangeiro. Este fenómeno está na base da emergência de uma

“economia étnica”¹⁹⁹ que se radica nas redes de *guanxi* e nas relações densas de cooperação entre empresas.

A realidade da imigração chinesa implica novos desafios para a política de imigração em Portugal e novas pistas de reflexão sobre eventuais mudanças a serem introduzidas especialmente a quatro níveis distintos:

(i) A política de imigração não deverá ser pensada apenas numa perspectiva nacional e interna, em função das necessidades do mercado nacional, mas tem de ser também equacionada na perspectiva da globalização e coordenada com as políticas económicas de internacionalização de atracção de investimento estrangeiro e de abordagem de mercados externos bem como com a política externa. A dimensão das ligações que a comunidade de imigrantes proporciona com o seu país de origem tem de ser mais valorizada.

(ii) A flexibilização e diferenciação de alguns aspectos da política de imigração considerando que a imigração não é homogénea pelo que não existe uma formula única aplicável a todas as formas de imigração e a todos os fluxos e comunidades. Neste contexto, levanta-se a questão de o padrão actual de uma política de imigração uniforme, aplicável indistintamente a várias comunidades, poder evoluir para uma situação mista em que exista um núcleo de medidas uniformes, nomeadamente que garantam direitos idênticos e aplicados numa base não discriminatória a todos os imigrantes, a par de uma segunda componente de medidas diferenciadas em função das características da comunidade migrante e que seja adaptável às variações da natureza e intensidade dos fluxos migratórios. No actual quadro jurídico da imigração em Portugal deve salientar-se que não é possível encontrar um único diploma que tenha a comunidade chinesa como objecto específico, nem medidas específicas que respondam às necessidades diferenciadas de uma comunidade com um elevado número de empresários. Importa referir que negócios têm sido prejudicados em muitos casos por uma prática demasiado restritiva das autoridades portuguesas em relação às autorizações de residência imprescindíveis para a contratação de recursos humanos indispensáveis para o

¹⁹⁹ Conceito apresentado por Light e S.J. Gold na sua obra “Ethnic economies” que consiste num sistema de empresários co-étnicos e os seus empregados co-étnicos que conseguem uma posição de controlo de um determinado sector económico.

desenvolvimento dos negócios das empresas chinesas já a operar em Portugal (ex., a autorização de residência para cozinheiros chineses).

(iii) Maior articulação entre as duas vertentes das políticas portuguesas de imigração a que correspondem dois grupos de medidas legislativas e regulamentares de natureza marcadamente distinta: a) as que repetam à entrada de estrangeiros em Portugal para fins não exclusivamente turísticos; b) as destinadas a facilitar a inserção e posterior integração de indivíduos, grupos ou comunidades estrangeiras residentes no País. Importa referir que entre estas duas vertentes não existe uma coordenação adequada, sendo geridas por entidades diferentes (ACIM e SEF) e que a segunda vertente tende a receber uma menor prioridade.

Enquanto que no primeiro caso têm existido sucessivas orientações, dando lugar a outras tantas modificações de perspectiva e de conteúdos legais, no tocante ao segundo, as políticas têm sido coerentemente evolutivas no sentido de visarem aperfeiçoar os processos conducentes à integração de imigrantes na sociedade portuguesa, sem inflexões visíveis de orientação. Como exemplo, detecta-se um aumento das oportunidades conferidas pelo Estado à participação dos imigrantes, através de organizações que os representem, na resolução dos problemas que os possam afectar. Em particular, um aspecto ainda menos conseguido e que importa desenvolver é o de que as políticas a definir e a adoptar sejam desenhadas *com* os imigrantes e não apenas *para* os imigrantes considerando-os como meros destinatários da sua aplicação.

Um outro indício destas intenções reside na previsão e formação de mediadores culturais oriundos das próprias comunidades imigradas e de minorias étnicas, no sentido de constituírem pontes de informação e de diálogo mútuos, entre elas e a sociedade maioritária. Neste contexto, e no caso concreto da comunidade chinesa o apoio do Estado central e das autarquias locais, ao ensino do chinês em parceria com as Associações chinesas - questão central para a comunidade chinesa mas também de enorme interesse para os empresários e estudantes portugueses - parece ser o exemplo de uma das áreas cruciais a desenvolver.

(iv) A política de imigração deverá ainda incorporar algumas vertentes proactivas e estratégicas que passam, em alternativa a uma lógica dominante de restrição de fluxos migratórios, por uma vertente de facilitação assente num programa selectivo de incentivo e atracção de alguns tipos de fluxos, nomeadamente ao nível de

empresários, potenciais investidores e ainda de “cérebros”, recursos humanos particularmente qualificados em áreas em que Portugal tem um deficit acentuado. Esta orientação é particularmente relevante no caso português, tendo em conta os persistentes baixos níveis de qualificação da população activa e que uma política interna de qualificação levará muito tempo a produzir resultados. Ao nível da China, a atracção de estudantes chineses para níveis superiores de ensino e de recursos humanos com experiência no plano da investigação científica, poderá ser uma das orientações estratégicas a ponderar.

BIBLIOGRAFIA

a) Livros, artigos

ANTOLÍN, Joaquín Beltrán (s/d): *Expansión Geográfica y Diversificación Económica. Pautas y Estratégias del Assentamiento Chino en España*, Centro de Estudios Internacionales e Interculturales, Universidad Autónoma de Barcelona, <http://www3.upco.es/pagnew/iem/newweb/publicaciones/cd/congreso/datos/CDRom/FLUJOS/Otros%20documentos/JoaquinBeltránAntolín.PDF>.

ANTOLÍN, Joaquín Beltrán (1997): *Immigrés Chinois en Espagne ou Citoyens Européens?*, Revue Européene des Migrations Internationales, vol. 13, n°2, p. 63-79.

ANTOLÍN, Joaquín Beltrán (1998): *The Chinese in Spain*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 211-237.

ANTOLÍN, Joaquín Beltrán (2000): *La Empresa Familiar, Trabajo, Redes Sociales y Familia en el Colectivo Chino*, in Ofrim/Suplementos, n° 6, p. 129-153.

ANTOLÍN, Joaquín Beltrán (2003): "Diáspora y Comunidades Asiáticas en España", in Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Vol. VII, núm. 134, 1 de febrero de 2003.

BENTON, Gregor and PIEKE, Frank (ed) (1997): *The Chinese In Europe*, Institute for Chinese Studies, University of Oxford.

BETSCHINGER, Marie-Ann (2001): *The Chinese Diaspora in Espace Mondial*, November 5, Week 5.

BONIFA, Pascal (coord) (1997): *Atlas des Relations Internationales*, Hatier, Paris.

CARCHEDI, F and FERRI, M. (1998): *The Chinese Presence in Italy; Dimensions and Structural Characteristics*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 261-277.

CATTELAÏN, Chloé (coord) (2001): *Les Modalités D'entrée des Ressortissants Chinois en France*, Direction de la Population et des Migrations (DPM) et Association Franco-Chinoise Pierre Ducerf, Paris.

CECCAGNO, Antonella (2000): *The Chinese Diaspora in Italy: Language/s and Identity/ies*, paper presented at the thirteenth Conference of the European Association of Chinese Studies, Turin, 30 August-2 September.

CECLR (2000): *Images du Phénomène de la Traite des Êtres Humains et Analyse de la Jurisprudence* in Rapport Annuel 2000: Lutte Contre la Traite des Êtres Humains,

Centre pour l'Égalité des Chances et la Lutte Contre le Racisme (CECLR),
Bruxelles.

CHAN, Graham Chan (1999): *The Chinese in Britain*, in Brushstrokes, 12 June.

CHAN, Yiu Man & CHAN, Christine (1997): *The Chinese in Britain*, in New Community 23(1), 123-131, Jan.

CHANG, Lu (2001): *Invest UK Invites Chinese Firms to Locate in Britain*, in Shanghai Star, 13/9/2001.

CHANG, Maria Hsia (1995): *Greater China and the Chinese 'global tribe'*, in Asian Survey, October, Vol. 35, N° 12, pp. 995-968, University of California, Berkeley.

CHEE, Bang Tan (1997): *Comments by Tan Chee Beng* in Leo Suryadinata (ed.), "Ethnic Chinese as Southeast Asians", Institute of Southeast Asian Studies, Singapore & London, pp. 25-32.

CHEN, Edward and LEE, Joseph (1998): *Southern China Growth Triangle: An Overview*, in Myo Thant, Min Tang and Hiroshi Kakazu (eds), *Growth Triangles in Asia: A New Approach to Regional Economic Cooperation*, Asian Development Bank, Hong Kong.

CHING-HMANG, Y. (1995): *Studies in Modern Overseas. Chinese History*, Times Academic Press, Singapore.

CH'NG, David C. L. (1993): *The Overseas Chinese Entrepreneurs in East Asia*, Committee for Economic Development of Southeast Asia, Melbourne

COHEN, Robin (1997): *Global Diasporas: An Introduction*, London, UCL Press.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1998): *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - A Estratégia da UE em Relação à China: Desenvolvimento de uma Parceria Global com a China*; Bruxelas, COM (1998) 181.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001): *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu - A estratégia da UE em relação à China: execução da comunicação de 1998 e novas medidas para reforçar a eficácia da política da UE*, Bruxelas, COM (2001) 265.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA (1998): "Overseas Chinese Business Networks in Asia", 2^a ed., East Asia Analytical Unit, Department of Foreign Affairs and Trade, Canberra.

- COUNCIL OF EUROPE (2000): *Recent Demographic Developments in Europe*, Council of Europe Press, Strasbourg.
- COUNCIL OF EUROPE (2002): *Demographic Year Book 2002*, www.coe.int/t/e/social_cohesion/population/demographic_year_book.
- DOMENACH Jean-Luc (1997): *Hong Kong: Les Beaux Jours d'une Colonie Anglaise*, in L' Histoire, n° 207, février, pp. 58-66.
- ENRIGHT, Michael J., SCOTT, Edith E. and DODWELL, David (1997): *The Hong Kong Advantage*, Oxford University Press, Oxford and New York.
- EUROPEAN COMMISSION (2003): *Commission Policy Paper for Transmission to the Council and the European Parliament - A Maturing Partnership: Shared Interests and Challenges in EU-China Relations*, COM (2003) 533 fin. 10/09/03.
- EUROPOL (2000): *2000 European Union Organised Crime Situation Report*, EUROPOL, Luxembourg.
- EUROPOL (2003): *2003 European Union Organised Crime Report*, EUROPOL, Luxembourg.
- EUROSTAT (2000): *European Social Statistics*, Eurostat, Brussels.
- FABIENNE, Trunyo (2003): *La Marche des Chinois sur l'Europe*, in Europe d'aujourd'hui, 30 Mai, www.Europedaujourd'hui.com.
- FAR EASTERN ECONOMIC REVIEW (1999): *Asia 1999 Yearbook*, Far Eastern Economic Review, Hong Kong.
- FOURGEAU, Catherine (1997): *L'Insertion en France des Communautés Asiâtiqes*, Direction de la Population et Migrations (DPM), Paris.
- FREEMAN, G. P. (1995): *Modes of Immigration Policies in Liberal Democratic States*, in International Migration Review 29 (4), pp. 881-902.
- FUKUYAMA, Francis (1996): *Confiança - Valores Tradicionais e Criação de Prosperidade*, Gradiva: Lisboa, (original: *Trust - The Social Virtudes and the Creation of Prosperity*, 1995).
- GELBRAS, Vilya (2001): *Kitaiskaia real'nost' Rossii (The Chinese Reality of Russia)*, Izd-vo "Muravei", Moscow.
- GENTELLE, Pierre et al. (1999): *La Chine et Chinois Outre-Mer*, in Historiens & Géographes, n° 368.

- GUILLON, Michelle (1998): *The Chinese and Chinese Districts in Paris*, in Elizabeth Sinn (ed.), *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong University Press, Hong Kong, pp. 185-199.
- GUNGWU, Wang (1981): *A Note on the Origins of Huaqiao*, in "Community and Nation: Essays on Southeast Asia and the Chinese", Heinemann, Kuala Lumpur, pp. 118-27.
- GUNGWU, Wang (1994): *China And The Chinese Overseas*", Times Academic Press, 5^a Ed.
- HAI, Hong (2001): *Networking through the World Chinese Entrepreneurs Convention*, a presentation for the conference on "Chinese Community Organisations and Globalisation: Comparative International Perspectives", http://sccci.zaobao.com/speeches/Chinese.community_e.html.
- HALEY, George T.; TAN, Chin Tiong and HALEY, Usha C.V. (1998): *New Asian Emperors: The Overseas Chinese, Their Strategies and Competitive Advantages*, Butterworth Heinemann.
- HALEY, George T.; TAN, Chin Tiong and HALEY, Usha C.V. (1998a): *Competitive Implications of the Overseas Chinese - Doing Business with the New Asian Emperors* in Markplus Quartely, October-December.
- HAMILTON, Gary G. (1992): *Stateless Economies: The Cse of Overseas Chinese Capitalism*, University of California, Davis, http://www.1990institute.org/publications/pubs/ISUPAP7_2.html.
- HELLER, Robert (1991): *How the Chinese Manage to Keep it All in the Family*, in Management Today, November, pp 31-34.
- HISCOCK, Geoff (1997): *Asia's Wealth Club: Who's Really Who in Business - The Top 100 Billionaires in Asia*, Nicholas Brealey Publishing, London.
- HLC ON THE INDIAN DIASPORA (2001): *Report of the High Level Committee on the Indian Diaspora*, www.indiandiaspora.nic.in.
- HUGO, Graeme (2003): *Migration and Development: A Perspective From Asia*, IOM International Organization for Migration, IOM Migration Research Series, n° 14, Geneva.
- IOM (2002): *Migration from China to Europe*, in Press Briefing Notes, by Christopher Lom, www.iom.int/eu/archive/PNB_291002_s.shtml.
- IOM (2003): *Labour Migration in Asia - Trends, Challenges and policy Responses in Countries of Origin*, IOM International Organization for Migration, Geneva.

- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION (1998): *Chinese Immigrants in Central and Eastern Europe: The Cases of Czech Republic, Hungary and Romania*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 320-349.
- JIMÉNEZ David (2002): *Los Chinos Vienen de Qingtian*, in El Mondo, N° 341, 28 de Abril.
- JONES, Douglas Jones (1987): *The Chinese in Britain: Rebirth of a Community*, in New Community 14(1/2), 245-247, Autumn.
- JOVANOVIĆ, Dragana (2000): *Gateway to Opportunity - Warms Beijing-Belgrade Relations Spawn Flood of Immigrants*, in ABC News.com, 13 July .
- KOTKIN, Joel (1993): *Tribes: How Race, Religion and Identity Determine Success in the New Global Economy*, Random House, New York.
- KRATOVAĆ, Katarina (2000): *Chinese Vendors Flock to Serbia*, Associated Press, March 7.
- LADUFOIX, Stephene (1999): *L'Object Dispora en Question*, in Cultures & Conflicts, Eté.
- LARIN, A.G. (1998): *Chinese in Russia: an Historical Perspective*, in G. Benton and P.N. Pieke (Eds), "The Chinese in Europe", Macmillan, Basingstoke, pp. 281-300.
- LARIVIÈRE, Jean-Pierre (1999): *La Chine et les Chinois de la Diaspora*, Paris, CNED-SEDES.
- LACZKO, Frank (2003): *Europe Attracts More Migrants from China*, International Organization for Migration, July 2003, www.migrationinformation.org.
- LEE, Michelle (1996): *Name Change* in Singapore Sunday Straits Times, August 8.
- LEVER-TRACY, Constance et al. (1996): *The Chinese Diaspora and Mainland China: An Emerging Economic Survey*, London, MacMillan Press Ltd.
- LING, Samuel (1996): *Who Are The Ethnic Chinese?*, in Chinese Around The World, World Huaren Peace Mission, 8 pp. (huaren.org/diaspora/background/doc/0796-02.html).
- LINTNER, Bertil & MAI, Chiang (1999): *The Third Wave: A New Generation of Chinese Migrants Fans Across the Globe*, in Far Eastern Economic Review, June 24.

- MARQUES, Maria Margarida, OLIVEIRA, Catarina Reis e DIAS, Nuno (2002): *Inquérito aos Empresários de Origem Imigrante em Portugal: Alguns Resultados Preliminares*, SociNova, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- MCKEOWN, Adam (1999): *Conceptualizing Chinese Diasporas, 1842 to 1949*, in The Journal of Asian Studies, Vol. 58, Nº 2, Ann Harbor, Association for Asian Studies.
- Migration News, June 1999, Volume 6 Number 6 (www.migration.ucdavis.edu).
- "Migrations chinoises en Europe", in Revue Migrations Société, Vol. 15 - Nº 89, septembre-octobre 2003
- MINGHUAN, Li (1998): *Living Among Three Walls? The Peranakan Chinese in the Netherlands*, in Elizabeth Sinn (ed.), *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong University Press, Hong Kong, pp. 167-183.
- MINISTRY OF JUSTICE (THE NETHERLANDS) (2000): *Asylum Trends: Monthly Report on Asylum Applications in the Netherlands and in Europe*, 7 September.
- MUNG, Emmanuel Ma (2000): *La Diaspora Chinoise Géographie d'une Migration*, Paris, OPHRYS 2000, Collection GéOphrys.
- NAISBITT, John (1996): *Megatrends Asia*, Simon & Schuster, New York.
- NATIONAL PEOPLE'S CONGRESS OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA (1987): *Law of the People's Republic of China on the Control of the Exit and Entry of Citizens*, 22/11/1985 in The Laws of the People's Republic of China, 1983-1986, The Legislative Affairs Commission of the Standing Committee of the National People's Congress of the People's Republic of China (Ed), Foreign Languages Press, Peking 1987: 197-200
- NEVES; Miguel Santos e Brian Bridges (eds.) Europe, China and the two SARs – towards a new era, Macmillan Press, London, 2000
- NIETO, Gladys (2002): *Inmigración China en España: Análisis Comparado con Otros Países Europeos*, in Enrique Fanjul y José Molero, coords., *Asia, una Nueva Frontera para España*, Editorial Complutense, Madrid, pp. 67-85.
- NYÍRI, Pal (1998): *New Migrants, New Community: The Chinese in Hungary, 1989-95*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 350-379

NYÍRI, Pal (1999): *The New Asian Migrants to Eastern Europe - The Case of the Chinese in Hungary*, www.eurozine.com/article/1999-10-18-nyiri-en.html.

NYÍRI, Pal (2000): *Non-Western Globalizations in Post-`Socialist` Hungary: Chinese Immigration and Its Significance*, www.ucl.ac.uk/cds/pany1.htm;

OBSERVATORY OF EUROPEAN SMEs, EUROPEAN COMMISSION

SMEs and Cooperation, SMEs, 2003, n°5

Internationalization of SMEs, 2003, n°4

Regional Clusters in Europe, 2002, n°3

OECD (2002): *International Mobility of the Highly Skilled*, OECD, Paris.

OFFICE FÉDÉRAL DE LA STATISTIQUE (2003): *La Population Étrangère en Suisse, Édition 2003*, Office Fédéral de la Statistique (OFS), Neuchâtel, www.statistique.admin.ch.

OLIVEIRA, Catarina Reis (2003): *Immigrants' Entrepreneurial Opportunities: The Case of the Chinese in Portugal*, Fondazione Eni Enrico Mattei, www.feem.it/web/attiv/wp.html.

OWEN, David (1995): *Chinese People and 'Other' Ethnic Minorities in Great Britain: Social and Economic Circumstances*, Centre for Research in Ethnic Relations, University of Warwick.

PARKER, David (1995): *Through Different Eyes: The Cultural Identities of Young Chinese People in Britain*, Aldershot, Avebury.

PARKER, David (1998): *Chinese People in Britain: Histories, Futures and Identities*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 67-95.

PICQUART, Pierre (1999): *Les Chinois de France*, Doctoral thesis, Geopolitics, University of Paris-VIII, 1999.

PICQUART, Pierre (2003): *Le Mouvement Associatif Chinois et Franco-Chinois en France*, Centre d'Études, de Développement, de Recherches sur l'Immigration Chinoise et la Chine - CEDRIC, Paris,.

PICQUART, Pierre (2003a): *Géopolitique Migratoire des Chinois en France*, groups.msn.com/chinoisdefrance/migrantschinois.msnw.

PICQUART, Pierre (2004): *L'Empire Chinois – Histoire et Actualité de la Diaspora Chinoise*, Éditions Favres.

PIEKE, Frank (2004) : Chinese Globalization and Migration to Europe, Working Paper nº 94, Center for Comparative Immigration Studies, University of California, March 2004.

PIEKE, Frank (2002): *Recent Trends in Chinese Migration to Europe: Fujinese Migration In Perspective*, IOM International Organization for Migration, IOM Migration Research Series, nº 6, Geneva.

PIEKE, Frank N. and BENTON, Gregor Benton (1998): *The Chinese in Netherlands*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 125-167.

POSTON, D.L. and MEI-YU, Yu (1990): *The Distribution of the Overseas Chinese in the Contemporary World* in International Migration Review 24 (3), pp. 480-508.

REDDING, S. Gordon (1993): *The Spirit of Chinese Capitalism*", Walter de Gruyter, Berlin and New York.

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - *Imigrés Portugais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1973a, 162p.

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «Sobrevivência e Progresso de uma Aldeia Despovoada» in *Geographica*, 1973b., pp. 14-27

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «Comunidades Migrantes em Situação Dipolar: Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os EUA, para o Brasil e para França» in *Análise Social*, Lisboa, vol.XII (48), 1976. pp. 983-997

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «Queiriga Revisitada» in *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, 1984, pp.4-23

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «História da Imigração em Portugal (I) e (II)» in *Janus 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL, 2000, pp.170-173

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «As Políticas Portuguesas de Imigração» in *Janus 2001, Anuário de Relações Exteriores*, Lisboa, Público e UAL, 2000, pp. 174-175

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «Portugal: Ongoing Changes in Immigration and Governmental Policies» in *Studi Emigrazione*, Roma, Anno XXXIX, 2002 (148), pp.795-808

ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «Imigração e Opinião Pública» in *Atitudes e Valores Perante a Imigração*, Lisboa, ACIME, 2003, pp.91-102

- ROCHA-TRINDADE, MARIA BEATRIZ - «A Realidade da Imigração em Portugal» in *I Congresso Imigração em Portugal*, Lisboa, ACIME, 2004, pp.172-184
- RODRIGUEZ, Victor (2002): *Sólo Hay 36.143 Chinos en España*, in El Mondo, 28 de Abril.
- SEAGAL, Aaron (1993): *An Atlas of International Migration*, Hans Zell Publishers, London.
- SEAGRAVE, Sterling (1995): *Lords Of The RIM - The Invisible Empire Of The Overseas Chinese*, Bantam Press, London and New York.
- SIN-LUN, Wong (1988): *Emigrant Entrepreneur: Shanghai Industrialists in Hong Kong*, Oxford University Press, New York.
- SINN, Elizabeth & GUXIANG, Xin Xi (1997): *A Study of Regional Associations as a Bonding Mechanism in the Chinese Diaspora, The Hong Kong Experience*, in Modern Asian Studies, Vol. 31, Nº 2.
- SINN, Elizabeth (ed.) (1998): *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong: Hong Long University Press.
- SISCI, Francesco (2001): *Another China*, Asia Times Online Co. Ltd., <http://atimes.com>.
- SIT, Kwok Sing, BUTTER, Ewoud Butter e LOVKEN (1998): *De Chinese Gemeenschap in Europe*.
- SKELDON, Ronald (2000): *Myths and Realities of Chinese Irregular Migrations*, IOM International Organization for Migration, IOM Migration Research Series, nº 1, Geneva.
- SCALABRINI MIGRATION CENTER (2000): *Asian Migration Atlas*, <http://www.scalabrini.asn.au/atlas/amatlas.htm>.
- SURYADINATA, Leo (ed.) (1997): *Ethnic Chinese as Southeast Asians*, Institute of Southeast Asian Studies, Singapore, London.
- SURYADINATA, Leo (ed.) (1997): *Ethnic Chinese in Southeast Asia: Overseas Chinese, Chinese Overseas or Southeast Asians?* in Leo Suryadinata (ed.), "Ethnic Chinese as Southeast Asians", Singapore, London: Institute of Southeast Asian Studies, Singapore, London, pp. 1-24.
- TAM, Suk-Tak (1998): *Representations of 'the Chinese' and 'Ethnicity' in British Racial Discourse*, in Elizabeth Sinn (ed.), *The Last Half Century of Chinese Overseas*, Hong Kong University Press, Hong Kong, pp. 81-90.

- TEIXEIRA, Ana (1998): *Entrepreneurs of the Chinese Community in Portugal*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 238-260..
- THUNØ, Mette (1998): *The Chinese in Denmark*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 168-196.
- TOMÉ, Eduardo (1994): *A Odisseia dos Chineses em Portugal (The Odyssey of the Chinese in Portugal)*, Macau, 2nd series, 21 (January), pp 12-27.
- TROLLIET, Pierre (1999): *Actualité de la Diaspora Chinoise*, in Géopolitique, n° 67.
- TROLLIET, Pierre (2000): *La Diaspora Chinoise*, Presses Universitaires de France, Paris.
- UNDP (2000): *China: Human Development Report 1999: Transition and the State*, Oxford University Press for the United Nations Development Programme, New York.
- UNITED NATIONS (2003): *Levels and Trends of International Migration to Selected Countries in Asia*, ST/ESA/SER.A/218, United Nations, New York.
- WATSON, James (1977): *The Chinese, Hong Kong Villagers in the British Catering Trade*, in J. Watson (ed) *Between Two Cultures: Migrants and Minorities in Britain*, Blackwell, Oxford.
- WICKRAMASEKERA, Piyasiri (2002): *Asian Labour Migration: Issues and Challenges in an Era of Globalization*, International Migration Papers 57, International Labour Office, Geneva.
- WORLD BANK (2004): *World Development Indicators 2004*, www.worldbank.org/data/.
- WU, Friedrich and DUK, Sin Yue Duk, (*Overseas*) *China, Inc.*, in The International Economy, January/February, pp. 33-35.
- XIAO, Chu D. (2002): *Report from China*, Paper presented at Workshop on International Migration and labour Markets in Asia, Japan Institute of labour, Tokyo, 4-5 February.
- YU-SION Live (1998): *The Chinese Community in France: Immigration, Economic Activity, Cultural Organization and Representations*, in G. Benton and F. N. Pieke (Eds.), *The Chinese in Europe*, Macmillan, Basingstoke, pp. 96-124;
- ZHANG, Feng (2001): *China in OECD and Japan Institute of Labour, Migration and the Labour Market in Asia: Recent Trends and Policies*, OECD, Paris, pp. 127-40.

b) Estatísticas oficiais

Central Statistics Office Ireland (CSO), www.cso.ie.

Danmarks Statistik 2003, www.dst.dk.

Eurostat, www.europa.eu.int/comm/eurostat.

Hungarian Central Statistical Office, www.ksh.hu.

Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT) (Itália), www.istat.it.

Institut National d' Études Demographics (INED), www.ined.fr.

Institut National de Statistique (INS) (Belgique), www.statbel.fgov.be.

Instituto Nacional de Estadística (Espanña), www.ine.es.

Ministère d'Interieur (France), 2003, www.interieur.gouv.fr.

National Statistics Office (NSSG) (Grécia), www.statistics.gr.

Office Fédéral de la Statistique (Suiça), www.statistique.admin.ch.

Office for National Statistics (UK), www.statistic.gov.uk.

Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Portugal, (SEF), www.sef.pt.

State Committee of the Russian Federation on Statistics, www.gks.ru.

Statistisches Bundesamt Deutschland, www.destatis.de.

Statistical Yearbook of Sweden 2003, Statistics Sweden, www.scb.se.

Statistics Finland, Demographic Statistics, www.stat.fi.

Statistics Netherlands, Voorburg/Heerlen 7/7/2003, www.statline.cbs.nl.

Statistics Norway, www.ssb.no.

Statistik Austria, www.statistik.at.

ANEXO I

As principais comunidades asiáticas radicadas em Portugal

Países	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2001*	2002*	2003*
China 1	2708	2776	3062	3582	4254	4771	5123	7608	8666	9059
Índia	1081	1116	1211	1288	1361	1503	1623	4189	4884	5073
Paquistão	891	886	906	954	1031	1180	1286	3882	4217	4357
Bangladesh	105	110	128	171	254	423	519	1107	1328	1417
Japão	698	757	785	789	800	816	837	805	823	846
Cazaquistão	---	---	---	4	7	15	32	551	802	840
Irão	565	569	574	582	593	599	600	601	608	609
Filipinas	210	231	260	292	309	333	350	379	425	448
Uzbequistão	---	---	1	1	1	2	5	211	414	441
Hong Kong	294	294	295	295	295	296	296	299	300	300
Nepal	---	1	1	2	3	11	13	204	241	250
Coreia do Sul	164	156	175	190	193	209	215	200	217	223
Líbano	177	182	190	193	192	193	192	206	210	209
Iraque	159	157	157	154	154	152	151	156	154	153
Israel	87	91	96	102	105	113	121	111	119	127
Jordânia	74	74	78	80	80	83	88	92	96	101
Síria	71	72	75	75	78	80	82	96	98	100
Tailândia	34	42	54	60	67	71	80	77	85	94
Quirquístão	---	---	---	---	---	1	4	39	48	52
Malásia	25	27	30	37	43	45	46	44	48	49
Singapura	41	40	40	43	42	42	43	42	42	43
Total Asiáticos	7192	7393	7935	8721	9721	10815	11570	20212	23122	24086
Total Estrangeiros	175263	177774	191143	207607	223603	238746	250991	350503	413304	440648

- Autorizações de Residência + Autorizações de Permanência.

1. Inclui a RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan.

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), elaboração própria.

ANEXO II

As principais comunidades estrangeiras radicadas em Portugal

	Países	1999	2000	2001	2002	2003	2001*	2002*	2003*
1	Brasil	20.851	22.222	23.439	24.864	26.551	47.152	61.136	66.471
2	Ucrânia	123	163	203	285	504	45.436	62.434	65.191
3	Cabo Verde	43.951	47.092	49.830	52.357	54.208	55.318	60.297	62.766
4	Angola	17.721	20.407	22.736	24.638	25.734	27.733	32.316	34.237
5	Guiné-Bissau	14.217	15.936	17.783	19.113	20.236	21.022	23.218	24.554
6	Reino Unido	13.335	14.096	14.946	15.899	16.735	14.946	15.899	16.735
7	Espanha	11.122	12.232	13.653	14.587	15.263	13.653	14.587	15.263
8	Moldávia	3	15	44	91	256	9.028	12.141	12.888
9	Alemanha	9.605	10.384	11.160	11.871	12.483	11.160	11.871	12.483
10	Roménia	224	369	508	611	757	7.969	11.164	11.783
11	S.Tomé e Princ.	4.809	5.437	6.304	6.890	7.325	7.781	9.233	9.878
12	China 1	3.027	3.582	4.254	4.771	5.123	7.608	8.666	9.059
13	França	6.499	7.194	7.818	8.364	8.802	7.818	8.364	8.802
14	EUA	7.975	8.026	8.027	8.022	8.022	8.059	8.110	8.114
15	Rússia	448	519	596	692	839	5.618	7.521	7.866
16	Moçambique	4.502	4.619	4.726	4.882	4.996	5.051	5.364	5.507
17	Holanda	3.675	4.077	4.459	4.803	5.075	4.459	4.803	5.075
18	Índia	1.211	1.288	1.361	1.503	1.623	4.189	4.884	5.073
19	Paquistão	906	954	1.032	1.180	1.286	3.883	4.217	4.357
20	Itália	2.700	3.032	3.370	3.762	4.176	3.370	3.762	4.176
21	Venezuela	3.396	3.501	3.515	3.604	3.546	3.608	3.723	3.671
22	Bulgária	347	376	435	554	694	2.101	3.241	3.539
23	Bélgica	1.941	2.115	2.278	2.435	2.538	2.278	2.435	2.538
24	Guiné	368	584	740	777	834	1.962	2.155	2.236
25	Marrocos	336	439	564	660	774	1.638	2.008	2.169
26	África do Sul	1.793	1.871	1.921	1.976	2.001	1.969	2.032	2.059
27	Canadá	2.008	1.979	1.945	1.933	1.885	1.947	1.962	1.914
28	Suiça	1.303	1.363	1.405	1.466	1.547	1.416	1.477	1.548
29	Senegal	384	481	598	635	756	1.175	1.335	1.474
30	Bangladesh	128	171	254	423	519	1.107	1.328	1.417
31	Suécia	1.194	1.235	1.317	1.370	1.405	1.317	1.370	1.405
	África	89.797	98.754	107.273	114.193	119.204			
	Europa	56.689	61.709	67.121	72.121	76.744			
	U. Europeia	52.375	56.859	61.732	66.002	69.565			
	América	35.936	37.620	40.043	40.787	43.629			
	A. do Norte	10.169	10.201	10.187	10.195	10.167			
	A. Latina e C.	25.767	27.419	28.856	30.592	32.462			
	Ásia	7.935	8.721	9.221	10.815	11.570			
	Oceânia	514	526	537	548	559			
	Apátridas					273			
	Desconhecidos					12			
	Total	191.143	207.607	223.976	238.746	250.991	350.503	413.304	440.648

- Autorizações de Residência + Autorizações de Permanência.
- Inclui a RPC, Hong Kong, Macau e Taiwan

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), elaboração própria.

ANEXO III

PRINCIPAIS MEDIDAS LEGISLATIVAS RELATIVAS À IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Decreto-Lei nº 264-B/81 de 3 de Setembro	1981	Legislação sobre entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional
Lei nº 37/81 de 3 de Outubro	1981 –	Lei da nacionalidade portuguesa
Decreto-Lei nº 322/82 de 12 de Agosto	1982 –	Regulamenta a Lei da nacionalidade
Despacho Normativo nº 63 de 13 de Março	1991 –	Cria o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural – SCOPREM, no Ministério da Educação
Decreto-Lei nº 13/92, de 23 de Julho	1992	Revê o regime de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional
Decreto-Lei nº 212/92, de 12 de Outubro	1992 –	Institui o primeiro processo de legalização extraordinária de imigrantes clandestinos
Decreto-Lei nº 59/93, de 3 de Março 2Decreto-Lei nº 43/93, de 15 de Dezembro	1993 –	Cria um novo regime de entrada, permanência, saída e expulsão de Estrangeiros (“Lei dos estrangeiros”)

Despacho conjunto dos Secretários de Estado de Segurança Social e do Emprego e Formação Profissional	1993	Visa a inserção no mercado de emprego dos grupos mais desfavorecidos, incluindo os imigrantes
Resolução do Conselho de Ministros nº 38/93 De 15 de Maio	–	Aprova um programa de actuação que tem em vista a integração social e profissional de imigrantes e de minorias étnicas
Despacho 170/ME De 6 de Agosto	–	Cria o Projecto de Educação Intercultural no âmbito do SOCOPREM/ /Entreculturas
Lei nº 25/94, de 19 de Agosto e Decreto-Lei nº 253/94, de 20 de Novembro	1994	Altera e regulamenta a Lei da Nacionalidade
Decreto-Lei nº 3-A/96, de 26 de Janeiro	1996	Cria o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas
Lei nº 17/96, de 24 de Maio		Cria o 2º processo de regularização extraordinária de imigrantes em situação ilegal
Decreto-Lei nº 50/96, de 4 de Junho e Decreto-Lei nº 50/96, de 4 de Setembro		Institui o direito de voto a estrangeiros em eleições locais, em situação de reciprocidade
Decreto-Lei nº 19-A/96, de 26 de Junho		Estendo o Rendimento Mínimo Garantido a residentes legalizados.
Decreto-Lei nº 100/97		Equipara o regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais dos residentes estrangeiros aos cidadãos nacionais

Decreto-Lei nº 39/98, de 27 de Março		Cria o Conselho Consultivo para os Assuntos de Imigração, no âmbito do ACIME
Lei nº 20/98, de 12 de Maio		Equipara os direitos de trabalho dos estrangeiros residentes, aos dos cidadãos nacionais
Decreto-Lei nº 244/98, de 8 de Agosto e Lei nº 97/99, de 26 de Julho		Estabelece o novo regime jurídico da entrada de estrangeiros em território nacional
Lei nº 49/99, de 22 de Março		Cria os postos de apoio e atendimento de imigrantes , no Porto e Lisboa, no âmbito do ACIME
Lei nº 115/99, de 3 de Agosto		Regime jurídico das Associações de Imigrantes e seus descendentes.
Lei nº 118/99, de 11 de Agosto		Altera a Lei do Trabalho dos Estrangeiros
Lei nº 134/99, de 28 de Agosto		Cria a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
Resolução do Conselho de Ministros nº 19/2000, de 6 de Março		Cria um Grupo de Trabalho Interministerial para supervisionar a integração dos imigrantes na sociedade portuguesa
Decreto-Lei nº 4/2001. de 10 de Janeiro		Altera o Decreto-Lei nº 244/98, sobre a regulamentação de entrada de estrangeiros em território nacional
Res. Conselho de Ministros nº 14/2001, de 25 de Janeiro		Cria a comissão nacional de acompanhamento da política de imigração

Despacho conjunto MAI/ME/MOPTC/MS MESS de 12 de Outubro	–	Cria a Comissão Interdepartamental para a Integração dos Imigrantes e Minorias Étnicas
Lei nº 25/94 de 19 de Agosto e Decreto-Lei nº 253/94 de 20 de Outubro	1994 –	Normas jurídicas que reformulam e regulam a obtenção da nacionalidade portuguesa
Lei nº 3-A/96 De 25 de Janeiro	1996 –	Cria o cargo de Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)
Lei nº 17/96 De 24 de Maio	–	Institui um novo processo de regularização extraordinária da situação dos imigrantes clandestinos
Decreto-Lei nº 50/96, de 4 de Junho		Atribui a estrangeiros residentes o direito de voto em eleições locais, em regime de reciprocidade
Decreto-Lei nº 19-A/96, de 26v de Junho		Alarga o Rendimento Mínimo Garantido a estrangeiros residentes legalizados
Acordo entre o Estado Português e a OIM, em 15 de Dezembro de 1997		Criado o Centro de Apoio ao Cidadão Migrante
Decreto-Lei nº 39/98, de 27 de Março		Criado o Conselho Consultivo para Assuntos de Imigração
Lei nº 20/98, de 12 de Maio		Estabelece a equiparação de direitos dos trabalhadores estrangeiros à dos trabalhadores portugueses
Lei nº 49/99, de 22 de Junho		Cria, no âmbito do ACIME, postos de apoio e atendimento a imigrantes (CNAI) em Lisboa e Porto
Lei nº 50/96 De 4 de Setembro	–	Altera a lei eleitoral de modo a permitir o direito de voto e de elegibilidade para as autarquias locais, em condições de reciprocidade, aos estrangeiros residentes

Decreto Lei nº 37/97 De 31 de Janeiro	1997 –	Altera o regulamento da lei da nacionalidade
Decreto Lei nº 60/97 de 19 de Novembro	1997 –	Protocolo sobre imigração temporária de trabalhadores Cabo-Verdianos
Lei nº 20/98 De 12 de Maio	1998 –	Regulamenta o trabalho de estrangeiros em território português
Decreto Lei nº 244/98 De 3 de Agosto	–	Regulamenta o regime de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. (revoga o Decreto-Lei nº59/93 de 3 de Março)
Boletim de Trabalho e Emprego nº 17 de 8 de Maio	1999 –	Aviso da lista de Países com quem Portugal tem reciprocidade no âmbito do trabalho
Lei nº 97/99 de 26 de Julho	1999 –	1ª alteração por decisão parlamentar do 244/98
Lei nº 115/99 de 3 de Agosto	1999 –	Lei sobre associações de imigrantes
Lei nº 134/99 de 28 de Agosto	1999 –	Lei que proíbe as discriminações Racistas
Decreto Lei nº 65/2000 De 26 de Abril	2000 –	Regulamento do Decreto Lei 244/98
Decreto Lei nº 75/2000 De 9 de Maio	2000 –	Regulamento do Decreto Lei 115/99
Decreto Lei nº 85/2000 De 12 de Maio	2000 –	Equipara os espaços aeroportuários a centros de investigação temporária
Lei nº 27/2000 De 8 de Setembro	2000 –	Autorização legislativa para rever o Decreto Lei 244/98
Resolução do Conselho de Ministros 14/2001 de 14 Fevereiro	2001 –	Constituir a “Comissão Interministerial de coordenação da política de imigração

ANEXO IV

Exemplares dos inquéritos nas versões bilingue e chinesa